

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

DANIEL EUSTÁQUIO DA SILVEIRA

O CONTROLE EXTERNO COMO INDUTOR DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

SÃO PAULO

2024

DANIEL EUSTÁQUIO DA SILVEIRA

O CONTROLE EXTERNO COMO INDUTOR DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Linha de pesquisa: Estado, Governo e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Joelson de Oliveira Sampaio

SÃO PAULO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Silveira, Daniel Eustáquio da.

O controle externo como indutor do planejamento municipal / Daniel Eustáquio da Silveira. - 2024.

158 f.

Orientador: Joelson Oliveira Sampaio.

Dissertação (mestrado profissional MPGPP) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Planejamento municipal. 2. Administração pública - Avaliação. 3. Orçamento municipal. 4. São Paulo (Estado). Tribunal de Contas. I. Sampaio, Joelson Oliveira. II. Dissertação (mestrado profissional MPGPP) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 352

DANIEL EUSTÁQUIO DA SILVEIRA

O CONTROLE EXTERNO COMO INDUTOR DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Data da Aprovação:
07/11/2024

Banca examinadora:

Prof. Dr. Joelson Oliveira Sampaio
(Orientador) – FGV-EAESP

Profa. Dra. Cibele Franzese
FGV-EAESP

Prof. Dr. Rodrigo De Losso da Silveira
Bueno
FEA-USP

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu Professor Orientador, Joelson Oliveira Sampaio, pelo apoio e por acreditar, com entusiasmo, que o tema proposto traria bons resultados para melhoria da Administração Pública.

Quero agradecer também a todos os amigos da 1ª turma especial do MPGPP/TCESP que me fizeram acreditar que eu poderia fazer parte deles. Desde o primeiro dia, me senti honrado de fazer pertencer a uma turma rica em experiências e construção de uma amizade que vai perdurar por muito tempo, inclusive em terras estrangeiras.

À equipe da UR-08 toda a minha gratidão pelo apoio de sempre, pelos elogios e pelas críticas que me fazem querer ser melhor a cada dia. Ao pessoal da Escola Paulista de Contas Públicas, pelo suporte e pela disposição em sempre querer ajudar da melhor forma possível.

Por último, e não menos importante, à minha família. Meus pais, José e Silvia, pela gratidão da vida, da criação, por me ensinarem os valores e por nunca me deixarem esquecer que eu sou capaz. À minha esposa, Janaína, pela parceria em todos os momentos e por nunca me deixar desistir. Às minhas filhas, Ana Júlia e Alice, por me lembrarem a cada o motivo de eu estar fazendo tudo isso.

RESUMO

Este estudo tem o propósito de investigação de como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) pode influenciar a qualidade do planejamento nos municípios paulistas. A pergunta de pesquisa é: "Como o Controle Externo pode influenciar na melhoria da qualidade do Planejamento nos municípios do estado de São Paulo?". Os objetivos consistem em verificar se o papel pedagógico e indutor do TCE-SP pode melhorar a qualidade do planejamento municipal, identificar os principais pontos de fragilidade no planejamento e apresentar exemplos de boas práticas que podem ser adotadas. A justificativa reside na necessidade de aprimorar o planejamento municipal, que frequentemente apresenta deficiências como baixa participação popular e fragilidades no desenho das políticas públicas, impactando negativamente a execução orçamentária. A metodologia utilizada inclui uma revisão bibliográfica nas bases de dados do Web Of Science e Google Acadêmico, para verificação das principais falhas do planejamento, de como se dá a aplicação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M para medição da eficiência da gestão, além de boas práticas da assunção do papel indutivo e pedagógico do controle externo em auxílio à melhoria da gestão. Em paralelo, o estudo propõe analisar as respostas fornecidas pelos municípios ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), para a identificação de pontos de melhoria no planejamento dos municípios paulistas. A abordagem é quantitativa, focando na análise dos dados coletados de forma interativa, especialmente das respostas do IEG-M e das Peças de Planejamento. Os principais resultados indicam que as deficiências no planejamento, como as falhas na realização de diagnósticos prévios, na capacitação de servidores do planejamento e do controle interno, incipiência de participação popular, construção de programas, objetivos, metas e indicadores imprecisos, resultando em alterações que desfiguram o planejamento inicial e evidenciam a falta de consistência no planejamento. A proposta do trabalho é que o TCE-SP possa atuar de forma mais efetiva na orientação e fiscalização dos municípios, promovendo a melhoria da qualidade do planejamento e, conseqüentemente, dos índices de efetividade da gestão municipal, assumindo um papel pedagógico e indutor, consoante exemplos de boas práticas verificadas na literatura. A construção de uma capacidade de planejamento robusta permitirá a otimização dos recursos orçamentários e a elevação dos índices de I-Plan, refletindo-

se nas demais dimensões avaliadas pelo IEG-M. Em conclusão, o estudo destaca a importância de um planejamento municipal bem estruturado e baseado em evidências, que reflita as necessidades da população e permita um controle externo e social efetivo. A atuação do TCE-SP como indutor e orientador pode ser crucial para alcançar esses objetivos, promovendo uma gestão pública mais eficiente e transparente.

Palavras-Chave: I-Plan; Papel Indutor, Papel Pedagógico; Capacitação da Gestão Municipal.

ABSTRACT

This study investigates how the São Paulo State Court of Auditors (TCE-SP) can positively influence the quality of planning in São Paulo's municipalities. The research question guiding the study is: "How can External Control improve the quality of municipal planning in the state of São Paulo?" The objectives are to assess whether the pedagogical and inductive role of TCE-SP can enhance municipal planning, identify key weaknesses in current practices, and present examples of best practices that can be adopted. The methodology includes analyzing the responses provided by municipalities to the Municipal Management Effectiveness Index (IEG-M), validated by TCE-SP's technical team, along with a bibliographic review of studies from Web of Science and Google Scholar. This review aims to identify common planning flaws, explore the application of I-Planning to measure management efficiency, and benchmark the inductive and pedagogical role of external control. The research adopts a quantitative approach, focusing on the interactive analysis of data, particularly from the IEG-M responses and municipal planning documents. The findings reveal several deficiencies in planning, such as failures in conducting prior diagnostics, inadequate training of planning and internal control personnel, limited public participation, and the creation of imprecise programs, objectives, targets, and indicators. These shortcomings often result in significant deviations from the original plans and highlight inconsistencies in the planning process. The study proposes that TCE-SP, through its pedagogical and inductive roles, should take a more proactive approach in guiding and supervising municipalities to enhance the quality of their planning efforts. This, in turn, would improve municipal management effectiveness as measured by I-Planning and other dimensions of the IEG-M. A stronger planning capacity would allow for more effective use of budgetary resources and an overall improvement in the I-Plan index. In conclusion, the study underscores the importance of evidence-based, well-structured municipal planning that reflects the needs of the population and facilitates effective external and social control. TCE-SP's role as a mentor and guide can be instrumental in achieving these objectives, fostering more efficient, transparent, and accountable public management.

Keywords: I-Plan; Inductive Paper, Teaching Paper; Municipal Management Training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEG-M - Índice de Efetividade da Gestão Municipal
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
I-Amb - Índice de Efetividade do Meio Ambiente
I-Cidade - Índice de Efetividade de Proteção ao Cidadão
I-Educ - Índice de Efetividade da Educação
I-Fiscal - Índice de Efetividade da Gestão Fiscal
I-Gov-TI - Índice de Efetividade da Governança e Tecnologia da Informação
I-Plan - Índice de Efetividade do Planejamento
I-Saúde - Índice de Efetividade da Saúde
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAIC – Programa Alfabetização na Idade Certa
PPA - Plano Plurianual
TCE-PB – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
TCE-RO – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
TCE-SP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atribuição dos Pesos IEG-M.....	24
Gráfico 2 - Histórico de Evolução do I-Plan.....	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista do questionário i-Plan, parcialmente validado pela fiscalização	23
Figura 2 - Faixas do IEG-M	24
Figura 3 - TC-006478.989.16 – Recomendação quanto à estrutura de planejamento e ausência de levantamentos formais antecedentes ao planejamento.	43
Figura 4 – Resultados da regressão múltipla	53
Figura 5 – Exemplo de Curso de Capacitação do TCE-SP	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de municípios por índice.	32
Tabela 2 – Existência de Estrutura Administrativa para o Planejamento.	38
Tabela 3 –Estrutura criada com cargos específicos (Analista/Técnico de planejamento e orçamento).	39
Tabela 4 – Disposição de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento.....	39
Tabela 5 – Municípios que possuem servidores com dedicação exclusiva para Planejamento.	40
Tabela 6 – Municípios que possuem servidores com treinamento específico para o planejamento.....	41
Tabela 7 – Carga Horária anual de treinamentos específicos.....	41
Tabela 8 – Municípios que possuem levantamentos formais de problemas antecedentes ao planejamento - Exceto Audiências Públicas do PPA, LDO e LOA.	42
Tabela 9 – Municípios que possuem coleta de sugestões pela internet para elaboração das peças orçamentárias.	43
Tabela 10 – Realização de Audiências Públicas para elaboração das peças orçamentárias.....	44
Tabela 11 – Modo de realização de Audiências Públicas para elaboração das peças orçamentárias.....	44
Tabela 12 – Municípios que divulgaram os resultados das Audiências Públicas.....	45
Tabela 13 – Elementos na elaboração do PPA (Programas, ações e metas).....	46
Tabela 14 – Realização de estudos para elaboração/definição dos programas, ações, metas e indicadores do PPA.	47
Tabela 15 – Existência de avaliações formais (relatórios).	48
Tabela 16 – Servidor investido em cargo efetivo como Responsável pelo Controle Interno.	49
Tabela 17 – Servidor respondendo pelo Controle Interno de forma exclusiva ou não exclusiva.....	49
Tabela 18 – Disponibilização de treinamentos para servidores do Controle Interno.	49
Tabela 19 – Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações: Ref. Q. P.1.....	50

Tabela 20 – Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados: Ref. Q. P.2.....	50
Tabela 21 – Estatística Descritiva – Alterações Orçamentárias – Ref. Q. P.3.	51
Tabela 22 – Resultados da regressão múltipla.	54
Tabela 23 – Comparativo – Alterações Orçamentárias x Inflação (IPCA)	54

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1.	Da Competência Orçamentária Municipal	16
2.2.	Peças de Planejamento Orçamentário	18
2.3.	Alterações Orçamentárias	20
2.4.	Fragilidades no Planejamento Municipal	21
2.5.	Índice de Efetividade da Gestão Municipal.....	23
2.5.1.	I-Planejamento	27
2.6.	Papel Pedagógico e Indutor do Controle Externo.....	33
3.	METODOLOGIA	36
4.	RESULTADOS	37
4.1.	Quanto à estrutura de planejamento	38
4.2.	Quanto ao diagnóstico das demandas	42
4.3.	Quanto à formulação das peças de planejamento	45
4.4.	Quanto ao acompanhamento do planejamento e controle interno	47
4.5.	Quanto à execução do planejamento e alterações do planejamento	49
5.	PROPOSTA APLICADA	54
	CONCLUSÃO.....	57
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
	ANEXO A - Questionário IEG-M – I-Plan – 2018:.....	65
	ANEXO B - Questionário IEG-M – I-Plan – 2019:.....	73
	ANEXO C - Questionário IEG-M – I-Plan – 2020:	88
	ANEXO D - Questionário IEG-M – I-Plan – 2021:	105
	ANEXO E - Questionário IEG-M – I-Plan – 2022:.....	134

1. INTRODUÇÃO

O gestor público se compromete a integrar o planejamento de curto, médio e longo prazos, através das peças definidas na Constituição Federal (PPA, LDO e LOA). No entanto, os programas e ações definidos nas Peças Orçamentárias não derivam de um diagnóstico evidenciado e não contemplam Políticas Públicas desenhadas de modo a facilitar os controles interno, externo e social, dadas as deficiências de diagnóstico, formulação e implementação, com indicadores frágeis que prejudicam o monitoramento e a transparência. Em relação ao orçamento, notam-se acentuadas alterações na execução, por deficiências na estrutura do setor e de qualificação de pessoal, além da ausência de compreensão de que o orçamento se insere na concretização das demandas sociais (OLIVEIRA; FERREIRA, 2017).

Também se destacam como fatores que causam deficiência no Planejamento Municipal a incipiência do envolvimento popular e do Poder Legislativo, aliado a um Controle Interno e Externo que ainda não trazem apontamentos relevantes ao diagnóstico das demandas e à formulação do peças de planejamento, culminando em alterações excessivas no curso da execução orçamentária, evidenciando que tal planejamento não foi elaborado de forma consistente e criteriosa.

Para avaliar a qualidade da gestão municipal, apresenta-se o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), criado em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para medir o desempenho da gestão em sete quesitos: Educação (I-Educ), Saúde (I-Saúde), Planejamento (I-Plan), Gestão Fiscal (I-Fiscal), Meio Ambiente (I-Amb), Governança e TI (I-Gov-TI) e Proteção ao Cidadão (I-Cidade).

Este índice é estabelecido por meio de um modelo matemático que analisa a infraestrutura e os processos dos entes municipais, buscando avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos gestores municipais. Os resultados são demonstrados aos cidadãos e agentes públicos, oferecendo opções de correção de atos de gestão, avaliação de prioridades e consolidação do planejamento, bem como para aperfeiçoar o controle social. Os dados que compõem o índice são coletados de acordo com metodologias determinadas em cada quesito, cujas respostas fornecidas pelos órgãos públicos são validadas pelo corpo técnico do Tribunal de Contas (TCESP, 2024b).

Neste estudo, destaca-se o i-Plan, responsável por medir a consistência entre o que foi planejado e o que foi executado (TCESP, 2024b). A existência de tal

ferramenta de avaliação permite a realização de um diagnóstico da situação dos municípios, inferindo-se na necessidade de melhorias nos quesitos, para elevação das notas e, conseqüentemente, da qualidade da dimensão na Prefeitura. O histórico evidenciado pelo TCE-SP demonstra uma tendência de deslocamento às menores notas, indicando baixa efetividade na qualidade da gestão do planejamento municipal.

Dentro desse cenário, a pergunta que se expôs foi “Como o Controle Externo pode influenciar na melhoria da qualidade do Planejamento nos municípios do estado de São Paulo?”.

O objetivo da pesquisa consiste em verificar se o papel pedagógico e indutor do Tribunal de Contas pode melhorar a qualidade do planejamento dos municípios paulistas. Para isso, é necessário a verificação dos principais pontos de fragilidade do planejamento municipal e quais exemplos de boas práticas no papel pedagógico e indutor de políticas públicas podem ser usados.

Espera-se que esse estudo possa auxiliar o Gestor Público a orientar o Planejamento municipal às demandas sociais locais, construindo peças e indicadores que permitam o monitoramento, quer seja pelo Controle Interno, Externo ou Social. A proposta de capacitação, concentrada em pontos de melhoria identificados a partir da análise de fragilidades no planejamento municipal e evidenciadas no Índice de Efetividade da Gestão Municipal visam à elevação da pontuação nos quesitos, a melhoria da qualidade do planejamento, e à conseqüente execução para atingimento dos objetivos propostos.

Para os órgãos jurisdicionados, a construção dessa capacidade de planejamento possibilita a otimização da aplicação dos recursos orçamentários que são escassos atualmente, além de enxergar todo o Ciclo da Política Pública, o que facilita a prestação de contas e conseqüentemente a elevação dos índices de I-Plan, que se refletirão nas demais dimensões avaliadas pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

Dada a realidade dos municípios, sobretudo aos de menor porte, grande parte do orçamento já é definido e vinculado a Programas, Ações e regramentos de outros entes federativos, tais como a União e o estado. O intuito é permitir, dentro dos recursos vinculados, e do orçamento “discricionário”, a possibilidade de execução de Políticas relacionadas às demandas locais.

Para a sociedade, o incentivo à participação na elaboração e acompanhamento do planejamento pode aproximar a população do Gestor, de forma a propiciar o

engajamento da população em identificar e propor correção aos diversos problemas dentro do município.

A existência de Políticas Públicas baseadas em evidências e que refletem as necessidades da população é um dos passos para que se atinja os objetivos institucionais. Dito isso, o correto desenho de todo o Ciclo das Políticas Públicas possibilita o monitoramento dos responsáveis e, aliada à transparência, permite o efetivo controle interno e social.

Para o controle externo, na figura do Tribunal de Contas do Estado, espera-se o fortalecimento da missão institucional, assumindo de vez a figura de controle prévio e concomitante, na busca pela efetividade no controle das Políticas Públicas. Propõe-se capacitar o capital humano para que este possa ajudar na criação e aprimoramento da capacidade dos gestores públicos a identificar demandas, desenhar peças de planejamento com métricas físicas e financeiras, cujos indicadores permitam o monitoramento e a possibilidade de se identificar possíveis desvios de curso, de modo que a correção seja efetuada para o atingimento dos objetivos dos programas e ações delineados.

Nesse sentido, dentro da identificação de um papel pedagógico e indutor de Políticas Públicas, o Tribunal de Contas poderá atuar de forma mais efetiva na sua missão institucional que é a de “Fiscalizar e orientar, por meio da atuação preventiva e corretiva e da avaliação de atos e resultados, para que os recursos públicos sejam utilizados de maneira adequada e transparente, em benefício da sociedade” (TCESP, 2022).

Inicialmente, infere-se que as deficiências no planejamento, tais como a incipiência de participação popular, fragilidades no desenho das políticas públicas, além de falta de efetividade no controle interno, influenciam na execução orçamentária, ocasionando a elevação de alterações, desfigurando o planejamento inicial.

Para a confirmação das fragilidades que impactaram o alcance dos índices favoráveis de I-Plan, as fontes consultadas foram as questões respondidas pelos municípios, parte delas validadas pela fiscalização do TCE-SP, procedendo a uma análise entre as deficiências verificadas e as possíveis falhas na gestão orçamentária.

Além disso, propôs-se a realização da revisão bibliográfica nas bases de dados do *Web Of Science* e *Google Acadêmico* para apoio nas teorias que identifiquem as fragilidades no planejamento municipal, a utilização do IEG-M como ferramenta de

análise da qualidade da gestão e exemplos de boas práticas do controle externo como papel indutor e pedagógico para a melhoria da Administração Pública.

A revisão da literatura identificou fragilidades no planejamento dos municípios, confirmadas pela análise dos pontos de melhoria no i-Plan, sobretudo quando à incipiência de participação popular, falta de capacitação de servidores e dedicação exclusiva para as atividades de planejamento e controle, peças de planejamento elaboradas sem a realização de levantamento de demanda, com a utilização de objetivos, metas e indicadores que não permitam a análise de resultados e os recursos financeiros despendidos para as ações e programas governamentais.

O estudo também trouxe exemplos da atuação dos Tribunais de Contas, na figura do Controle Externo, reforçando seu papel pedagógico e indutor de políticas públicas, quer seja pela atuação dos Auditores de Controle Externo, identificando pontos de melhorias nos quesitos avaliados pelo I-Plan, na extrapolação da fiscalização de conformidade, alcançando a auditoria operacional e de resultados, além da atuação efetiva na formulação e implementação de Políticas Públicas, como no exemplo dado pelo TCE-RO. Tais resultados reforçam a necessidade de atuação e reforço do papel pedagógico e indutor do TCE-SP na capacitação de seus servidores e dos Gestores Públicos, na melhoria dos índices avaliados, na qualidade do planejamento e na melhoria da oferta de serviços ao cidadão.

Propôs-se uma abordagem objetiva e análise quantitativa dos dados coletados de forma interativa, sobretudo das respostas do IEGM, das Peças de Planejamento e das ferramentas utilizadas pela amostra dos municípios do Estado de São Paulo (com exceção da capital) que possibilitem um nível de confiança elevado para os resultados obtidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Da Competência Orçamentária Municipal

A competência orçamentária dos municípios está fundamentada em diversos princípios jurídicos que orientam a elaboração, execução e controle do orçamento público. Entre eles, destacam-se o princípio da legalidade, que estabelece que a administração pública só deve atuar conforme a lei. No contexto do orçamento, significa que todas as receitas e despesas devem estar previstas em lei orçamentária

aprovada pelo Poder Legislativo municipal. Outro princípio fundamental é o da anualidade, que determina que o orçamento deve ser elaborado e executado anualmente. Este princípio está consagrado no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, que determina que a LOA deve ser elaborada para um exercício financeiro, geralmente coincidente com o ano civil (BRASIL, 1988).

O princípio da universalidade também crucial, estabelece que todas as receitas e despesas do município devem constar no orçamento, sem omissões. Visa à garantia da transparência e à integralidade das contas públicas, conforme preconizado pelo artigo 165, § 5º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Além disso, o princípio da publicidade é um dos pilares da gestão orçamentária. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) reforça a necessidade de ampla divulgação dos atos orçamentários, permitindo o controle social e a fiscalização por parte dos cidadãos e órgãos de controle (BRASIL, 2000). É um marco na gestão fiscal brasileira, estabelecendo normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Entre os principais dispositivos da LRF que impactam a competência orçamentária dos municípios, destacam-se o equilíbrio orçamentário, que exige que os municípios mantenham o equilíbrio entre receitas e despesas, evitando déficits orçamentários.

A LRF também estabelece limites para a despesa com pessoal, visando evitar que os gastos com a folha de pagamento comprometam a capacidade de investimento e a prestação de serviços públicos. O artigo 20 fixa o limite máximo de 60% da receita corrente líquida para a despesa com pessoal nos municípios (BRASIL, 2000).

Além disso, a LRF reforça a importância da transparência na gestão fiscal, exigindo a publicação de relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária. O artigo 48 determina que os municípios devem disponibilizar informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira, permitindo o controle social e a fiscalização por parte dos cidadãos e órgãos de controle (BRASIL, 2000).

Outros aspectos da competência orçamentária dos municípios tratam da vinculação de receitas para gastos específicos, especialmente em educação e saúde. A Constituição Federal, em seu artigo 212, determina que os municípios devem aplicar, anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988). Esta vinculação é essencial para garantir a qualidade da educação pública e o acesso universal ao ensino básico.

Além disso, a Emenda Constitucional nº 29/2000 estabelece que os municípios devem destinar, no mínimo, 15% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, para ações e serviços públicos de saúde (BRASIL, 2000).

Esta vinculação visa assegurar recursos suficientes para a manutenção e melhoria dos serviços de saúde, garantindo o direito à saúde previsto no artigo 196 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Na conclusão dos estudos de Franzese & Abrucio, 2009, o impacto do federalismo após a Constituição Federal, culminou com a transferência não apenas de recursos vinculados a programas, mas de grande parte da gestão das políticas sociais analisadas para o nível municipal. Esse processo resulta em uma nova burocracia local e clientelas de serviços que, com o tempo, fortalecem os municípios no contexto federativo. Esse fortalecimento limita ações federais unilaterais que busquem mudar políticas públicas. Embora iniciado nos anos 1990 por normas centrais, as negociações com governos locais tendem a ganhar importância, fortalecendo esses governos na provisão de serviços variando conforme o legado, estrutura institucional e a estratégia federal na área.

Segundo Giacomoni (2020), a gestão orçamentária eficiente e transparente é fundamental para o desenvolvimento local, permitindo a alocação adequada dos recursos públicos e a prestação de serviços de qualidade à população. A conformidade com os princípios da legalidade, anualidade, universalidade e publicidade, bem como a observância das normas da LRF, são essenciais para garantir a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade das finanças municipais.

2.2. Peças de Planejamento Orçamentário

As Peças de Planejamento decorrem de Leis de iniciativa de Poder Executivo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por força do Art. 165, da Constituição Federal, quer sejam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (Brasil, 1988).

Destaque-se que os três instrumentos de planejamento, embora distintos, foram criados para se complementar. Denomina-se funções ao PPA perseguir as diretrizes e os objetivos, traduzidos em metas, a fim de ocupar a dimensão mais estratégica do planejamento de médio prazo. A LDO orienta a elaboração do

orçamento, trazendo as prioridades e metas do exercício subsequente à previsão, enquanto a LOA exerce o papel de persecução à eficiência do gasto, contendo a previsão das receitas e fixação das despesas, respeitadas as diretrizes, objetivos, prioridades e metas anteriormente previstas nas outras duas peças de planejamento (SANTOS, 2011).

Paulo (2010) defende que o Plano Plurianual, como instrumento do Planejamento Estratégico de um ente público, deve ser revestido da metodologia necessária à elaboração dos objetivos e metas para o médio prazo, cabendo sua definição ao alto escalão do Poder Executivo. O que ocorre é a confecção deste Plano a partir das orientações orçamentárias históricas dos órgãos a que este deveria orientar, em fato que lhe atribui pouca relevância, tornando-o peça burocrática.

Santos (2011) complementa que o PPA, da forma que é produzido e dada sua percepção de relevância, trata-se de um instrumento que não contribui satisfatoriamente para o planejamento das ações do Estado, de tal modo que não é voltado adequadamente ao estabelecimento das metas, para possibilitar que a sociedade acompanhe as ações do governo.

Adicionalmente, apresenta-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias, como intermediária, que busca pavimentar o caminho para a Lei Orçamentária Anual. Destaque-se, além do mandamento constitucional, as atribuições conferidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal ao dispositivo, tais como a previsão de equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e formas de limitação de empenho, além da apresentação de anexos de metas e riscos fiscais (DE OLIVEIRA; ARELLANO, 2020).

De acordo com Santos (2011), a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve buscar a eficiência na alocação dos recursos. No entanto, o orçamento, considerando a estrutura e o ambiente atuais, não se confunde com um instrumento de aplicação do planejamento. A elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) tem sido realizada de maneira a flexibilizar a estrutura formal do Plano Plurianual (PPA), visando maximizar a implementação das prioridades governamentais. Um exemplo dessa prática, no âmbito federal, é a criação, em 2003, de estruturas de monitoramento de políticas na Casa Civil, o que demonstra que os instrumentos e subsídios do planejamento formal, da forma como estão estruturados, são pouco úteis ao governo. Da mesma forma, a criação das agendas prioritárias do governo, a elaboração da LDO e da LOA sem uma consulta efetiva ao plano, e segmentações distintas do PPA, como o Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC), indicam que a estrutura formal atual não consegue fornecer subsídios adequados ao governo.

Nascimento & Viotto (2022) estabelecem a definição do ciclo orçamentário da administração pública através da elaboração da proposta orçamentária pelo Chefe do Poder Executivo, com a conseqüente apreciação, discussão e aprovação pelos representantes do Legislativo, sendo a execução e controle realizada por ambos os poderes.

Yonamine (2024) estabelece que a elaboração da proposta orçamentária é um momento complexo, que requer um nível de análise especializada, partindo-se de um diagnóstico derivado do levantamento formal dos problemas, necessidades e deficiências, sendo o resultado formalizado na proposta orçamentária anual que é o instrumento que detalhará e norteará a vida econômica da gestão.

2.3. Alterações Orçamentárias

A Constituição Federal permite a alteração da Lei Orçamentária em vigor. Essas alterações servem para ajustar e corrigir o orçamento durante sua execução, devido a fatores imprevistos na elaboração das peças de planejamento (PEREIRA, 2015). O gestor público pode utilizar prerrogativas para abrir créditos adicionais suplementares, que são usados para reforçar dotações orçamentárias. As fontes desses créditos incluem o superávit financeiro do ano anterior, excesso de arrecadação, receitas de operações de crédito e a anulação total ou parcial de outra dotação. Além disso, existem créditos especiais, destinados a despesas sem dotação orçamentária específica, e créditos extraordinários, para despesas urgentes e imprevistas em casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública. Essas definições estão contidas no Título V – Dos Créditos Adicionais, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Adicionalmente, a Constituição Federal, em seu Artigo 167, inciso VI, estabelece outras opções para alterações orçamentárias, como a transposição, o remanejamento e a transferência, que permitem mudanças nas políticas governamentais. A transposição envolve a mudança entre categorias programáticas dentro do mesmo órgão orçamentário, como, por exemplo, transferir recursos de um projeto de construção de uma Unidade Básica de Saúde para um projeto específico de combate à dengue. A transferência refere-se à troca entre categorias econômicas

(despesas correntes e despesas de capital), enquanto o remanejamento permite realocar verbas entre diferentes órgãos orçamentários, como quando uma secretaria extinta tem suas funções e recursos realocados para outra secretaria (TOLEDO JUNIOR, 2013). Esses créditos são formalizados por decreto do Poder Executivo, mediante prévia autorização legislativa.

Infere-se, no entanto, que a alteração orçamentária caracteriza uma alteração no planejamento inicial. Referidas alterações, se ocorridas em excesso, indicam a falta desse. Reforça-se aí, a necessidade de estimativas de receitas e despesas com a maior precisão possível, sendo item essencial do planejamento, cujo desvio significativo resulta na excessividade de alterações na execução. Destaca-se, nestes casos, a desconexão entre as projeções iniciais e a necessidade de uma abordagem consistente na elaboração dos orçamentos (YONAMINE, 2024).

O TCE-SP tem afirmado que o excesso de abertura de créditos adicionais desfigura o planejamento inicial, além de evidenciar que tal planejamento não foi elaborado de forma consistente e criteriosa. Como exemplo, indica-se trecho do Voto da Conselheira Cristiana de Castro Moraes nos autos do Processo TC-002198/026/15, que trata das contas anuais de 2015 da Prefeitura Municipal de Mendonça: “houve abertura de créditos adicionais e realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições em percentual de 53,16% da Despesa Fixada, equivalente a R\$ 10.094.711,51, constituindo percentual acima da inflação, fato que denota insuficiente planejamento orçamentário” (TCE-SP, 2017).

Além do exposto, destaca-se um trecho do Voto do Conselheiro Antonio Roque Citadini, para emissão do Parecer das contas anuais de 2016, da Prefeitura Municipal de Igarapu do Tietê (Processo TC-004182.989.16).

Saliento a abertura de créditos adicionais no valor de R\$17.196.318,50, equivalente a 31,80% da despesa inicialmente fixada (R\$54.068.460,00). Entretanto, diante do resultado positivo, tal falha pode ser objeto de recomendação no sentido de que o planejamento orçamentário seja melhor elaborado, evitando as constantes alterações orçamentárias que revelam inadequado planejamento no uso do dinheiro público (TCE-SP, 2018).

2.4. Fragilidades no Planejamento Municipal

A qualidade do planejamento orçamentário municipal é influenciada por diversos fatores que podem prejudicar sua eficácia. Destaque-se, por oportuno, que a transparência na gestão fiscal é fundamental, pois a ausência de mecanismos e

instrumentos para controlar a implementação de programas e projetos pode comprometer a credibilidade do planejamento. Ela é essencial para uma boa governança, e sua falta pode dificultar a disciplina fiscal e a melhoria na alocação de recursos (DIAMOND, 2003; REZENDE, 2011).

Outro fator relevante trata da presença de uma equipe técnica qualificada. A falta de profissionais capacitados para desempenhar funções que exigem conhecimentos específicos em legislação, contabilidade e administração pode resultar em imprecisões na elaboração do orçamento. A ausência de uma estrutura de planejamento adequada pode ser uma das causas dessas imprecisões, uma vez que profissionais despreparados não conseguem realizar eficazmente a tarefa de planejamento orçamentário (DIAMOND, 2003; SANTOS, 2011).

Além disso, a ausência ou o fraco desempenho de instâncias de controle interno e externo também afeta negativamente o planejamento e as finanças municipais. Instituições de controle externo são essenciais para a modernização do setor público, estabelecendo padrões de formalidade e serviços nas organizações. O controle interno é considerado a base para os modelos orçamentários modernos, e sua ausência pode comprometer a qualidade do planejamento (SCHICK, 1998; DIAMOND, 2003).

Municípios de maior porte tendem a ter uma pior qualidade de planejamento orçamentário, apesar de contarem com mais recursos e infraestrutura. Isso pode ser atribuído à maior complexidade da administração orçamentária em grandes municípios, que enfrentam mais dificuldades no planejamento, mesmo com equipes dedicadas e sistemas informatizados (SPEEDEN; PEREZ, 2020).

Os autores, supra, também afirmam que um alto orçamento *per capita* tem um efeito positivo na qualidade do planejamento, sugerindo que municípios com maior orçamento *per capita* médio tendem a ter um planejamento orçamentário de melhor qualidade. No entanto, a literatura não menciona explicitamente essa relação entre porte e orçamento *per capita*, tornando esses achados ainda mais relevantes para futuras investigações (SPEEDEN; PEREZ, 2020).

Esses fatores combinados apontam para a necessidade de maior detalhamento das variáveis e uma análise mais aprofundada dos dados para melhorar a qualidade do planejamento orçamentário nos municípios brasileiros.

2.5. Índice de Efetividade da Gestão Municipal

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), criado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) em 2014, implementado em 2015, é uma ferramenta inovadora e essencial para a fiscalização e melhoria da gestão pública municipal. Este índice mede a efetividade das políticas e dos gastos públicos dos municípios paulistas em sete áreas estratégicas: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção dos Cidadãos e Governança da Tecnologia da Informação (SÃO PAULO, 2024b).

No caso específico dos municípios jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referido indicador é calculado a partir de um questionário disponibilizado às 644 Prefeituras do estado, combinado com dados externos e documentos enviados ao Sistema de Auditoria Eletrônica – AUDESP. As respostas e documentos enviados pelos municípios são validados, segundo os critérios de materialidade e relevância, pelos Auditores de Controle Externo do órgão de controle.

Ressalte-se, neste sentido, que os órgãos jurisdicionados determinam os responsáveis pelo preenchimento dos questionários e envio de informações, através do sistema de delegações, consoante Comunicado SDG nº 43, de 12 de novembro de 2015 (TCESP, 2015), podendo ser os responsáveis de cada setor ou tais informações serem consolidadas e enviadas pelo setor de Contabilidade, como em grande parte dos casos observados pela experiência do autor.

Figura 1 – Vista do questionário i-Plan, parcialmente validado pela fiscalização

Consulta de respostas do questionário:

1.0	1.1	1.2	1.3	1.4
2.0	3.0	3.1	3.2	4.0
4.1	4.1.1	4.1.1.1	4.1.1.2	4.2
4.3	5.0	5.1	5.2	6.0
7.0	8.0	9.0	10.0	11.0
12.0	12.1	13.0	13.1	13.1.1
13.1.1.1	13.2	13.3	14.0	14.1
14.2	14.3	14.4	14.4.1	14.4.2
14.4.3	14.4.4	14.4.4.1	14.4.4.2	14.4.5
14.4.5.1	14.5	14.5.1	15.0	15.1
15.2	15.3	15.4	15.5	16.0
16.1	16.2	16.3	17.0	18.0
19.0				

Respondida
 Respondida parcialmente
 Não respondida

Voltar

1.0. A Prefeitura realizou audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias?
Obs. Serão consideradas apenas as audiências públicas realizadas durante o processo de planejamento municipal (PPA, LDO e LOA).

Sim
 Não

Instrução de Preenchimento

Comentários:

2000 caracteres restantes

Fonte: Retirado do sistema interno de questionários do TCE-SP – IE-M 2024, dados de 2023.

Cada uma das sete dimensões do IEG-M possui uma nota atribuída de “A” = Muito Efetiva à “C” Baixo Nível de Adequação, conforme dados a seguir:

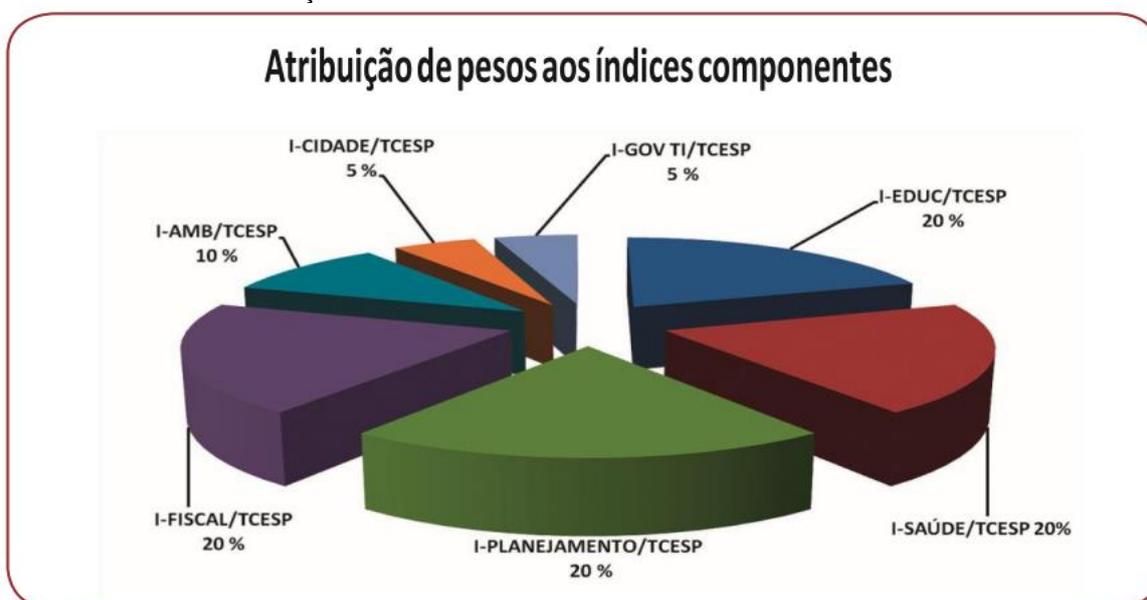
Figura 2 - Faixas do IEG-M

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEG-M maior ou igual a 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEG-M maior ou igual a 75% e menor que 90% da nota máxima
B	Efetiva	IEG-M maior ou igual a 60% e menor que 75% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEG-M maior ou igual a 50% e menor que 60% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEG-M menor que 50% da nota máxima

Fonte: TCE-SP, 2024b.

Para a formação da nota final do índice, pesos são atribuídos às dimensões correspondentes:

Gráfico 1 - Atribuição dos Pesos IEG-M



Fonte: TCE-SP, 2024b.

A contribuição do IEG-M para a fiscalização e melhoria da gestão municipal é multifacetada. Primeiramente, ele oferece uma avaliação detalhada e sistemática da qualidade dos gastos municipais e das políticas públicas implementadas pelos gestores municipais. Essa avaliação é baseada em dados multivariados, coletados de fontes governamentais e outras fontes oficiais de informação, sistemas automatizados

de apoio à fiscalização e questionários preenchidos pelas prefeituras municipais (PASSOS; AMORIM, 2018).

Além disso, o IEG-M promove a transparência e o controle social ao divulgar publicamente os resultados das avaliações. Os cidadãos têm acesso a informações detalhadas sobre a gestão municipal por meio do site infográfico do TCESP e do aplicativo IEG-M *Mobile*, o que lhes permite avaliar os resultados das ações dos gestores públicos e exigir a correspondente prestação de contas (SÃO PAULO, 2024b).

O índice também desempenha um papel pedagógico de modo a orientar os gestores municipais na correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento. Ao identificar áreas de baixa efetividade, o IEG-M fornece informações que ajudam os gestores a melhorarem a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população (SÃO PAULO, 2024b).

Ademais, o IEG-M é uma ferramenta dinâmica e flexível, que pode ser adaptada ano a ano para se manter relevante e ajustada às mudanças nas necessidades e prioridades dos municípios. Essa flexibilidade permite que o índice continue a ser uma ferramenta eficaz para medir e comparar a efetividade da gestão municipal ao longo do tempo (PASSOS; AMORIM, 2018).

Outros autores descrevem, em termos de propriedades, que o IEG-M é útil, válido, confiável e disponível. Ele é útil porque demonstra aos cidadãos e aos agentes públicos os resultados das ações, oferecendo elementos para a correção de rumos e reavaliação de prioridades. É válido porque mede com precisão o conceito abstrato de efetividade da gestão municipal. É confiável porque os dados são coletados de acordo com metodologias específicas e são passíveis de validação. E é disponível porque todas as informações são de fácil obtenção para os Tribunais de Contas (PASSOS; AMORIM, 2018), contribuindo significativamente para a fiscalização e melhoria da gestão municipal ao fornecer uma avaliação detalhada e transparente da efetividade das políticas públicas, promovendo a transparência e o controle social, orientando os gestores na correção de rumos, reavaliação de prioridades e aprimoramento da metodologia das ações fiscalizatórias. Dessa forma, o IEG-M efetivamente contribui para o aprimoramento da gestão pública dos municípios paulistas, sempre na busca pela gestão responsável e pela satisfação das necessidades sociais (DA SILVA, 2020; SÃO PAULO, 2024b;).

Amorim (2017) relata que se alterou a forma de fiscalizar os gastos públicos. Com o IEG-M, as auditorias vão além da conformidade legal e passam a avaliar os resultados práticos das políticas públicas. Em um Estado Democrático de Direito, a fiscalização deve ser mais que punitiva; deve buscar a eficiência na gestão, colaborando ativamente para o interesse público e o bem comum.

Na conclusão do estudo realizado por De Araujo *et al.* (2021), os autores identificam que a efetividade das gestões municipais no Brasil é influenciada positivamente pelo tamanho da população. Especificamente, o aumento da população aumenta em 39% a chance de o município atingir a efetividade. Os autores ressaltam a importância do controle do gasto público, da transparência das informações governamentais e da fiscalização intensificada pelos Tribunais de Contas para melhorar a efetividade das gestões municipais. Eles sugerem que a qualificação das assessorias e a comparação das informações entregues pelos municípios são essenciais para aprimorar a apresentação das contas públicas e a tomada de decisões. Além disso, destacam que a busca pela efetividade deve partir inicialmente do controle do gasto público exercido pela sociedade, pelos órgãos de controle externos e internos e pela melhoria na transparência de informações governamentais.

Outros autores, como Costa Neto *et al.* (2023), utilizaram dois modelos econométricos para analisar a influência da efetividade da gestão municipal na regularidade das contas públicas dos municípios paraibanos. Os resultados indicaram que menores índices de efetividade na educação (I-EDUC) e na saúde (I-SAUDE) aumentam a probabilidade de as contas serem julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). Especificamente, os coeficientes dessas variáveis foram negativos e significativos, implicando que, probabilisticamente, quanto menores os índices de efetividade da educação e da saúde, maiores as chances de as contas serem julgadas irregulares. Além disso, a pesquisa destacou que a efetividade da gestão municipal, medida pelo IEGM e seus componentes, tem uma influência negativa na regularidade das contas públicas. Ou seja, uma gestão menos efetiva está associada a uma maior probabilidade de irregularidades nas contas públicas. Portanto, não se rejeita a hipótese de que menores índices de efetividade das gestões municipais influenciam nas contas julgadas irregulares pelo TCE-PB, implicando que, em média, as reprovações das contas acontecem com níveis de efetividade municipais mais baixos.

2.5.1. I-Planejamento

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme mencionado, o i-Planejamento compõe 20% da nota final do IEG-M, ocupando o eixo principal formado por quatro dimensões que compõem 80% da nota, acompanhado do i-Fiscal, i-Educ e i-Saúde.

O índice permite que se ordenem os municípios com base no que foi planejado e realizado em termos de programas e ações, proporcionando ao usuário da informação uma compreensão ampla desse processo e apontando para os possíveis resultados. Ao analisar os percentuais gerados em relação à execução, torna-se possível comparar o que foi planejado com o que foi efetivamente realizado pela entidade. Através desse comparativo, visualizam-se os reflexos na qualidade de vida dos munícipes, sejam diretos ou indiretos. Na sexta versão do i-Plan, foram acrescentados quesitos para avaliar todas as etapas do planejamento, com o objetivo de analisar os processos vinculados a esta dimensão do IEG-M (TCE-SP, 2024b).

Ao analisar outros índices desenvolvidos por autoridades reconhecidas, tanto nacionais quanto internacionais, percebe-se que um índice é um valor agregado que combina diversos elementos para representar, de forma concisa, o resultado de múltiplas análises. Esse índice visa sintetizar, de maneira precisa e rápida, a conclusão sobre o tema em questão. Ele é constituído por indicadores, que representam diferentes aspectos de um determinado fenômeno. Por exemplo, no caso do índice de inflação, a variação de cada produto da cesta de consumo gera um indicador, e ao integrá-los (seja por soma, subtração ou outro método), obtém-se o índice final. No caso específico da apuração do índice de planejamento, são considerados os seguintes indicadores detalhados conforme suas respectivas avaliações (TCE-SP, 2024b, pp. 18-21):

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e as metas das ações;

Média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, com base nas informações constantes do Relatório de Atividades, por meio do seguinte cálculo:

Cálculo de cada programa:

$$(B/A) = E1$$

$$(D/C) = E2$$

$$|(\mu E1 - \mu E2)| = E$$

Para cada indicador:

$$\text{Se } A = 0 \rightarrow E1 = 0$$

$$\text{Se } C = 0 \rightarrow E2 = 0$$

Para cada programa:

$$\text{Se } \sum A = 0 \rightarrow E = 1$$

$$\text{Se } \sum C = 0 \rightarrow E = 1$$

$$\text{Se } A = \text{branco (não informado)} \rightarrow E = 1$$

$$\text{Se } C = \text{branco (não informado)} \rightarrow E = 1$$

Cálculo de todos os programas:

$$\mu E = E_f$$

$$\text{Se } \sum A = 0 \rightarrow E_f = 1$$

$$\text{Se } \sum C = 0 \rightarrow E_f = 1$$

Seja "A" o valor do indicador do programa previsto inicialmente;

Seja "B" o resultado do indicador do programa realizado;

Seja "C" o valor da meta para a ação do programa;

Seja "D" o resultado da meta realizado;

Seja "E1" o percentual alcançado do indicador de um programa

Seja "E2" o percentual alcançado da meta de uma ação

Seja "E" o resultado do indicador procurado para cada programa;

Seja "Ef" o resultado do indicador procurado de todos os programas;

Conforme o resultado que o "Ef" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 0,2	250
Maior que 0,2 e menor que 0,4	Graduação entre 250 e 0
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados maiores que 0,2 e menores que 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - E_f)/0,2) * 250$$

Por exemplo, se $E_f = 0,25$, a nota do indicador será 187,5 pontos.

- Comparação entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros empregados;

Apresenta o valor alcançado de cada uma das ações, dividindo-se o valor da meta física realizada pelo valor estipulado inicialmente no planejamento; e o quanto dos recursos disponibilizados foram utilizados, dividindo-se o valor liquidado pelo valor fixado atualizado, a partir dos dados constantes da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

Cálculo de cada ação:

$$(D/C) = H1$$

$$(G/F) = H2$$

$$|(\mu H1 - \mu H2)| = H$$

Para cada ação:

Se C = 0 -> H1 = 0

Se F = 0 -> H2 = 0

Se $\sum C = 0$ -> H = 1

Se $\sum F = 0$ -> H = 1

Se C = branco (não informado) -> H = 1

Se F = branco (não informado) -> H = 1

Cálculo de todas as ações:

$\mu H = Hf$

Se $\sum C = 0$ -> Hf = 1

Se $\sum F = 0$ -> Hf = 1

Seja "C" o valor da meta para a ação do programa;

Seja "D" o resultado da meta realizado;

Seja "F" o valor orçamentário fixado final para a ação;

Seja "G" o valor liquidado para a ação;

Seja "H1" o percentual alcançado da meta de uma ação

Seja "H2" o percentual executado do orçamento de uma ação

Seja "H" o resultado das metas físicas e recurso financeiros utilizados para cada ação;

Seja "Hf" o resultado de todas as ações;

Conforme o resultado que "Hf" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 0,2	250
Maior que 0,2 e menor que 0,4	Graduação entre 250 e 0
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados maiores que 0,2 e menores que 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - Hf)/0,2)*250$$

Por exemplo, se Hf = 0,25, a nota do indicador será 187,5 pontos.

- **Percentual de variação do planejamento inicial.**

Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA - comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas.

O cálculo será efetuado da seguinte maneira:

$$J / I = K$$

Seja "J" o valor total dos programas (final);

Seja "I" o valor total dos programas (inicial);

Seja "K" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "K" assumir, receberá a classificação a seguir:

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 1,3	-30 pontos (Perde 30 pontos)
Maior que 0,9 e menor que 1,3	00
Maior que 0,5 e menor ou igual a 0,9	Graduação entre 0 e -30 pontos
Menor ou igual a 0,5	-30 pontos (Perde 30 pontos)

Para resultados maiores que 0,5 e menores que 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,9 - K)/0,4)*(-30)$$

Por exemplo, se $K = 0,7$, a nota do indicador será -15 pontos (Perde 15 pontos).

- Pontualidade na Entrega de Documentos relativos às Peças de Planejamento.

A resposta à seguinte questão será extraída do sistema AUDESP: “Os documentos relativos as peças de planejamento (Atas de audiência de avaliação do cumprimento metas, Relatório de Atividades, PPA, LDO e LOA) são entregues no prazo ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo?”.

Resultado	Pontuação
Documentos relativos às Peças de Planejamento entregues no prazo	150
Documentos relativos às Peças de Planejamento entregues fora do prazo ou não entregue	00

Referidas análises são efetuadas pelo Sistema de Auditoria Eletrônica do Estado de São Paulo (AUDESP), além da aplicação de um questionário à Prefeitura jurisdicionada, em que parte das questões é validada pelos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas. Os questionários trazem quesitos, cujas respostas atingem pontuação para a obtenção do índice, e outras questões que servem para balizar a fiscalização de diagnóstico situação do ente, porém não contam pontos para atribuição de nota.

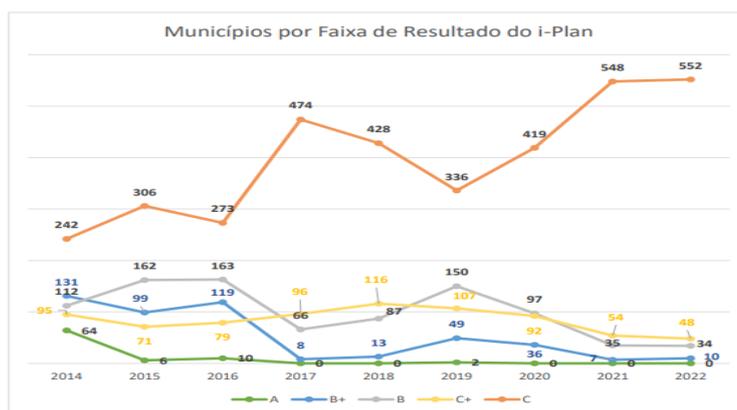
Em razão do complemento à análise deste estudo, verificou-se a observância das respostas às questões relacionadas à:

- Participação popular na elaboração das peças de planejamento;
- Elaboração das peças de planejamento, quanto a existência de estudos prévios, levantamentos de demandas, construção de métricas de monitoramento;
- Acompanhamento da execução e controle interno.

Como o objeto do presente estudo trata da avaliação dos dados do IEG-M no ciclo orçamentário de 2028-2021 para os municípios paulistas, além do exercício de 2022, que engloba o planejamento e a elaboração do Plano Plurianual para o ciclo 2022-2025, traz-se a estrutura do questionário e as inovações/alterações dentro do período, nos **Anexos A** ao **E**.

De 2014 a 2017, observou-se uma evolução nos quesitos avaliados dentro da área temática de planejamento. Em 2014, foram avaliados 7 (sete) itens relacionados a estrutura de planejamento, além dos resultados alcançados pelo setor. A partir de 2015, além do incremento dos quesitos referentes à estrutura e resultados, foram incluídos itens relacionados à fase de Pré-planejamento, como a coleta de sugestões e a elaboração das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), além do acompanhamento da execução do orçamento, alcançando-se 49 (quarenta e nove quesitos). Em 2016, foi iniciada a coleta de informações a respeito do incentivo à participação popular (Audiências Públicas antecedentes à elaboração das peças orçamentárias). Com o incremento de tais quesitos, em 2017, o número de itens avaliados no I-Planejamento alcançou 50 (cinquenta). Todos os manuais elaborados anualmente encontram-se disponibilizados na página eletrônica do IEGM do TCE-SP (2024b).

Gráfico 2 - Histórico de Evolução do I-Plan



Fonte: TCE-SP, 2024a.

Referente aos resultados, de acordo com o Anuário consolidado do índice afeto ao planejamento (último disponível, Anuário 2024, exercícios 2014-2022), é demonstrada uma tendência de deslocamento ao menor patamar disponível (Nota C = baixo nível de adequação), ao passo em que houve involução no número de municípios paulistas classificados no índice mais alto (A = Altamente Efetiva),

chegando-se a “zero” em 2017, mantendo-se inalterado até 2022. A evolução dos índices está representada no gráfico 2.

Dada a importância do tema e ao peso atribuído em relação à nota final do IEG-M, considera-se que o Planejamento é pilar importante na gestão municipal, de tal forma que a falta de qualidade impacta diretamente na nota final do índice de efetividade, tal como demonstrado na tabela 1 a seguir, onde houve uma tendência de deslocamento do número de municípios paulistas aos índices “C+” e “C” tanto no I-Plan como no IEG-M.

A seguir, citamos trecho do Anuário do IEG-M 2024-2020 que assim dispõe:

Houve um pequeno aumento do número de municípios nas faixas de resultados B+ (Muito Efetiva) de 7 para 10 e a redução de 1 município na faixa B (Efetiva) de 35 para 34. Em 2022, o total de municípios dentro das faixas C+ (Em fase de adequação) e C (Baixo nível de adequação) foi de 600, representando 93% do total de municípios paulistas analisados. sendo que destes, só a faixa C (552) representa 85%, indicando que houve um aumento no número de municípios que se enquadraram na faixa mais baixa do indicador (TCESP, 2024a, p. 45).

Tabela 1 – Quantidade de municípios por índice.

Nota	IEG-M	i-Plan								
	2018	2018	2019	2019	2020	2020	2021	2021	2022	2022
A	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
B+	11	13	4	49	1	36	0	7	0	10
B	275	87	137	150	89	97	33	35	52	34
C+	264	116	325	107	250	92	164	54	223	48
C	94	428	178	336	304	419	447	548	369	552

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anuário do IEG-M 2014-2022 (TCE-SP, 2024a)

Otoni (2022) sugeriu que esse declínio aos de baixos níveis de efetividade podem estar associados à falta de relevância dada pelos gestores públicos, pela dificuldade de compreensão da construção do índice, ausência de motivação para melhorar a classificação de efetividade, inexistência de disseminação de boas práticas de gestão e falta de efetivo reflexo entre o resultado do IEG-M e o parecer das contas municipais.

2.6. Papel Pedagógico e Indutor do Controle Externo

Conforme discutido por Camargo (2020), a evolução das competências dos tribunais de contas tem um impacto significativo na gestão dos recursos públicos. Em primeiro lugar, com o aumento de suas atribuições, esses tribunais passaram a exercer um controle externo que vai além da análise posterior das contas e inclui ações preventivas e concomitantes. Isso permite identificar e corrigir irregularidades em tempo real, prevenindo o desperdício e o mau uso de recursos públicos.

Além disso, os tribunais de contas possuem autonomia para emitir decisões com caráter quase judicial, permitindo-lhes julgar diretamente as contas dos gestores públicos. Essa autonomia reforça a supervisão financeira e a responsabilização dos administradores (CAMARGO, 2020).

Outro aspecto importante é o papel educacional desses tribunais, que emitem recomendações e alertas sobre a gestão pública. Isso promove uma melhoria contínua na administração, pois incentiva os gestores a seguirem as orientações dadas pelos tribunais (CAMARGO, 2020).

A análise qualitativa das contas, que inclui critérios além dos meramente numéricos, oferece uma avaliação mais abrangente da gestão pública. Os tribunais consideram não apenas os números, mas também a efetividade e a condição geral das contas, incentivando uma gestão mais responsável e transparente (CAMARGO, 2020).

Ressalte-se, inclusive, a aplicação da Lei da Ficha Limpa, que torna inelegíveis os gestores em caso de rejeição de contas, ilustra como a atuação dos tribunais de contas pode influenciar diretamente a política e a responsabilidade dos gestores públicos. Esses fatores juntos contribuem para fortalecer a democracia e a responsabilidade fiscal, promovendo uma gestão pública mais eficiente e transparente (CAMARGO, 2020).

Os Tribunais de Contas desempenham um papel na implementação e avaliação das políticas públicas ao exercerem o controle externo sobre as condutas administrativas, especialmente no que se refere ao orçamento público e sua destinação para a realização do interesse público. Eles são responsáveis por fiscalizar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos, o que inclui a realização de auditorias, avaliações e inspeções para analisar a qualidade e o desempenho das políticas públicas. Além disso, oferecem recomendações para o

aperfeiçoamento das políticas públicas, garantindo que os recursos públicos sejam empregados de forma eficiente e eficaz. Dessa forma, ao avaliar os resultados e impactos das políticas públicas, os Tribunais de Contas fornecem uma referência técnica aos agentes públicos e à sociedade, qualificando o debate relativo ao desempenho, utilidade e resultados das políticas públicas (MEDEIROS; RECK, 2023).

O Conselheiro do TCESP, Dimas Ramalho, argumenta que o trabalho de controle externo da Administração Pública deve impactar positivamente a vida dos cidadãos. Ele destaca que o TCESP atua como indutor de políticas públicas, encorajando e provocando gestores sem invadir suas competências ou sufocar sua discricionariedade. O Tribunal exerce essa influência principalmente através do controle de legalidade, exigindo o cumprimento e aprimoramento das políticas públicas instituídas por lei. Além disso, a transparência total é fundamental, pois a publicação de dados conforme a Lei de Acesso à Informação permite identificar áreas que necessitam de novas políticas ou ajustes nos programas existentes. Também defende a função pedagógica do Tribunal, que alerta, explica e recomenda boas práticas aos gestores públicos. Quando necessário, o TCESP impõe sanções para corrigir condutas inadequadas, especialmente em casos de má-fé e negligência no uso do dinheiro público. O objetivo final é exigir ações e resultados que transformem o cenário social e econômico, vinculando a competência constitucional do Tribunal à realidade cotidiana da população e fortalecendo sua identidade institucional (RAMALHO, 2024).

Quanto “a contribuição do Controle Externo para a efetividade das políticas públicas, há o destaque ao desempenho de uma função pedagógica junto aos órgãos jurisdicionados, oferecendo oportunidades de qualificação nas diversas áreas da Administração Pública. Mais do que punir, a instrução proveniente das Cortes de Contas é um instrumento prático para que as ações dos gestores se alinhem aos interesses da sociedade (DALLOLIO, 2019).

Anualmente, por meio de Escolas de Contas ou órgãos similares, são disponibilizados cursos, palestras, debates, eventos, manuais e outros instrumentos de disseminação do conhecimento acumulado. Por exemplo, a Escola Paulista de Contas Públicas Presidente Washington Luís do TCESP oferece cursos de ensino à distância e uma publicação periódica para estimular o debate entre academia, sociedade e Administração Pública. O Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de

Contas da União, também se destaca pelas ações e eventos educacionais promovidos (DALLOLIO, 2019).

Extrapolando-se a figura de controle, seja ele prévio, concomitante ou posterior, já há exemplos do Controle Externo atuando como indutor de Políticas Públicas, participando ativamente dos processos, como o destaque para o Tribunal de Contas de Rondônia (TCERO).

Nas auditorias operacionais, é comum avaliar-se o desempenho e os resultados das políticas, programas e projetos públicos. Para isso, é essencial que as estruturas dos entes públicos possuam informações suficientes para permitir o trabalho do controle externo, o que nem sempre ocorre, demandando adequações que os auditores frequentemente realizam para cumprir seu papel.

Um exemplo notável é a atuação no Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC). A partir de auditorias operacionais, o Tribunal identificou fragilidades nas políticas públicas voltadas à educação, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental nos municípios, o que prejudicava sua efetividade. Alunos chegavam ao terceiro ano sem habilidades adequadas de escrita e leitura, o que impactava negativamente o desenvolvimento de competências fundamentais, aumentava a evasão escolar e resultava em perdas financeiras significativas devido ao abandono escolar. O PAIC, com o objetivo de orientar e induzir boas práticas, é realizado em parceria interinstitucional entre o TCERO e as redes municipais, focando no aprimoramento da política de alfabetização. O Tribunal atua como cooperador técnico, oferecendo especialistas em gestão de redes educacionais e práticas de alfabetização, materiais pedagógicos, capacitação para equipes gestoras, e ferramentas para implementação e avaliação de políticas, sem custos para os municípios. Além de induzir boas práticas, o TCERO também fiscaliza, determinando providências aos gestores municipais para solucionar deficiências que prejudicam o alcance das metas de aprendizado, garantindo que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade certa. O sucesso do programa PAIC é evidenciado por melhorias significativas na alfabetização, como observado em visitas a municípios onde alunos do primeiro ano do ensino fundamental demonstraram leitura fluente (Dias, 2024).

3. METODOLOGIA

O propósito deste estudo trata da relação entre o papel pedagógico, indutor e à possibilidade de melhoria da qualidade do planejamento municipal, medido pelo IEG-M - i-Plan.

A revisão da literatura buscou demonstrar as principais fragilidades do planejamento dos municípios, bem como identificar experiências da utilização dos dados obtidos através do IEG-M para avaliação de itens específicos da gestão municipal. Além disso, através de pesquisa nas bases de dados relacionados a Tribunais de Contas dos Estados brasileiros, trouxe à tona indicativos da participação do controle na indução de políticas públicas, bem como na capacitação de gestores e servidores da Administração Pública.

A abordagem de pesquisa foi a documental, através do levantamento de informações em fontes secundárias de dados como instrumento metodológico, baseados em documentos oficiais, publicações parlamentares e fontes estatísticas disponibilizadas na página eletrônica do IEG-M (LAKATOS; MARCONI, 2017). Além disso, trata-se do tipo de pesquisa que se estabelece em estudos que exploram informações em documentos públicos, de bibliotecas ou arquivos (GIL, 2010).

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva e exploratória. Segundo Gil (2010), a pesquisa de cunho descritivo é aquela que busca fazer “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou [...] o estabelecimento de relações entre variáveis”. Conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013) os estudos exploratórios são realizados quando o objetivo é examinar um tema ou um problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual não foi abordado antes.

Quanto à natureza da pesquisa, se classifica como quantitativa e os métodos aplicados referem-se à utilização das respostas atinentes à dimensão Planejamento, do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). Para análise dos dados referentes à estrutura administrativa para o planejamento, levantamento de demanda, incentivo à participação popular para a formulação das Peças de Planejamento, acompanhamento e controle interno foram utilizadas a fórmula de SOMA do Microsoft Excel, como forma de analisar as frequências dos municípios que responderam afirmativamente ou negativamente a tais itens.

Também houve a utilização das fórmulas estatística descritiva do Microsoft Excel como forma de verificação da aderência dos planos orçamentários e as

atividades relacionadas, além da análise de regressão múltipla pelo Python, para verificar se o porte e a demografia dos municípios, além da despesa fixada, influenciaram no percentual de alterações do orçamento.

A amostra utilizada somou os 644 municípios jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sendo coletadas as respostas e dados relacionados ao i-Plan, referentes aos exercícios de 2018 a 2022, que engloba o ciclo orçamentário do Plano Plurianual (2018-2021), bem como o exercício de 2022, como uma forma de afastar os impactos trazidos pela pandemia do Covid-19 e que englobe o período da elaboração e implementação do Plano Plurianual para o ciclo orçamentário 2022-2025.

Devido a mudanças na estrutura dos questionários ao longo dos exercícios avaliados, algumas análises tiveram espaço de tempo reduzidos, mas o fato não comprometeu a análise evolutiva e de tendência verificada nos resultados.

4. RESULTADOS

A seguir, serão exploradas as deficiências identificadas no IEG-M i-Plan relacionadas às etapas de Pré-Planejamento (diagnóstico), Formulação das Peças Orçamentárias, Acompanhamento da Execução e Controle Interno, identificadas com base nas respostas dos órgãos jurisdicionados, no período de 2018 a 2022, cuja parte delas foi validada pelos Auditores de Controle Externo do TCESP, nas fiscalizações ordinárias das prestações de contas das Prefeituras. No curso do exercício de 2024, está em andamento a validação das informações prestadas referentes ao exercício de 2023, cujos índices ainda não foram divulgados, razão pela qual tais dados não foram incluídos neste estudo. Neste momento encontram-se as primeiras limitações do estudo, no que tange à impossibilidade de verificação da quantidade de questões cujas respostas foram validadas, com alteração de respostas ou não pela Auditoria, de modo que a ação da fiscalização pode melhorar ou piorar o desempenho do município na dimensão. Assim sendo, parte das respostas baseia-se por fonte declaratória dos órgãos, com exceção dos documentos enviados e analisados pelo Sistema AUDESP, com peso na nota final do índice, também tratados neste capítulo.

4.1. Quanto à estrutura de planejamento

Preliminarmente, foram analisados os dados das respostas das questões referentes à estrutura de planejamento, a indicar uma tendência de aumento na criação de tais departamentos, sugerindo-se uma atuação efetiva do TCE-SP, de tal modo que os Gestores Públicos demonstram preocupação em se adequar às recomendações/determinações do TCE (Camargo, 2020; Ramalho, 2024), conforme indicação nas tabelas 2 a 4. As referências nas tabelas indicam o respectivo número da questão em cada questionário anual aplicado:

Tabela 2 – Existência de Estrutura Administrativa para o Planejamento.

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 7	2019 - Ref. - Q. 15	2020 - Ref. - Q. 15	2021 - Ref. - Q. 14	2022 - Ref. - Q. 14
Sim	233 36,18%	319 49,53%	316 49,07%	326 50,62%	367 56,99%
Não	411 63,82%	325 50,47%	328 50,93%	318 49,38%	277 43,01%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Evidencia-se que o percentual de municípios que criou uma estrutura administrativa para planejamento cresceu de 36,18% em 2018 para 56,99% em 2022, representando um incremento de 57,52% no período analisado.

As tabelas 3 e 4, denotam a divisão na avaliação das estruturas de planejamento, pois a partir de 2019 não mais se questionava especificamente a existência de cargos específicos no Setor de Planejamento, e tão somente a existência de recursos humanos para operacionalização das atividades. Além disso, em 2018 a questão era independente, isto é, não dependia de resposta de questão anterior. No entanto, de 2019 a 2022, os dados correspondem às respostas das subquestões 15.1 (2019 e 2020) e 14.1 (2021 e 2022), que derivam da quantidade de municípios que declarou contar com estrutura administrativa para o planejamento, correspondentes às questões 15 e 14, respectivamente, que originaram os dados da tabela 2.

Apesar disso, foi possível identificar uma melhora no percentual de municípios que declararam contar com estrutura de capital humano para as atividades de planejamento.

Dentre os municípios que possuíam estrutura administrativa para o planejamento, houve um aumento no percentual de municípios que dispuseram de recursos humanos para operacionalização das atividades, sendo 93,73% em 2019 e 96,73% em 2022, com incremento de 3,20%. No entanto, como a análise refere-se aos municípios que declararam possuir estrutura administrativa para o planejamento (tabela 2), quando confrontados os dados com o total de municípios, a situação demonstra que, em 2019, 46,43% dos municípios possuía recursos humanos para operacionalizar as atividades de planejamento ao passo que 55,12% respondiam afirmativamente ao quesito em 2022. O incremento foi de 18,72%, mas ainda há um percentual de 44,88% dos municípios que necessita de recursos humanos para operacionalizar referidas atividades.

Tabela 3 –Estrutura criada com cargos específicos (Analista/Técnico de planejamento e orçamento).

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 8
Sim	80 12,42%
Não	564 87,58%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Tabela 4 – Disposição de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento.

Resposta/Exercício	2019 - Ref. - Q. 15.1	2020 - Ref. - Q. 15.1	2021 - Ref. - Q. 14.1	2022 - Ref. - Q. 14.1
Não	20 6,27%	19 6,01%	10 3,07%	12 3,27%
Sim	299 93,73%	297 93,99%	316 96,93%	355 96,73%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Em que pese a existência de recursos humanos disponíveis para a realização do planejamento, a tabela 5, a seguir, indica altos percentuais de profissionais que não possuem dedicação exclusiva para a matéria, sobretudo em razão da existência da maior parte de municípios com ausência de estrutura ou organizada de forma enxuta. Ressalte-se que, a partir de 2019, as respostas a esse quesito dependiam de alternativa afirmativa para a questão relacionada à existência de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento, motivo pelo qual a quantidade total de servidores declarados é menor que em 2018:

Tabela 5 – Municípios que possuem servidores com dedicação exclusiva para Planejamento.

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 12	2019 - Ref. - Q. 15.1.2	2020 - Ref. - Q. 15.1.2	2021 - Ref. - Q. 14.1.2	2022 - Ref. - Q. 14.1.2
Não	553 85,87%	199 66,33%	211 71,04%	208 65,82%	219 61,52%
Sim	91 14,13%	101 33,67%	86 28,96%	108 34,18%	137 38,48%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

A análise da tabela 5 demonstrou que houve um aumento no percentual de municípios possuem servidores com dedicação exclusiva, sendo 14,13% em 2018 e 38,48% em 2022. No entanto, como a análise a partir de 2019 só computou os municípios que possuíam recursos humanos destacados para atividades de planejamento (tabela 4), quando confrontados os dados com o total de municípios, a situação demonstra que, em 2022, 21,27% dos municípios possuía recursos humanos com dedicação exclusiva. O incremento foi de 50,53% desde 2018, mas ainda há um percentual de 78,73% dos municípios que, ou não possuem recursos humanos destacados ao planejamento, ou não possuem servidores com dedicação exclusiva.

Ainda quanto aos recursos humanos, passou-se a verificar a oferta e realização de treinamentos específicos sobre planejamento. Para fins de melhor visualização, os dados da tabela 7 foram divididos em 2 (dois) intervalos, considerando-se a existência de servidores que realizaram as capacitações em carga horária inferior ou igual a 40 horas anuais e superior a 40 horas no ano, uma vez que houve alteração nos intervalos nos questionários referentes à 2019 e 2020, em relação à 2018, conforme dados dos **Anexos A ao E**. A partir de 2021, não havia mais o questionamento da carga horária dos treinamentos, e tão somente a realização ou não das capacitações. Os dados das tabelas 6 e 7 demonstram a incipiência na relação de servidores que foram capacitados na matéria, embora a maior parte dos municípios tenha declarado a realização de treinamentos. Assim como na análise da tabela 5, os dados a partir de 2019 contemplam somente aqueles municípios que responderam afirmativamente à questão referente à disponibilização de recursos humanos para o planejamento:

Tabela 6 – Municípios que possuem servidores com treinamento específico para o planejamento.

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 9	2019 - Ref. - Q. 15.1.3	2020 - Ref. - Q. 15.1.3	2021 - Ref. - Q. 14.1.3	2022 - Ref. - Q. 14.1.3
Não	308	87	87	91	101
	47,83%	29,00%	29,29%	28,80%	28,37%
Sim	336	213	210	225	255
	52,17%	71,00%	70,71%	71,20%	71,63%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Em que pese a elevada fatia de municípios que possuem servidores com treinamento específico para planejamento dentre os respondentes ao quesito, se considerados todos os municípios do estado de São Paulo, o percentual de 71,63% cai para 39,60%. A oferta de treinamento, neste caso, depende de uma maior disponibilidade de servidores para o planejamento municipal, aliada uma estrutura de planejamento que permita tal capacitação.

Tabela 7 – Carga Horária anual de treinamentos específicos.

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 9.1	2019 - Ref. - Q. 15.1.3.1	2020 - Ref. - Q. 15.1.3.1
Menos de 40 horas	320		194
	95,24%		91,08%
Mais de 40 horas	16		19
	4,76%		8,92%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Neste sentido, infere-se que as deficiências verificadas na estrutura de planejamento, tais como a falta de profissionais capacitados para desempenhar funções que exigem conhecimentos específicos em legislação, contabilidade e administração pode resultar em imprecisões na elaboração do orçamento. Tal fato pode encontrar agravante por esses servidores em grande parte acumularem as funções de planejamento com outras funções no órgão público. Em que pese evidenciado o aumento do número de municípios a contar com uma estrutura administrativa voltada ao planejamento, as deficiências na gestão de recursos humanos não garantem que o fato de existir uma estrutura administrativa corrija essas imprecisões, corroborando com o verificado na literatura. Além disso, a fatia de municípios que não detém estrutura para o planejamento ainda é relevante (DIAMOND, 2003; SANTOS, 2011).

4.2. Quanto ao diagnóstico das demandas

De acordo com o Manual de Planejamento Público elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP, 2021), o diagnóstico é a primeira etapa do Ciclo Orçamentário, através do levantamento formal de problemas, necessidades e deficiências que devem ser identificadas anteriormente à realização do planejamento.

A análise quantitativa a seguir descrita vai evidenciar a quantidade de municípios que realizam tais etapas, de modo que a situação pode ser agravada pelo fato evidenciado no item anterior, quanto aos pontos de melhoria relacionados à estrutura administrativa e profissionais responsáveis por realizarem o planejamento, incluindo-se a etapa em análise. Eis o que dispõe o Manual: *“Tendo em vista a complexidade desse levantamento, imprescindível que seja realizado por equipe de profissionais estruturada, dedicada e treinada, a qual deve ser capaz de reunir informações das diversas áreas de atuação do ente.”* (TCESP, 2021).

A partir dos dados das respostas do IEG-M analisamos as informações, trazendo as tabelas 8 a 12, para totalizar os municípios que efetuaram cada etapa necessária ao pré-planejamento:

Tabela 8 – Municípios que possuem levantamentos formais de problemas antecedentes ao planejamento - Exceto Audiências Públicas do PPA, LDO e LOA.

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 14	2019 - Ref. - Q. 2	2020 - Ref. - Q. 2	2021 - Ref. - Q. 2	2022 - Ref. - Q. 2
Não	422 65,53%	374 58,07%	413 64,13%	336 52,17%	329 51,09%
Sim	222 34,47%	270 41,93%	231 35,87%	308 47,83%	315 48,91%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Quanto aos levantamentos formais de problemas observa-se um aumento de 41,89% no número de municípios que realizam tais precedentes, demonstrado na tabela 8. No entanto, a maior parte dos municípios ainda não os realiza, embora o crescimento possa ser atribuído à própria atividade fiscalizatória e às determinações/recomendações do Tribunal, compactuando ao citado pelos autores Camargo, 2020; Ramalho, 2024.

A seguir, manifestação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, trazida no Manual de Planejamento Público (TCESP, 2021, p. 20):

Figura 3 - TC-006478.989.16 – Recomendação quanto à estrutura de planejamento e ausência de levantamentos formais antecedentes ao planejamento.

Precedente TCESP: TC-006478.989.16 – Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste – Exercício de 2017

Na apuração do IEG-M/TCESP, a média geral do Município de Palmeira D'Oeste foi "C", gestão caracterizada como de "baixo nível de adequação" perante os critérios de avaliação, como efeito dos resultados insatisfatórios nos índices setoriais de Planejamento, Educação, Meio ambiente, Proteção às Cidades e Governança de TI.

Relembro que os serviços públicos devem estar diretamente relacionados às demandas dos munícipes, sendo, portanto, premente a realização de levantamentos e estudos prévios que embasem o planejamento e o estabelecimento de metas quantificáveis, passíveis de acompanhamento e controle contínuos.

No caso em apreço, a falta de levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do Município, antecedentes à atividade de planejamento, assim como a inexistência de equipe estruturada, dedicada e treinada para a sua execução, explicam a baixa efetividade das políticas públicas nos setores supracitados.

Dito isso, é de se formular advertência à Origem para que reveja as deficiências apuradas por meio do IEG-M, em especial quanto ao Planejamento, cujo aperfeiçoamento deve ser verificado na próxima inspeção. (g.n.)

Fonte: TCESP, 2021, p.40.

Outro fator relevante, de apoio à elaboração das peças de planejamento, trata da coleta de sugestões pela Internet que, no período da Pandemia do Covid-19, serviu de suporte a impossibilidade de não realização das Audiências Públicas, como uma forma de garantia à participação popular. O incremento de tais realizações é verificado na tabela 9, que demonstra um salto a partir do exercício de 2020, mantendo-se à crescente até o exercício de 2022. No período de 2018 a 2022, houve um aumento de 262,73% no número de municípios que adotaram tal prática:

Tabela 9 – Municípios que possuem coleta de sugestões pela internet para elaboração das peças orçamentárias.

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 15	2019 - Ref. - Q. 3	2020 - Ref. - Q. 3	2021 - Ref. - Q. 3	2022 - Ref. - Q. 3
Não	537	533	395	280	256
	83,39%	82,76%	61,53%	43,48%	39,75%
Sim	107	111	247	364	388
	16,61%	17,24%	38,47%	56,52%	60,25%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Exigência legal trazida no Art. 48, §1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000), a realização de Audiências Públicas precede à elaboração das Peças orçamentárias, razão pela qual os municípios devem incentivar a participação popular. Nas análises concentradas nas tabelas 10 a 12, avaliou-se os períodos de

realização destas audiências, além das formas de realização e de divulgação dos resultados:

Tabela 10 – Realização de Audiências Públicas para elaboração das peças orçamentárias.

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 18.5	2019 - Ref. - Q. 1.2	2020 - Ref. - Q. 1.2	2021 - Ref. - Q. 1.3	2022 - Ref. - Q. 1.3
Dias Úteis - Horário Comercial	476	460	471	388	318
	74,26%	64,43%	65,78%	51,73%	42,63%
Dias Úteis - Após Horário Comercial	164	246	220	331	399
	25,59%	34,45%	30,73%	44,13%	53,49%
Sábados, Domingos e Feriados	1	8	25	31	29
	0,16%	1,12%	3,49%	4,13%	3,89%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Em que pese tenha havido um deslocamento positivo de 119,43% na quantidade de audiências públicas realizadas em horários que favoreçam a participação da maior parte da população no período de 2018 a 2022, sobretudo da classe trabalhadora (tabela 10), a realização de forma presencial ainda é a regra (tabela 11), com exceção dos exercícios de 2020 e 2021, em razão da Pandemia. Denote-se que o somatório das colunas, por vezes supera o número total de municípios analisados, em razão da existência de mais de uma audiência pública realizada por exercício. Denote-se que a realização das audiências públicas de modo presencial representou cerca de 70% do total realizado no último exercício avaliado, fato que prejudica a participação da população, sobretudo em municípios que demandam um maior deslocamento para o local da sessão.

Tabela 11 – Modo de realização de Audiências Públicas para elaboração das peças orçamentárias.

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 18.2	2019 - Ref. - Q. 1.1	2020 - Ref. - Q. 1.1	2021 - Ref. - Q. 1.1	2022 - Ref. - Q. 1.1
Presencialmente	639	643	443	490	596
	97,26%	96,26%	57,91%	58,61%	70,04%
Internet	18	25	322	346	255
	2,74%	3,74%	42,09%	41,39%	29,96%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Tabela 12 – Municípios que divulgaram os resultados das Audiências Públicas.

Resposta/Exercício	2018 - Ref. - Q. 18.1.1	2019 - Ref. - Q. 1.3.1	2020 - Ref. - Q. 1.3.1	2021 - Ref. - Q. 1.4.1	2022 - Ref. - Q. 1.4.1
Não	332	231	161	95	98
	52,28%	36,67%	26,92%	16,13%	16,07%
Sim	303	399	437	494	512
	47,72%	63,33%	73,08%	83,87%	83,93%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

As oportunidades de melhoria evidenciadas relacionam-se com a incipiência de levantamentos formais, coletas de sugestões pela Internet e da ampla participação da população nas Audiências Públicas. Cita-se como uma limitação deste estudo a impossibilidade de análise qualitativa do conteúdo das sugestões e deliberações das coletas e audiências públicas, a fim de verificar se houve demandas originárias da participação popular e o encaminhamento de demandas, a indicar efetiva participação da população.

4.3. Quanto à formulação das peças de planejamento

Encerrada a etapa de diagnóstico, passa-se ao segundo passo do ciclo das Políticas Públicas, o do desenho. O estudo optou pela análise do Plano Plurianual, pois é o que reflete o plano estratégico do município, do qual deriva a Lei de Diretrizes e a Lei Orçamentária Anual, tendo, em regra, que os programas e ações estarem previstos no primeiro, para replicação nos demais (PAULO, 2010).

Consoante os dados apresentados no IEG-M, I-Plan, foi possível observar que nem todos os Programas, Ações, Metas e Indicadores do PPA foram precedidos de estudos para sua definição. No exercício de 2018, o questionário aplicado propôs colher informações acerca da existência de elementos como a elaboração das metas e indicadores em conformidade à realidade do município e em solução a problemas identificados na sociedade local. A quantidade descrita na tabela 13 refere-se aos municípios que declararam a existência de tais elementos na formulação do PPA. Nos exercícios de 2019 a 2021, o questionário limitou-se a verificar a existência de estudos para a definição/formulação dos programas, ações e metas. Em 2022, voltou a questionar outros elementos necessários à elaboração do Plano:

Tabela 13 – Elementos na elaboração do PPA (Programas, ações e metas).

Sobre programas, ações e metas do PPA:	2018 - Ref. Q. 25.3	2022 - Ref. Q. 6.1
As metas físicas e financeiras são desafiadoras e pertinentes à realidade do município	214 44,12%	
Há estudo para elaboração/definição dos programas do PPA	302 62,27%	
Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas	251 51,75%	
Os programas articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade	291 60,00%	
Desenho, estratégia de implementação e focalização		85 13,22%
Diagnóstico do problema ou da situação que demanda providências		349 54,28%
Estratégia de construção de confiança e suporte		70 10,89%
Identificação dos objetivos, das ações e dos resultados esperados		357 55,52%
Impacto orçamentário e financeiro		327 50,86%
Monitoramento, Avaliação e Controle		193 30,02%
Total de municípios que responderam	485	643

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Tabela 14 – Realização de estudos para elaboração/definição dos programas, ações, metas e indicadores do PPA.

Hipótese/Exercício	2019	2020	2021	2022
Não realiza estudo	113 17,55%	117 18,17%	112 17,39%	196 30,43%
Sim, para a maior parte dos programas	196 30,43%	205 31,83%	197 30,59%	148 22,98%
Sim, para a menor parte dos programas	66 10,25%	70 10,87%	54 8,39%	75 11,65%
Sim, para todos os programas do PPA	269 41,77%	252 39,13%	281 43,63%	225 34,94%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Os dados da tabela 13, quanto a inexistência de estudos e identificação de pontos de melhoria no desenho dos Programas, além da ausência de monitoramento e controle, corroboram com os estudos de Santos (2011), no que se refere à

inexistência de correlação entre o Plano Plurianual e as demandas da sociedade. Os percentuais referentes ao desenho e monitoramento dos programas e ações indicam a necessidade de melhoria na construção das peças de planejamento.

A tabela 14 evidenciou um aumento de 73,39% na quantidade de municípios que não realizou estudos para elaboração ou definição dos programas, ações, metas e indicadores do PPA.

Quanto a isso, também se pronunciou o Tribunal de Contas da União (TCU):

Acórdão nº 948/2016-TCU-Plenário

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO COMPARAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS ORÇAMENTÁRIAS ESTABELECIDAS POR INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS, COM AS PRÁTICAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA. OPORTUNIDADES DE MELHORIA. RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. CIÊNCIA À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL E A OUTROS ÓRGÃOS INTERESSADOS. IV.2. Monitoramento e Avaliação de Resultados [...]

224. Diante do exposto, conclui-se que o atual processo de planejamento e orçamento não está integralmente aderente ao princípio da boa governança orçamentária que trata do 'desempenho, avaliação e custo-benefício', especialmente porque:

- a) faltam indicadores de efetividade no PPA;
- b) os objetivos do plano não possuem indicadores, tampouco metas anuais;
- c) não há definição clara dos responsáveis pela realização dos objetivos do plano, mormente aqueles decorrentes de agendas transversais sem planos nacionais;
- d) o monitoramento semestral revela-se intempestivo para auxiliar a gestão;
- e) a atual estrutura do orçamento dificulta a associação entre custos incorridos e o resultado das políticas;
- f) falta uma instância de coordenação, responsável pela supervisão da execução orçamentária e cobrança mais efetiva por resultados; e
- g) os processos de monitoramento e avaliação são formais e nem sempre retroalimentam o sistema de planejamento.

4.4. Quanto ao acompanhamento do planejamento e controle interno

O teor das avaliações formais (relatórios), necessários ao acompanhamento da execução do planejamento constou nos questionários do IEG-M somente até o exercício de 2020, sendo que, posteriormente, questionou-se a existência de acompanhamento do planejamento, com a respectiva emissão de relatórios periódicos ao Prefeito Municipal, e quais eram as instâncias responsáveis por este acompanhamento (Anexos D e E).

A tabela 15 evidencia a quantidade de municípios que declararam a realização das avaliações da execução do planejamento de modo em que não houve o alcance de 60% dos municípios em nenhuma das ações em todos os exercícios examinados.

Tabela 15 – Existência de avaliações formais (relatórios).

Dados/Exercício	2018 - Ref. Q. 25.2	2019 - Ref. Q. 18.6	2020 - Ref. Q. 17.5
Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida)	259	231	245
	53,40%	48,94%	55,94%
Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município	213	224	221
	43,92%	47,46%	50,46%
Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade	143	179	184
	29,48%	37,92%	42,01%
Total de municípios que realizam acompanhamento	485	472	438

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Cabe destacar que os pontos de melhoria evidenciados no diagnóstico e desenho das peças de planejamento podem ter desfigurado as ações de controle.

Quanto à Instituição do Controle Interno, efetuado pelo órgão municipal, este deve obedecer ao rito do art. 35, da Constituição Estadual de 1989, que assim dispõe:

Artigo 35 – Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.

Quanto à análise do capital humano responsável pelo monitoramento e avaliação dentro dos órgãos, passou-se a analisar, nas tabelas 16 a 18, a estrutura de Controle Interno dos municípios, onde os principais pontos de melhoria remetem à falta de exclusividade nas funções de controle, sendo evidenciado em 46,25% dos municípios no último exercício avaliado (2022).

Tabela 16 – Servidor investido em cargo efetivo como Responsável pelo Controle Interno.

Resposta/Exercício	2019 - Ref. Q. 19.3.1	2020 - Ref. Q. 18.3.1	2021 - Ref. Q. 16.4.1	2022 - Ref. Q. 16.4.1
Não	25	26	36	30
	4,84%	4,85%	6,23%	5,08%
Sim	492	510	542	560
	95,16%	95,15%	93,77%	94,92%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Tabela 17 – Servidor respondendo pelo Controle Interno de forma exclusiva ou não exclusiva.

Resposta/Exercício	2019 - Ref. Q. 19.3.1.1	2020 - Ref. Q. 18.3.1.1	2021 - Ref. Q. 16.4.1.1	2022 - Ref. Q. 16.4.1.1
Exclusiva	236	249	273	301
	47,97%	48,82%	50,37%	53,75%
Não Exclusiva	256	261	269	259
	52,03%	51,18%	49,63%	46,25%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Tabela 18 – Disponibilização de treinamentos para servidores do Controle Interno.

Resposta/Exercício	2019 - Ref. Q. 19.3.2	2020 - Ref. Q. 18.3.2	2021 - Ref. Q. 16.4.2	2022 - Ref. Q. 16.4.2
Não	214	253	213	171
	41,39%	47,20%	36,92%	28,98%
Sim	303	283	364	419
	58,61%	52,80%	63,08%	71,02%

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados das respostas do IEG-M.

Os pontos de melhoria verificados nas instâncias de controle interno e que afetam negativamente o planejamento foram citados por Schick (1998) e Diamond (2003) e evidenciados neste estudo quanto a quase metade dos municípios informados com servidores atuando de forma não exclusiva. A limitação deste estudo refere-se à avaliação da efetividade do controle interno, no sentido de avaliação e reporte de irregularidades ou recomendações ao Gestor Público.

4.5. Quanto à execução do planejamento e alterações do planejamento

A seguir, apresentam-se os dados analisados pelo Sistema Audep e disponíveis na página do IEG-M. Para fins de cálculo, foram utilizadas as métricas constantes no Manual do IEG-M (2024b, p. 18/19), reproduzidos na Seção 2.5:

Tabela 19 – Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações: Ref. Q. P.1.

Resultado/Exercício	2018	2019	2020	2021	2022
Menor ou igual a 0,2	248	238	226	112	124
	39,12%	37,01%	35,15%	17,42%	19,41%
Maior que 0,2 e menor que 0,4	110	111	122	129	139
	17,35%	17,26%	18,97%	20,06%	21,75%
Maior ou igual a 0,4	276	294	295	402	376
	43,53%	45,72%	45,88%	62,52%	58,84%

Fonte: Elaborado pelo Autor conforme dados analisados pelo Sistema Audep e disponibilizados no IEG-M.

Assim sendo, a tabela 19 indica que houve uma diminuição no número de municípios que atingiram nota máxima no item. Em contrapartida, houve um aumento de 35,17% no percentual de municípios que atingiram o índice maior ou igual a 0,4, no período de 2018 a 2022, a indicar falta de coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações.

A seguir, analisou-se o confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados, de acordo com os cálculos apresentados no Manual do IEGM (2024):

Tabela 20 – Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados: Ref. Q. P.2.

Resultado/Exercício	2018	2019	2020	2021	2022
Menor ou igual a 0,2	222	219	163	40	48
	35,02%	34,06%	25,35%	6,21%	7,45%
Maior que 0,2 e menor que 0,4	149	138	169	157	173
	23,50%	21,46%	26,28%	24,38%	26,86%
Maior ou igual a 0,4	263	286	311	447	423
	41,48%	44,48%	48,37%	69,41%	65,68%

Fonte: Elaborado pelo Autor conforme dados analisados pelo Sistema Audep e disponibilizados no IEG-M.

A tabela 20 indica que houve aumento de 58,34% no número de municípios que alcançaram resultado que não estabelece pontuação no item, no período de 2018 a 2022, a indicar inconsistências entre os recursos financeiros previstos e empregados para o atingimento das metas das ações.

Esses fatos evidenciam que que as peças orçamentárias possuem caráter meramente burocrático, a indicar o atendimento a uma exigência legal, não se

revestindo de critérios de planejamento, indicadores e metas que possibilitam o controle externo e social, conforme abordado por Paulo (2010).

Outrossim, passou a análise das alterações orçamentárias do período, pautando-se pelas informações enviadas pelos órgãos jurisdicionados ao Sistema Audesp, cujos dados são representados de forma decimal, com os valores acima ou abaixo de 1, concernentes à variação do orçamento no período. Consolidados os dados, a análise foi realizada pela opção “Estatística Descritiva”, que trouxe os seguintes resultados, constantes na tabela 21:

Tabela 21 – Estatística Descritiva – Alterações Orçamentárias – Ref. Q. P.3.

Variável/Exercício	2018	2019	2020	2021	2022
Média	1,137	1,124	1,168	1,233	1,397
Erro padrão	0,004	0,004	0,013	0,014	0,007
Mediana	1,122	1,107	1,143	1,203	1,379
Modo	1,000	1,000	1,000	1,000	1,478
Desvio padrão	0,094	0,090	0,325	0,348	0,182
Variância da amostra	0,009	0,008	0,106	0,121	0,033
Curtose	3,184	3,938	546,715	487,847	0,411
Assimetria	1,101	1,438	22,481	20,697	0,621
Intervalo	0,904	0,700	8,075	8,471	1,134
Mínimo	0,722	1,000	1,000	1,000	1,050
Máximo	1,626	1,700	9,075	9,471	2,184
Soma	720,670	723,937	752,496	794,298	899,799
Contagem	634,000	644,000	644,000	644,000	644,000

Fonte: Elaborado pelo Autor conforme dados analisados pelo Sistema Audesp e disponibilizados no IEG-M.

Denote-se que houve um crescimento nas variáveis média e mediana, indicando uma tendência de aumento no percentual de alterações do planejamento ao longo dos anos.

Para investigar a influência de dados demográficos (como população e densidade demográfica) e dados de orçamento (despesas fixadas) nas alterações orçamentárias realizadas nos municípios, uma opção viável é a regressão múltipla. É uma técnica estatística amplamente utilizada para analisar a relação entre uma variável dependente e variáveis independentes. É comum em pesquisas sociais, econômicas e de políticas públicas, pois permite entender como diferentes fatores influenciam um resultado específico. Neste estudo, ela foi configurada da seguinte maneira:

- Variável dependente (alterações orçamentárias);
- Variáveis independentes (população, densidade demográfica e despesa fixada).

As bibliotecas utilizadas foram as bibliotecas *pandas*, *statsmodels*, e *scikit-learn*, que são ferramentas amplamente utilizadas em análise de dados e modelagem estatística no *Python*, cada uma com funcionalidades específicas que facilitam a manipulação e exploração de dados, bem como a implementação de modelos matemáticos. A biblioteca *pandas* oferece estruturas de dados poderosas, como *DataFrames*, que permitem o armazenamento e a manipulação eficiente de dados tabulares, sendo essencial para operações como limpeza, agregação, e transformação de dados. Já a biblioteca *statsmodels* é especializada em análise estatística e econometria, fornecendo ferramentas para ajustar modelos estatísticos, como regressão linear, e avaliar a qualidade do ajuste por meio de métricas detalhadas e testes de hipóteses. Por fim, o módulo *StandardScaler*, da biblioteca *scikit-learn*, é utilizado para padronizar variáveis, ajustando os valores para uma escala com média zero e desvio padrão unitário, o que é crucial em modelos sensíveis a diferenças de escala entre variáveis. O uso integrado dessas bibliotecas permite conduzir análises robustas e interpretar resultados de forma confiável em estudos científicos.

Código utilizado:

```
import pandas as pd
import statsmodels.api as sm
from sklearn.preprocessing import StandardScaler
# Selecionar a Variável dependente
y = resultado['Alterações Orçamentárias']
# Normalizar as Variáveis Independentes
scaler = StandardScaler()
X_scaled = scaler.fit_transform(resultado[['População', 'Despesa Fixada', 'Densidade
Demográfica']])
# Adicionar uma constante
X = sm.add_constant(pd.DataFrame(X_scaled, columns=['População', 'Despesa
Fixada', 'Densidade Demográfica']))
```

Ajustar o modelo de regressão

model = sm.OLS(y, X).fit()

Os resultados estão consolidados na imagem a seguir, sendo também reproduzidos na tabela 22:

Figura 4 – Resultados da regressão múltipla

OLS Regression Results						
Dep. Variable:	Alterações Orçamentárias		R-squared:	0.054		
Model:	OLS		Adj. R-squared:	0.053		
Method:	Least Squares		F-statistic:	61.36		
Date:	Fri, 06 Dec 2024		Prob (F-statistic):	1.44e-38		
Time:	13:56:30		Log-Likelihood:	-90.200		
No. Observations:	3210		AIC:	188.4		
Df Residuals:	3206		BIC:	212.7		
Df Model:	3					
Covariance Type:	nonrobust					
	coef	std err	t	P> t	[0.025	0.975]
const	1.2122	0.004	275.800	0.000	1.204	1.221
População	0.0131	0.013	0.977	0.329	-0.013	0.040
Despesa Fixada	-0.0660	0.013	-5.079	0.000	-0.091	-0.041
Densidade Demográfica	0.0583	0.005	11.353	0.000	0.048	0.068
Omnibus:	6598.598	Durbin-Watson:	1.679			
Prob(Omnibus):	0.000	Jarque-Bera (JB):	32265923.152			
Skew:	16.780	Prob(JB):	0.00			
Kurtosis:	493.015	Cond. No.	6.34			

Fonte: Cálculos a partir dos Dados do Sistema Audesp e IBGE (2024).

Interpretação dos Resultados

- **R-Quadrado:** 0.054 - Apenas 5.4% da variabilidade nas alterações orçamentárias é explicada pelas variáveis independentes.
- **Coefficientes:**
 - **População:** Coeficiente muito pequeno e não significativo.
 - **Despesa Fixada:** Coeficiente negativo e significativo, indicando uma relação inversa, a indicar que, quanto maior a despesa, menor o índice de alterações orçamentárias.
 - **Densidade Demográfica:** Coeficiente positivo e altamente significativo, indicando uma forte relação positiva, a indicar que, com o aumento da densidade demográfica, aumenta-se o índice de alterações orçamentárias.

Tabela 22 – Resultados da regressão múltipla

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t-valor	p-valor
const	1,212211589	0,00439526	275,7997411	0
População	0,013140028	0,013447451	0,977138926	0,328574103
Despesa Fixada	-0,065979203	0,012990698	-5,078957314	4,01194E-07
Densidade Demográfica	0,05830106	0,005135303	11,35299234	2,58115E-29

Fonte: Elaborado pelo Autor conforme dados analisados pelo Sistema Audesp e disponibilizados no IEG-M.

A tabela 23 indica a quantidade de municípios em que as alterações orçamentárias superaram as inflações medidas nos períodos (IBGE, 2024).

Tabela 23 – Comparativo – Alterações Orçamentárias x Inflação (IPCA)

Exercício	2018	2019	2020	2021	2022
Inflação Medida	3,75%	4,31%	4,52%	10,06%	5,79%
Municípios Acima	568	543	605	554	640
	88,20%	84,32%	93,94%	86,02%	99,38%
Municípios Abaixo ou Igual	76	101	39	90	4
	11,80%	15,68%	6,06%	13,98%	0,62%

Fonte: Elaborado pelo Autor conforme dados analisados pelo Sistema Audesp e disponibilizados no IEG-M e IBGE (2024).

Observa-se a ocorrência de muitos municípios que superaram em alterações orçamentárias os índices de inflação medidas no período, contrariando a jurisprudência do TCE-SP (2017, 2018), e corroborando a afirmação trazida nos estudos de Yonamine (2024), no sentido que alterações orçamentárias ocorridas em excesso, descaracterizam o planejamento e indicam fragilidades neste.

5. PROPOSTA APLICADA

A proposta do estudo é o desenvolvimento de um ciclo de capacitação externa para melhoria da qualidade do planejamento municipal e consequente melhoria da fiscalização. O TCESP (2024c) já possui exemplos da realização de capacitações anuais voltadas a diversos temas, como os realizados em 2024 e descritos da forma que segue:

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) divulgou o calendário oficial de atividades da 28ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Públicos. Em 2024, entre março e junho, serão realizadas 10 reuniões regionais para difundir e debater boas práticas administrativas e esclarecer dúvidas relativas à gestão pública.

Durante as reuniões, com a presença do Presidente do TCE, Renato Martins Costa, estarão Conselheiros, Auditores, membros do Ministério Público de Contas, Diretores e equipe técnica, **que discutirão, entre outros temas, a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/21), repasses públicos ao Terceiro Setor, resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e as vedações impostas por lei no último ano de mandato dos Prefeitos.**

Com 28 anos ininterruptos de realização, o evento é direcionado a Prefeitos, Vereadores, Secretários, gestores e lideranças políticas e municipais. Os encontros são organizados pela Secretaria-Diretoria Geral e pelos Departamentos de Supervisão da Fiscalização em conjunto com as Unidades Regionais do TCE no Estado. (grifo nosso).

A figura 5, a seguir, demonstra um exemplo de ciclo de capacitação oferecido pelo TCE-SP (2024):

Figura 5 – Exemplo de Capacitação TCE-SP

9º ENCONTRO **LIVE TEAMS**

Ciclo de Capacitações NLLC - Nova Lei de Licitações e Contratos

Experiências do DGA e Retrospectiva/Tira-dúvidas

ABERTURA
RENATO MARTINS COSTA
 Presidente do TCE-SP

INSTRUTORAS
ANA LUIZA LOPES SUGIURA
 Assessora Técnica-Procuradora – DGA

ROBSON LUÍS CORREIA
 Diretor Técnico da Fiscalização (UR-18)

ROSMARI APARECIDA FERRAILOLO
 Assessora Técnica-Procuradora – DGA

[streaming.tce.sp.gov.br/lives](https://go.tce.sp.gov.br/nllc9)

4/11
 SEGUNDA
 14h30 | 16h00

<https://go.tce.sp.gov.br/nllc9>

TCE-SP
 Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Fonte: Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/6524-nono-encontro-ciclo-capitacoes-sobre-nova-lei-licitacoes-acontecera-novembro>

A capacitação deve abordar o ciclo da política pública, que engloba o diagnóstico, desenho, implementação e controle, com foco nos seguintes pontos, a partir da identificação de fragilidades neste estudo:

- Falta de profissionais capacitados para desempenhar funções que exigem conhecimentos específicos em legislação, contabilidade e administração, o que pode ter resultado em imprecisões na elaboração do orçamento;
- Acúmulo de funções de planejamento com outras funções no órgão público, o que pode influenciar na deficiência das atividades de planejamento, aliada à baixa carga horária de treinamento específico;
- A realização de audiências públicas de forma presencial ainda é a regra, aliada às oportunidades de melhoria relacionadas com a incipiência de levantamentos formais e coletas de sugestões pela Internet;

- Não realização de levantamentos formais de problemas observada na maior parte dos municípios paulistas;
- A inexistência de estudos prévios para elaboração dos Programas, Ações, Metas e Indicadores do Plano Plurianual, além da deficiência no desenho dos Programas, e ausência de monitoramento e controle, indicando a inexistência de correlação entre o Plano Plurianual e as demandas da sociedade;
- Falta de coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações;
- Inconsistências entre os recursos financeiros previstos e empregados para o atingimento das metas das ações;
- Tendência de aumento no percentual de alterações do planejamento ao longo dos anos, a indicar insuficiente planejamento orçamentário.

Os pontos de melhoria no planejamento municipal estão ancorados na necessidade de aumento da nota do i-Plan, que é um dos projetos do plano estratégico 2022-2026, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (2022), dentro do Objetivo 3 – Contribuir para a Melhoria da Gestão Pública e da Prevenção de Erros e Fraudes, na Iniciativa I10 – Programa de fomento às boas práticas nas gestões municipais.

Embora o IEG-M, consideradas as notas obtidas, em princípio, não retrate situações de boas práticas em gestão do planejamento, propõe-se a utilização da ferramenta como uma forma de identificar possíveis boas práticas isoladas, que possam contribuir para a melhoria da gestão de outros municípios.

Gussoni *et al* (2024), descrevem a possibilidade de utilização do *benchmarking* como uma interessante ferramenta de aprimoramento da gestão pública municipal e disseminação de casos de sucesso, que apontam possibilidades de melhorias ou adoção de novas soluções para localidades com baixos índices de efetividade da gestão. Igualmente, perceberam que um guia ou manual para identificação, análise e validação das melhores práticas de gestão municipal encontradas em municípios avaliados com o IEG-M podem assegurar a divulgação dos melhores casos, configurando-se como instrumentos hábeis a orientar os gestores na administração municipal. Os estudos comprovaram que o *benchmarking* pode ser bem-sucedido, também, na área pública municipal, sendo que algumas experiências do uso de boas práticas como norteador para disseminação de boas políticas já foram comprovadas no país.

Em paralelo, propõe-se capacitar o Controle Externo, no sentido de avaliar tais indicativos nas fiscalizações concomitantes que serão realizadas no exercício de 2025, de um modo estratégico, por ser o ano de elaboração dos Planos Plurianuais para o próximo quadriênio (2026-2029). As auditorias devem englobar a verificação dos incentivos e participação popular para a formulação das Peças de Planejamento, a construção dos programas e ações, baseadas em evidências empíricas e que indiquem as necessidades de atendimento à demanda local. A partir do atendimento de tais premissas, entende-se ser possível o acompanhamento da execução do planejamento durante todo o ciclo orçamentário. A capacitação ao público interno possui opções de realização remota, através de *lives* específicas direcionadas ou através do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento ao Pessoal da Fiscalização (CAAPEFIS), que ocorre no início de cada ano, realizadas pela Escola Paulista de Contas Públicas do TCE-SP.

CONCLUSÃO

Inicialmente, infere-se que houve confirmação da revisão na literatura, no que tange às impropriedades relacionadas à gestão do planejamento.

A análise de frequência das respostas do IEG-M demonstrou que há pontos de melhoria em todo o ciclo do planejamento e da política pública. Os principais achados remetem à ausência de capacitação ou carga horária reduzida de treinamento dos profissionais para desempenhar funções que exigem conhecimentos específicos em legislação, contabilidade e administração, o acúmulo de funções de planejamento com outras inerentes à Administração Pública, decorrida pela estrutura, por muitas vezes, enxuta no município.

Constatou-se também a incipiência de participação popular, quer seja na realização de audiências públicas, bem como na etapa de levantamentos formais e coletas de sugestões pela Internet para a formulação das Peças de Planejamento.

Quanto à elaboração das Peças de Planejamento, verificou-se impropriedades na ausência de estudos para a formulação das peças, além de inconsistências nos Programas, Ações, Metas e Indicadores escolhidos. Tais fatores decorrem para o distanciamento entre a elaboração dos planos orçamentários às demandas sociais locais.

Na execução do planejamento, houve aumento no percentual de alterações do planejamento ao longo dos anos, a indicar insuficiente planejamento orçamentário e extrapolação dos índices de inflação medidos nos exercícios, contrariando a jurisprudência do Tribunal e confirmando a indicação dos autores quanto a não observância do planejamento inicial. A análise de regressão múltipla demonstrou influências da despesa fixada e densidade demográfica nas alterações orçamentárias, sendo uma relação inversa na primeira e positiva na segunda.

Na instância de controle, destaca-se a alta incidência de capital humano atuando de forma não exclusiva.

Quanto à existência do papel pedagógico e indutor do controle externo, a revisão de literatura demonstrou exemplos do próprio TCE-SP e de outras instâncias de controle externo, no reforço dos papéis supracitados, qual possam permitir a implementação de iniciativas para a melhoria da qualidade do planejamento municipal, medida pelo I-Plan do IEG-M.

A partir disso, sugeriu-se a capacitação interna e externa, como tentativa de melhoria da qualidade do planejamento municipal, a partir do foco nas deficiências identificadas e na análise concomitante da elaboração das Peças de Planejamento para o quadriênio 2026-2029.

O IEG-M mostrou-se uma ferramenta capaz de diagnosticar a situação dos municípios, evidenciando os pontos a melhorar e a potencial capacidade de qualidade no planejamento. Alguns quesitos apresentaram elevação nas respostas positivas ao longo do tempo, o que sugere a participação do controle externo na missão de orientar os gestores públicos a adotarem boas práticas de gestão tem o potencial de melhorar a qualidade do planejamento municipal. Reforça-se, neste sentido o papel pedagógico e indutor do Controle Externo, à medida em que o corpo técnico se especializa na análise e fica apto a ajudar na construção da capacidade, respondendo-se positivamente à pergunta de pesquisa deste trabalho.

Importante ressaltar que o IEG-M ainda não é determinante para a emissão de Pareceres desfavoráveis pelo TCE-SP, perfazendo o rol de recomendações, advertências e determinações à margem da decisão das contas anuais do Executivo. Espera-se que um maior peso, tendência esta que já começa a se desenhar, acabe por incentivar ou induzir esforços para a melhoria dos quesitos, e conseqüentemente melhor qualidade na gestão pública, não só no item isolado do I-Planejamento.

Propõe-se estudos para verificação da aderência dos resultados do IEG-M à composição dos Pareceres Prévios emitidos.

Destacam-se limitações no estudo baseadas na impossibilidade de verificar a atuação da Auditoria na validação das questões do IEG-M com a consequente retificação das respostas. Outra limitação ao estudo refere-se à classificação de todas as alterações orçamentárias efetuadas, se derivadas da Lei Orçamentária Anual ou de outras Leis, sendo, em último caso, com ausência de autorização legislativa.

Outro fator remete à necessidade de que o planejamento municipal deva ser avaliado de uma forma em que se permita o dinamismo, considerando que as entidades se adaptem rapidamente às mudanças e desafios do ambiente. Recomenda-se, nesse sentido, uma possível alteração na avaliação do índice de efetividade, não limitando-se a comparar as peças de planejamento e os resultados obtidos, aliado a uma pontuação ponderada nas justificativas de alterações orçamentárias e não somente avaliando-se o índice de alterações em si. Os programas e ações avaliados no i-Plan trazem referências às outras dimensões analisadas pelo índice, reforçando a necessidade de que a análise da Gestão Pública, no prisma do IEG-M, deva englobar o conjunto de dimensões disponíveis. Ressalte-se, sobretudo, que as questões complementares do i-Plan retratam insumos necessários à elaboração das Peças de Planejamento e acompanhamento da execução.

Sugerem-se estudos no sentido de verificar estimativa de receitas de forma a identificar a capacidade de arrecadação própria dos municípios, bem como se há subestimativa ou superestimativa de arrecadação. Conforme apontam Cavalcanti e De-Losso (2023), os municípios de São Paulo apresentam uma arrecadação relativamente baixa, mesmo mantendo um baixo nível de endividamento e dedicando apenas uma pequena parte de seus orçamentos ao pagamento da dívida. Contudo, além de avaliar a arrecadação, é crucial discutir as transferências correntes e determinar quem deve ser priorizado na alocação do orçamento destinado a essas transferências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, André de Carvalho. A utilização do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) como ferramenta de avaliação de políticas públicas. **Conteúdo**

Jurídico. 2017. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/open-pdf/cj589550.pdf/consult/cj589550.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc29.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 948/2016. Relatório de Levantamento**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Relator: José Múcio Monteiro. Brasília. 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br>. Acesso em 13 out. 2024.

GUSSONI, Paulo Ricardo et al. Benchmarking a partir do IEG-M: Uma Abordagem para Melhoria na Gestão Pública Municipal. In: **Congresso Lusófono de Gestão de Recursos Humanos e Administração Pública**, 7. 2024, Lisboa. Anais... Lisboa: 2024. p. 147-159.

CAMARGO, Bibiana Helena Freitas. Abordagem constitucional dos tribunais de contas: uma análise acerca da evolução de suas competências. **Revista Controle**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 342-376, jan./jun. 2020.

CAVALCANTE, Carlos Nataniel Rocha; DE LOSSO, Rodrigo. Pacto Federativo: Uma Discussão sobre Arrecadação e Transferências Correntes dos Entes Federativos Subnacionais. **Boletim Informações Fipe**, p. 24-30, out. 2023.

COSTA NETO, João Antonio; RAONI PEREIRA LIMA, Caio; ALVES DINIZ, Josedilton. Análise da Efetividade da Gestão Municipal na Regularidade das Contas Públicas. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 23, n. 54, p. 43-58, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/128409>. Acesso em: 11 set. 2024.

DA SILVA, Gledson de Oliveira. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal com indutor do aperfeiçoamento da gestão pública nos municípios paulistas. **Cadernos**, v. 1, n. 5, p. 65-81, 2020.

DALLOLIO, Leandro. A fiscalização e o papel pedagógico dos tribunais de contas: um olhar sobre a Agenda 2030 da ONU. **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 58-69, jan. 2019. ISSN 2595-2412. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/52>>. Acesso em: 30 out. 2024.

DE ARAUJO, Leonardo Coelho et al. Gestões Municipais no Brasil: um estudo a partir do Índice de Efetividade das Gestões Municipais-IEGM. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 20, p. e3137, 2021.

DIAMOND, Jack. Performance Budgeting: Managing the Reform Process. Washington, D.C.: **International Monetary Fund**, 2003. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp0333.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2024.

DIAS, Omar Pires (2024, janeiro 12). Tribunal de Contas: indutor e fiscalizador de políticas públicas. **Atricon**. Disponível em: <<https://atrimon.org.br/tribunal-de-contas-indutor-e-fiscalizador-de-politicas-publicas/>>. Acesso em: 9 out. 2024.

DE OLIVEIRA, Rogerio Ceron; ARELLANO, Luis Felipe Vidal. Os Governos municipais cumprem a LRF? **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 5, p. 11-25, jul. 2020. ISSN 2595-2412. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/103>>. Acesso em: 12 set. 2024.

FRANZESE, Cibele; ABRUCIO, Fernando Luiz. A combinação entre federalismo e políticas públicas no Brasil pós-1988: os resultados nas áreas de saúde, assistência social e educação. **Reflexões para Iberoamérica: avaliação de programas sociais**. Enap, 2009 p. 25-42. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/693>>. Acesso em 12 out. 2024.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE, **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>>. Acesso em 14 out. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8ª ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, Jeanine Lykawka; RECK, Janriê Rodrigues. O Tribunal de Contas: ator ou coadjuvante na implementação das políticas públicas na perspectiva do Direito

Constitucional contemporâneo? In: LIMA, Edilberto Carlos Pontes (coord.). **Os Tribunais de Contas e as políticas públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 233-245. ISBN 978-65-5518-596-6.

NASCIMENTO, Roberto Sérgio do; VIOTTO, Ricardo. **Manual de planejamento e orçamento público: Da elaboração das leis orçamentárias à prestação de contas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

OLIVEIRA, Claudio Ladeira de; FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. O Orçamento Público no Estado Constitucional Democrático e a Deficiência Crônica na Gestão das Finanças Públicas no Brasil. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis, n. 76, p. 183-212, Mai 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000200183&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 out. 2023.

OTONI, Alexandre Marcos. **O IEG-M: sua evolução e desafios para como ferramenta de efetividade**. 2022. FGV EAESP – MPGPP: Trabalhos Individuais. 2021. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/31591>. Acesso em: 30 out. 2024.

PASSOS, Guiomar; AMORIM, André de Carvalho. A Construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). **Rev. FSA, Teresina**, v.15, n.6, art.14, p.241-259, nov./dez.2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/345419969_Fatores_que_impactam_na_qualidade_do_planejamento_orcamentario_dos_municipios_do_estado_de_Sao_Paulo>. Acesso em: 10 set. 2024.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. **Revista do Serviço Público**, v. 61, n. 2, p. 171-187, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.21874/rsp.v61i2.44>>. Acesso em 11 set. 2024.

RAMALHO, Dimas. **Tribunal de Contas como indutor de políticas públicas. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, 2024. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/6524-artigo-tribunal-contas-como-indutor-politicas-publicas-dimas-ramalho>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. In: CARDOSO JR, J. (org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. p. 177-216.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2013.

SANTOS, Eugênio Andrade Vilela dos. (2011). O confronto entre o Planejamento Governamental e o PPA. In: Cardoso Jr., J. C. (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Ipea, v.4 (p. 307-336.). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf>. Acesso em 10 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Constituição Estadual, de 5 de outubro de 1989**. Disponível em: <al.sp.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. **Comunicado SDG n° 43, de 12 de novembro de 2015 – Sistema de Delegações de Responsabilidades**. São Paulo: TCE, 2015. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/comunicado-sdg-432015-sistema-delegacoes-responsabilidades>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. Parecer. **Contas Anuais do exercício de 2015 da Prefeitura Municipal de Mendonça**. Relator: Conselheira Doutora Cristiana de Castro Moraes. São Paulo, 11 de abril de 2017. Disponível em <https://www2.tce.sp.gov.br/arqs_juri/pdf/594689.pdf>. Acesso em 19 out. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. Parecer. **Contas Anuais do exercício de 2016 da Prefeitura Municipal de Igarapu do Tietê**. Relator: Conselheiro Doutor Antonio Roque Citadini. São Paulo, 16 de julho de 2018. Disponível em <https://www2.tce.sp.gov.br/arqs_juri/pdf/669916.pdf>. Acesso em 19 out. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. **Manual de Planejamento Público TCESP**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Manual%20de%20Planejamento%20Público%20%28vf-200121%29.pdf>>. Acesso em 11 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. **Planejamento Estratégico 2022-2026**. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2022-2026>>. Acesso em 12 out. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. **Índice de efetividade da gestão municipal. Anuário**. São Paulo, 2024; a. Disponível em: <https://painel.tce.sp.gov.br/arquivos/iegm/Anuario_IEG-M_2014-2022.pdf>. Acesso em 11 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. **Manual do Índice de Efetividade da Gestão Municipal 2024**. São Paulo: TCE, 2024; b. Disponível em: <<https://iegm.tce.sp.gov.br/help.html>>. Acesso em: 8 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. **Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Públicos**. São Paulo, 2024; c. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/tcesp-ciclo-debates>>. Acesso em: 14 out. 2024.

SCHICK, Allen. Why Most Developing Countries Should Not Try New Zealand Reforms. **The World Bank Research Observer**, vol. 13, 1998. p. 123–131.

SPEEDEN, Eduardo Andrade.; PEREZ, Olivia Cristina. Fatores que impactam na qualidade do planejamento orçamentário dos municípios do estado de São Paul. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], 2019. DOI: 10.21118/apgs.v12i1.5517. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5517>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

TOLEDO JUNIOR, Flavio Corrêa de. **Transposição, Remanejamento e Transferência Orçamentária. Possibilidade de autorização na lei de diretrizes orçamentárias (LDO)**. São Paulo, 2013. Disponível em <<https://www4.tce.sp.gov.br/transposicao-remanejamento-e-transferencia-orcamentaria-possibilidade-de-autorizacao-na-lei-de>>. Acesso em 21 nov. 2023

YONAMINE, Juliana Valente. **Alterações orçamentárias dos municípios jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**. 2024. 115 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2024.

ANEXO A - Questionário IEG-M – I-Plan – 2018:

QUESITOS	RESPOSTAS
1. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos? (CF art. 74)	SIM
	NÃO
1.1 Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis?	SIM, DE TODOS OS APONTAMENTOS - 10
	SIM, DE PARTE DOS APONTAMENTOS – 05
	NÃO - 00
2. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM
	NÃO
3. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?	SIM
	NÃO
4. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
	NÃO
5. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? (LRF, art. 4º, I, "b")	SIM Informe o número do artigo na LDO:
	NÃO
6. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor? (LRF, art. 4º, I, "T")	SIM Informe o número do artigo na LDO:
	NÃO
7. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	SIM
	NÃO
8. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?	SIM
	NÃO
9. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
9.1. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?	Menos de 8 horas/ano;
	Entre 8 a 40 horas/ano;
	Mais de 40 horas/ano.
10. O município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01 – Estatuto das Cidades?	SIM
	NÃO Justifique:
	NÃO SE APLICA
11. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?	SIM
	NÃO
12. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM
	NÃO
13. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?	SIM
	NÃO
13.1. O sistema informatizado é descentralizado (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?	SIM
	NÃO
14. Além das audiências públicas, há levantamentos formais dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento? (Os Planos Municipais Setoriais – Educação, Saúde, Saneamento, etc. somente podem ser considerados se neles houver evidências do levantamento formal dos problemas)	SIM – 20
	NÃO – 00

QUESITOS	RESPOSTAS
<p>14.1. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento? Obs.: É possível selecionar várias opções</p>	Ensino;
	Saúde;
	Assistência Social;
	Serviços Urbanos;
	Segurança Pública;
	Saneamento;
	Defesa Civil;
<p>14.2. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?</p>	SIM Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação:
	NÃO
<p>14.3. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?</p>	SIM - 20 Qual(is)?
	NÃO – 00
<p>15. As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?</p>	Até um mês
	Entre um mês a dois
	Mais de dois meses
	Não há coleta de sugestões pela internet
<p>16. Na coleta pela Internet há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?</p>	SIM
	NÃO
	Não há coleta de sugestões pela internet
<p>17. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?</p>	SIM – 20
	NÃO – 00
<p>18. A prefeitura realizou audiências públicas em 2018?</p>	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
18.1. As audiências públicas são transcritas em atas?	SIM
	NÃO
18.1.1. As atas de audiências públicas são divulgadas na Internet?	SIM
	NÃO
18.2. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? (LRF, art. 48, parágrafo único)	Obs.: É possível selecionar várias opções Presenciais Pela Internet Outros (especificar):
18.3. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? Obs.: É possível selecionar várias opções	Diário Oficial
	Jornais
	Panfletos
	Carro de Som
	Website da Prefeitura
	Mural
	Faixas
	Outros (Quais?)
18.4. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?	1 (uma)
	Entre 2 a 5
	Mais de 5
18.5. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas?	Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas);
	Dia de semana após as 18 horas
	Aos sábados, domingos e feriados.

QUESITOS	RESPOSTAS
18.6. As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?	SIM
	NÃO
18.7. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?	SIM
	NÃO
19. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento econômico da despesa? (LF nº 4.320/64, art. 15)	SIM
	NÃO
20. Na lei orçamentária, há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?	Sim Qual o percentual?
	Não
21. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?	SIM Informe o número do artigo:
	NÃO
22. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?	SIM Informe o número do artigo:
	NÃO
23. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?	SIM Informe o número do artigo:
	NÃO
24. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?	SIM
	NÃO
25. Há acompanhamento da execução do planejamento?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
25.1. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito
	Setor de planejamento
	Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
25.2 Existem avaliações formais (relatórios) quanto à:	<p>() Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade - 10</p> <p>() Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida) - 10</p> <p>() Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município - 10</p>
25.3 Sobre programas, ações e metas do PPA:	<p>() Há estudo para elaboração/definição dos programas do PPA - 10</p> <p>() Os programas articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade - 10</p> <p>() Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas - 10</p> <p>() As metas fiscais e financeiras são desafiadoras e pertinentes à realidade do município - 10</p>
25.4 O monitoramento da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?	SIM, COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS PARA O PREFEITO – 10
	SIM, SEM FORMALIZAÇÃO PARA O PREFEITO – 05
	NAO - 00

QUESITOS	RESPOSTAS
26. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	SIM
	NÃO
26.1. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária? Obs.: É possível selecionar várias opções	Dotações previstas e executadas;
	Programas previstos e executados;
	Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
	Outros (Quais?)
27. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?	SIM
	NÃO
27.1. Onde ocorre a divulgação dessas peças? Obs.: É possível selecionar várias opções	Portal de Transparência
	Site da Prefeitura
	Mural
	Outros (Quais?)
28. Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente? (CF, art. 227, caput; LF nº 8.089/90, art. 4º, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d")	SIM Qual a dotação prevista? Qual o valor empenhado? Qual o valor liquidado?
	NÃO
29. Foi observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e as normas de acessibilidade vigentes? (LF nº 13.146/15)	SIM
	NÃO
30. O Sistema de Controle Interno foi regulamentado? (CF, art. 31)	SIM – 00
	NÃO - -10 (perde 10 pontos)
30.1. O instrumento normativo define competências e atribuições do Controle Interno?	SIM
	NÃO
31. O Responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	SIM
	NÃO
32. Há realização de audiências públicas para debater as metas fiscais? (LRF, art. 9º, § 4º)	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
33. Foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão?	SIM
	NÃO
33.1. A Ouvidoria do Órgão está em funcionamento?	SIM
	NÃO Justifique:

34. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 50 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 500, será considerada a pontuação máxima do i-Plan como 500.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Plan.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 500 Pontos mínimos: 000	i-PLAN/TCESP: 20/100 = 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA

$$i\text{-PLAN/TCESP} = (\text{Somatório dos indicadores})/500$$

ANEXO B - Questionário IEG-M – I-Plan – 2019:

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
1	A Prefeitura realizou audiências públicas em 2019?	SIM
		NÃO
1.1	Assinale a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA): Art. 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	<input checked="" type="checkbox"/> Presenciais
		<input checked="" type="checkbox"/> Pela Internet
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
1.2	Assinale o dia e horário de realização das audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> Dia de semana em horário comercial (8 as 18 horas)
		<input checked="" type="checkbox"/> Dia de semana após as 18 horas - 02
		<input checked="" type="checkbox"/> Aos sábados, domingos e feriados - 02
1.3	As audiências públicas são transcritas em atas ou outro documento de registro das demandas/proposições apresentadas pela participação popular?	SIM - 02
		NÃO - 00
1.3.1	As demandas/proposições, resultado das audiências públicas, são divulgadas?	SIM - 06
		NÃO - 00
1.3.1.1	Assinale as formas de divulgação do registro das demandas/proposições, resultado das audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website da prefeitura)
		<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website de jornais de grande circulação)
		<input checked="" type="checkbox"/> Diário Oficial
		<input checked="" type="checkbox"/> Jornal(is) impresso(s) de grande circulação
		<input checked="" type="checkbox"/> Televisão
		<input checked="" type="checkbox"/> Rádio
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
2	Além das audiências públicas, há levantamentos formais dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento? (Os Planos Municipais Setoriais – Educação, Saúde, Saneamento, etc. somente podem ser considerados se neles houver evidências do levantamento formal dos problemas)	SIM
		NÃO

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
2.1	Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento?	<input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Social <input checked="" type="checkbox"/> Serviços Urbanos <input checked="" type="checkbox"/> Segurança Pública <input checked="" type="checkbox"/> Saneamento <input checked="" type="checkbox"/> Defesa Civil <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
2.2	Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?	SIM - 14 NÃO - 00
2.2.1	Descreva quais programas do governo federal ou estadual foram utilizados para elaboração do diagnóstico:	<texto livre>
2.3	Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?	SIM - 16 NÃO - 00
2.3.1	Informe:	Peça orçamentária: <texto livre> Ano: XXXX Número/denominação do programa: <texto livre> Número/denominação da Ação: <texto livre>
3	A Prefeitura realiza coleta de sugestões pela internet para a elaboração das peças orçamentárias?	SIM - 06 NÃO - 00
3.1	As coletas de sugestões pela internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Até um mês Entre um mês a dois Mais de dois meses
3.2	Na coleta de sugestões pela Internet há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	SIM - 04 NÃO - 00
4	Existem mecanismos que permitem o monitoramento da inclusão e da implementação das demandas levantadas nas audiências públicas do PPA ou da coleta de sugestões pelos órgãos de controle e pela sociedade?	SIM - 10 NÃO - 00

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
4.1	Descreva a forma de realização:	<texto livre>
5	É realizado estudo/análise para previsão de receitas, no mínimo, anualmente?	SIM - 10 NÃO - 00
5.1	Assinale os tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:	<input checked="" type="checkbox"/> IPTU <input checked="" type="checkbox"/> ITBI <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN <input checked="" type="checkbox"/> Taxas <input checked="" type="checkbox"/> Contribuições <input checked="" type="checkbox"/> Repasses <input checked="" type="checkbox"/> Transferências <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
5.2	Assinale as variáveis que são levadas em consideração na análise/estudo da previsão da receita:	<input checked="" type="checkbox"/> Série Histórica de arrecadação da receita <input checked="" type="checkbox"/> Índice de preços. Ex.: IGP-DI, INPC, IPCA, variação Cambial, taxa de juros e variações entre outros <input checked="" type="checkbox"/> Índice de quantidade. Ex.: aumento da arrecadação em função do aumento do número de fiscais, incremento tecnológico na forma de arrecadação etc. <input checked="" type="checkbox"/> Nº habitantes + crescimento populacional <input checked="" type="checkbox"/> Obras em andamento <input checked="" type="checkbox"/> Benefitorias municipais <input checked="" type="checkbox"/> Situação econômica do município <input checked="" type="checkbox"/> Situação econômica da região <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo municipal <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo estadual <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo federal <input checked="" type="checkbox"/> Efeito da Legislação <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
5.3	A metodologia utilizada para projeção da receita varia de acordo com a espécie da receita orçamentária projetada?	SIM - 05 NÃO - 00
6	É realizado um estudo para elaboração/definição dos programas, ações, metas e indicadores do PPA?	Sim, para todos os programas do PPA - 30 Sim, para a maior parte dos programas - 20 Sim, para a menor parte dos programas - 10 Não realiza estudo - 00
7		Sim

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA?	Não
7.1	Os programas articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade?	Todos os programas do PPA - 30 A maior parte dos programas - 20 A menor parte dos programas - 10 Nenhum programa - 00
7.2	Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas?	Todos os indicadores do PPA - 30 A maior parte dos indicadores - 20 A menor parte dos indicadores - 10 Nenhum indicador
8	A Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) atende as determinações constantes na LRF?	SIM NÃO
8.1	Assinale os itens que a LDO dispõe:	<input checked="" type="checkbox"/> Custos estimados, indicadores e metas físicas que se correlacionam com as ações do governo municipal <input checked="" type="checkbox"/> Critérios para limitação de empenho e movimentação financeira <input checked="" type="checkbox"/> Critérios de contingenciamento <input checked="" type="checkbox"/> Critérios para repasses a entidades do terceiro setor
8.2	Informe o número do artigo na LDO:	
9	O Anexo de Metas Fiscais integra a LDO, nos termos exigidos pela LRF? (artigo 4º, § 1º e 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) Obs. Estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.	SIM NÃO
9.1	O Anexo de Metas Fiscais é divulgado?	Sim - 14 Não - 00
9.1.1	Assinale as formas de divulgação do Anexo de Metas Fiscais:	<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website da prefeitura) <input checked="" type="checkbox"/> Internet (website de jornais de grande circulação) <input checked="" type="checkbox"/> Diário Oficial

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Jornal(is) impresso(s) de grande circulação <input checked="" type="checkbox"/> Televisão <input checked="" type="checkbox"/> Rádio <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
9.2	O Anexo de Metas Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? (art. 50, §2º LRF)	Sim - 16 Não - 00
9.2.1	Assinale os demonstrativos contidos no Anexo das Metas Fiscais:	<input checked="" type="checkbox"/> Metas Anuais; <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; <input checked="" type="checkbox"/> Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores; <input checked="" type="checkbox"/> Evolução do Patrimônio Líquido; <input checked="" type="checkbox"/> Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; e <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; <input checked="" type="checkbox"/> Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
10	O Anexo de Riscos Fiscais integra a LDO, nos termos exigidos pela LRF? (artigo 4º, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) Obs. Avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.	SIM NÃO
10.1	O Anexo de Riscos Fiscais é divulgado?	SIM - 14 NÃO - 00
10.1.1	Assinale as formas de divulgação do Anexo de Riscos Fiscais:	<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website da prefeitura) <input checked="" type="checkbox"/> Internet (website de jornais de grande circulação) <input checked="" type="checkbox"/> Diário Oficial <input checked="" type="checkbox"/> Jornal(is) impresso(s) de grande circulação <input checked="" type="checkbox"/> Televisão <input checked="" type="checkbox"/> Rádio

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
10.2	O Anexo de Riscos Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? Art. 50, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	SIM - 16 NÃO - 00
10.2.1	Assinale as etapas para gerenciamento dos riscos contidas no Anexo de Riscos Fiscais:	<input checked="" type="checkbox"/> Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco <input checked="" type="checkbox"/> Mensuração ou quantificação dessa exposição <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco <input checked="" type="checkbox"/> Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco <input checked="" type="checkbox"/> Implementação de condutas de mitigação do risco e de mecanismos de controle para prevenir perdas decorrentes do risco <input checked="" type="checkbox"/> Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (Controle Interno)
11	A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO?	SIM NÃO
11.1	Assinale os itens capazes de atestar a compatibilidade entre a LOA, PPA e LDO:	<input checked="" type="checkbox"/> Programas constantes do PPA constam na LOA - 06 <input checked="" type="checkbox"/> Programas e ações constantes da LDO constam da LOA - 06 <input checked="" type="checkbox"/> As receitas e despesas da LOA são compatíveis com o Resultado Primário da LDO, incluindo, no máximo, a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei - 06 <input checked="" type="checkbox"/> O Resultado Nominal constante da LDO consta da LOA, com variação de no máximo a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei - 06 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de renúncia fiscal prevista na LDO coincide com o estimado na LOA com variação limitada à variação da inflação - 06 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de IPTU - 06

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ISSQN - 06 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ITBI - 06 <input checked="" type="checkbox"/> Os investimentos, parte das despesas de capital, previstas no PPA e LDO são compatíveis com as previsões da LOA - 06
12	Na lei orçamentária, há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?	SIM NÃO
12.1	Informe o percentual de alteração:	se % alteração <= inflação - 06 se % alteração > inflação - 00
13	As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?	SIM NÃO
13.1	Assinale as atividades, as quais foram realizadas as alterações orçamentárias, decorrentes de remanejamento, transposição e transferências, por decreto:	<input checked="" type="checkbox"/> Ciência <input checked="" type="checkbox"/> Tecnologia <input checked="" type="checkbox"/> Inovação <input checked="" type="checkbox"/> Outras - -20 (perde 20 pontos). Especifique: <texto livre>
14	As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?	Sim - 04 Não - 00
14.1	Assinale as formas de divulgação:	<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website da prefeitura) <input checked="" type="checkbox"/> Internet (website de jornais de grande circulação) <input checked="" type="checkbox"/> Diário Oficial <input checked="" type="checkbox"/> Jornal(is) impresso(s) de grande circulação <input checked="" type="checkbox"/> Televisão <input checked="" type="checkbox"/> Rádio <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
15		SIM

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	NÃO
15.1	A Prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento?	SIM
		NÃO
15.1.1	Os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício das atividades de planejamento, gestão e orçamento?	SIM
		NÃO - -10 (perde 10 pontos)
15.1.2	Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM
		NÃO
15.1.3	Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?	SIM
		NÃO - -10 (Perde 10 pontos)
15.1.3.1	Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?	Menos de 20 horas/ano
		Entre 20 a 40 horas/ano
		Mais de 40 horas/ano
15.2	A Prefeitura dispõe de recursos tecnológicos para operacionalização das atividades de planejamento?	SIM
		NÃO
15.2.1	O sistema informatizado utilizado para auxiliar na elaboração do planejamento é multiusuário (os órgãos e entidades o alimentam e a unidade central de planejamento valida e consolida)?	SIM
		NÃO - -2 (perde 2 pontos)
15.3	Assinale os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de planejamento: Obs. Na opção outros não especificar recursos humanos e tecnológicos.	<input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física
		<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários
		<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
16	O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM - 04
		NÃO - 00
17	Todas as Unidades Orçamentárias (UO) da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita anual cabível para execução de suas ações?	SIM - 10
		NÃO - 00
17.1	Assinale as formas de divulgação da previsão da receita anual cabível para	<input checked="" type="checkbox"/> E-mail
		<input checked="" type="checkbox"/> Intranet
		<input checked="" type="checkbox"/> Ofício/Memorando

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	execução das ações nas unidades orçamentárias:	<input checked="" type="checkbox"/> Site da Prefeitura <input checked="" type="checkbox"/> Sistema <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
18	Há acompanhamento da execução do planejamento?	SIM NÃO
18.1	A Prefeitura demonstra e avalia, com periodicidade quadrimestral, o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas? Art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	SIM - 06 NÃO - 00
18.2	O acompanhamento das Metas previstas no Anexo de Metas Fiscais é realizado através do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal?	SIM - 10 NÃO - 00
18.3	Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito Setor de planejamento Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
18.4	Existem avaliações formais (relatórios) sobre a Execução Orçamentária?	SIM NÃO
18.5	Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	SIM - 04 NÃO - 00
18.5.1	Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	<input checked="" type="checkbox"/> Dotações previstas e executadas <input checked="" type="checkbox"/> Programas previstos e executados <input checked="" type="checkbox"/> Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
18.6	Assinale os aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação do planejamento:	<input checked="" type="checkbox"/> Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade - 20 <input checked="" type="checkbox"/> Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida) - 20
		<input checked="" type="checkbox"/> Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município - 20
18.7	O acompanhamento da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?	Sim, com emissão de relatórios para o prefeito - 20
		Sim, sem formalização para o prefeito - 10
		Não - 00
19	Há sistema de controle interno regulamentado por lei? Art. 31 da Constituição Federal	SIM
		NÃO
19.1	Informe:	Instrumento normativo: <texto livre>
		Nº:
		Data da promulgação: dd/mm/aaaa
19.2	O Sistema de Controle Interno no Município possui atribuições formalmente definidas e regulamentadas, que atendam às determinações da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal?	SIM
		NÃO
19.2.1.	Assinale as funções constitucionais e legais atribuídas ao sistema controle interno:	<input checked="" type="checkbox"/> Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados; - 01

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional - 01
19.2.2	Além das funções Constitucionais e Legais, assinale as funções básicas atribuídas ao Sistema de Controle Interno:	<input checked="" type="checkbox"/> Auditoria Governamental (Auditoria Interna) <input checked="" type="checkbox"/> Correlição (Corregedoria) <input checked="" type="checkbox"/> Ouvidoria <input checked="" type="checkbox"/> Transparência <input checked="" type="checkbox"/> Outras. Especifique: <texto livre>
19.3	A Prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades do Sistema de Controle Interno?	SIM - 0,5 NÃO - 00
19.3.1	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	SIM - 05 NÃO - 00
19.3.1.1	Assinale a forma de exercício da função:	Exclusiva Não exclusiva Descreva a forma de acumulação: <texto livre>
19.3.2	Há disponibilização de programas de treinamento aos quadros funcionais do Sistema Controle Interno?	SIM - 05 NÃO - 00
19.3.2.1	Qual a carga horária de treinamento específico realizada pelos quadros funcionais do Sistema de Controle Interno?	Menos de 20 horas/ano Entre 20 horas/ano a 40 horas/ano Maior que 40 horas/ano
19.3.3	A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) possui autonomia e independência para o exercício de suas funções?	SIM - 05 NÃO - 00
19.3.3.1	Descreva a forma como a autonomia e independência é exercida pela UCCI na Administração Pública Municipal:	<texto livre>
19.3.4	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) apresentou relatórios periódicos que demonstram	SIM - 05 NÃO - 00

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	efetivo exercício de suas atribuições? (CF, art. 74)	
19.3.4.1	Qual a periodicidade de elaboração?	<input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input checked="" type="checkbox"/> Bimestral <input checked="" type="checkbox"/> Quadrimestral <input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input checked="" type="checkbox"/> Anual
19.3.4.2	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis diante das irregularidades e ilegalidades apontadas?	Não foram relatadas irregularidades - 06 Sim - de todos os apontamentos - 04 Sim - de parte dos apontamentos - 02 Não - 00
19.4	Assinale quais recursos o Sistema de Controle Interno dispõe para operacionalização de suas atividades: Obs. Na opção outros não especificar os recursos humanos	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Outros - 0,5 Especifique: <texto livre>
20	No Município existe formalização da segregação de funções financeiras e de controle?	SIM NÃO
21	Houve a criação da ouvidoria pública no âmbito do Poder Executivo Municipal?	SIM NÃO
21.1	Informe:	Instrumento normativo: <texto livre> Nº: Data da promulgação: dd/mm/aaaa
21.2	A Ouvidoria dispõe de recursos para operacionalização de suas atividades?	SIM NÃO - -10 (perde 10 pontos)
21.2.1	Assinale quais recursos a ouvidoria dispõe para operacionalização de suas atividades:	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos <input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
21.3		<input checked="" type="checkbox"/> Independência <input checked="" type="checkbox"/> Isenção

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Assinale as características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições:	<input checked="" type="checkbox"/> Acessibilidade <input checked="" type="checkbox"/> Transparência <input checked="" type="checkbox"/> Confidencialidade <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
21.4	A ouvidoria elaborou Relatório de Gestão do exercício de 2019, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, e com base nelas, apontou falhas e sugeriu melhorias em sua prestação? Art. 15, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.	SIM NÃO - -10 (perde 10 pontos)
21.4.1	Assinale as informações constantes nos relatórios gerenciais elaborados pela ouvidoria:	<input checked="" type="checkbox"/> Número de manifestações recebidas no exercício anterior <input checked="" type="checkbox"/> Motivos das Manifestações <input checked="" type="checkbox"/> Análise dos Pontos recorrentes <input checked="" type="checkbox"/> Providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas
21.4.2	Houve divulgação integral do Relatório de Gestão elaborado pela ouvidoria na internet? Art. 15, parágrafo único, inciso II, Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.	SIM NÃO - -10 (perde 10 pontos)
22	A Prefeitura elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017?	SIM - 04 NÃO - 00
22.1	Houve divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário"?	SIM - 04 NÃO - 00
22.1.1	Assinale as formas de divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário":	<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website da prefeitura) <input checked="" type="checkbox"/> Internet (website de jornais de grande circulação) <input checked="" type="checkbox"/> Diário Oficial <input checked="" type="checkbox"/> Jornal(is) impresso(s) de grande circulação <input checked="" type="checkbox"/> Televisão

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Rádio
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: <texto livre>
22.2	A Prefeitura regulamentou a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário, conforme o artigo 7º, § 5º, da Lei Federal nº 13.460/2017?	SIM - 04
		NÃO - 00
22.2.1	Informe:	Instrumento normativo: <texto livre>
		Nº
		Data da promulgação: dd/mm/aaaa
23	A Prefeitura regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos arts. 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017?	SIM - 04
		NÃO - 00
23.1	Informe:	Instrumento normativo: <texto livre>
		Nº
		Data da promulgação: dd/mm/aaaa
24	O Município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01?	SIM
		NÃO
		NÃO SE APLICA
24.1	Informe o motivo da não elaboração do Plano Diretor:	<texto livre>
24.2	O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual incorporam as diretrizes e as prioridades estabelecidas no Plano Diretor?	SIM
		NÃO - -10 (perde 10 pontos)
24.2.1	Informe o programa do PPA:	<texto livre>

25. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 100 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 1000, será considerada a pontuação máxima do i-Plan como 1000.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Plan.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-PLAN/TCESP: 20/100 = 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA

$$i\text{-PLAN/TCESP} = (\text{Somatório dos indicadores}) / 1000$$

ANEXO C - Questionário IEG-M – I-Plan – 2020:

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
1	A Prefeitura realizou audiências públicas em 2020?	SIM
	Obs. Serão consideradas apenas as audiências públicas realizadas durante o processo de planejamento.	NÃO
1.1	Assinale a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA): Art. 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	<input checked="" type="checkbox"/> Presenciais <input checked="" type="checkbox"/> Pela Internet <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
1.2	Assinale o dia e horário de realização das audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> Dia de semana em horário comercial (8 as 18 horas) - 00
		<input checked="" type="checkbox"/> Dia de semana após as 18 horas - 02
		<input checked="" type="checkbox"/> Aos sábados, domingos e feriados - 02
1.3	As audiências públicas são transcritas em atas ou outro documento de registro das demandas/sugestões apresentadas pela participação popular?	SIM
		NÃO
1.3.1	Houve divulgação/publicidade das atas de audiências públicas?	SIM - 06
		NÃO - 00
1.3.1.1	Assinale as formas de divulgação do registro das demandas/proposições, resultado das audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website da prefeitura)
		<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website de jornais de grande circulação)
		<input checked="" type="checkbox"/> Diário Oficial
		<input checked="" type="checkbox"/> Jornal(is) impresso(s) de grande circulação
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros
1.3.1.1.1	Especifique:	
1.3.1.2	Informe a página eletrônica (link na internet): Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.	
1.3.2	Houve a elaboração de relatório contendo a análise das demandas/sugestões coletadas em audiência pública?	Sim houve a elaboração do relatório
		Não houve a elaboração do relatório

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		Não houve a elaboração do relatório, pois não houve o recebimento de sugestões
1.3.2.1	Informe a página eletrônica (link na internet): <i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet) " o texto XYZ.</i>	
2	Além das audiências públicas, há levantamentos formais dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento? <i>Obs. Os Planos Municipais Setoriais – Educação, Saúde, Saneamento Básico etc. - somente podem ser considerados se neles houver evidências do levantamento formal dos problemas.</i>	SIM NÃO
2.1	Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento?	<input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Social <input checked="" type="checkbox"/> Serviços Urbanos <input checked="" type="checkbox"/> Segurança Pública <input checked="" type="checkbox"/> Saneamento <input checked="" type="checkbox"/> Defesa Civil <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
2.2	Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?	SIM - 14 NÃO - 00
2.2.1	Descreva quais programas do governo federal ou estadual foram utilizados para elaboração do diagnóstico:	
2.3	Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?	SIM - 16 NÃO - 00
2.3.1	Informe:	Peça orçamentária: Ano: Número/denominação do programa: Número/denominação da Ação:
3	A Prefeitura realiza coleta de sugestões pela internet para a elaboração das peças orçamentárias?	SIM - 06 NÃO - 00
3.1	As coletas de sugestões pela internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Até um mês Entre um a dois meses Mais de dois meses

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
3.2	Na coleta de sugestões pela Internet há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	SIM - 04 NÃO - 00
3.3	Houve a elaboração de relatório contendo as análises das sugestões coletadas pela internet?	Sim houve a elaboração do relatório Não houve a elaboração do relatório Não houve a elaboração do relatório, pois não houve o recebimento de sugestões.
3.3.1	Informe a página eletrônica (link na internet): <i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i>	
4	Existem mecanismos de acompanhamento da execução das demandas originárias de participação popular? <i>Ex.: pedidos de ofício, abaixo-assinado, solicitações de líderes comunitários etc.</i>	SIM - 10 NÃO - -5 (perde 5 pontos) Não houve demanda originária de participação popular - 00
4.1	Descreva a forma de realização:	
5	É realizado estudo/análise para previsão de receitas, no mínimo, anualmente? <i>Obs. Aplicação de índice inflacionário ao valor arrecadado do exercício anterior apenas NÃO é estudo/análise de previsão de receita</i>	SIM - 10 NÃO - 00
5.1	Assinale os tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:	<input checked="" type="checkbox"/> Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) <input checked="" type="checkbox"/> Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) <input checked="" type="checkbox"/> Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) <input checked="" type="checkbox"/> Taxas <input checked="" type="checkbox"/> Contribuições <input checked="" type="checkbox"/> Repasses <input checked="" type="checkbox"/> Transferências <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
5.2	Assinale as variáveis que são levadas em consideração na análise/estudo da previsão da receita:	<input checked="" type="checkbox"/> Série Histórica de arrecadação da receita <input checked="" type="checkbox"/> Índice de preços. Ex.: IGP-DI, INPC, IPCA, variação Cambial, taxa de juros e variações entre outros <input checked="" type="checkbox"/> Índice de quantidade. Ex.: aumento da arrecadação em função do aumento

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		do número de fiscais, incremento tecnológico na forma de arrecadação etc. <input checked="" type="checkbox"/> N° habitantes + crescimento populacional <input checked="" type="checkbox"/> Obras em andamento <input checked="" type="checkbox"/> Benefitorias municipais <input checked="" type="checkbox"/> Situação econômica do município <input checked="" type="checkbox"/> Situação econômica da região <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo municipal <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo estadual <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo federal <input checked="" type="checkbox"/> Efeito da Legislação <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
5.3	A metodologia utilizada para projeção da receita varia de acordo com a espécie da receita orçamentária projetada?	SIM - 06 NÃO - 00
6	É realizado um estudo para elaboração/definição dos programas, ações, metas e indicadores do PPA?	Sim, para todos os programas do PPA – 30 Sim, para a maior parte dos programas – 20 Sim, para a menor parte dos programas – 10 Não realiza estudo - 00
7	Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA?	Sim, apenas com metas físicas Sim, apenas com metas financeiras Sim, com metas físicas e financeiras Não houve o estabelecimento de metas anuais
7.1	Os programas finalísticos articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade?	Todos os programas finalísticos do PPA – 30 A maior parte dos programas finalísticos – 20 A menor parte dos programas finalísticos – 10 Nenhum programa finalístico - 00
7.1.1	Houve avaliação da implementação dos programas finalístico em relação a seus indicadores, objetivos e metas?	Sim, para todos os programas finalísticos monitorados Sim, para a maior parte dos programas finalísticos monitorados Sim, para a menor parte dos programas finalísticos monitorados Não houve avaliação

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
7.1.1.1	Houve a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos Programas Finalísticos do PPA?	<p>Sim, para todos os programas finalísticos do PPA</p> <p>Sim, para a maior parte dos programas finalísticos</p> <p>Sim, para a menor parte dos programas finalísticos</p> <p>Não houve elaboração do Relatório Anual de Avaliação</p>
7.2	Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas?	<p>Todos os indicadores do PPA - 30</p> <p>A maior parte dos indicadores - 20</p> <p>A menor parte dos indicadores - 10</p> <p>Nenhum indicador - 00</p>
8	A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) atende as determinações constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal?	<p>SIM</p> <p>NÃO</p>
8.1	Assinale os itens que a LDO dispõe:	<p><input checked="" type="checkbox"/> Custos estimados, indicadores e metas físicas que se correlacionam com as ações do governo municipal</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para limitação de empenho e movimentação financeira</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios de contingenciamento</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para repasses a entidades do terceiro setor</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para ajuda financeira a entidades da Administração indireta</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para o Poder Executivo estabelecer a programação financeira mensal para todo o Município, nele incluído a Câmara</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Percentual da Receita Corrente Líquida que será retido, na peça orçamentária, enquanto Reserva de Contingência, destinada a passivos contingentes e outros riscos fiscais</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para contratação de horas extras quando o Poder superar o limite prudencial para pessoal: Executivo, 51,30% da RCL; Legislativo, 5,7% da RCL</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Determinação do índice de preços para atualização monetária do principal da Dívida Mobiliária Refinanciada</p>
8.2	Informe o número do artigo na LDO:	

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
8.3	A LDO prevê remanejamento, a transferência e transposição orçamentária?	SIM
		NÃO
8.3.1	Qual o percentual?	
9	O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal? <i>Obs. Estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.</i>	SIM
		NÃO
9.1	Informe a página eletrônica (link na internet): <i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i>	Se XYZ = -10 (perde 10 pontos) Se <> XYZ = 00 pontos
9.2	O Anexo de Metas Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? <i>art. 50, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.</i>	Sim - 00
		Não - -10 (perde 10 pontos)
9.2.1	Assinale os demonstrativos contidos no Anexo de Metas Fiscais:	<input checked="" type="checkbox"/> Metas Anuais; <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; <input checked="" type="checkbox"/> Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores; <input checked="" type="checkbox"/> Evolução do Patrimônio Líquido; <input checked="" type="checkbox"/> Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; e <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; <input checked="" type="checkbox"/> Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
10	O Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal? <i>Obs. Avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.</i>	SIM
		NÃO
10.1	Informe a página eletrônica (link na internet): <i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i>	Se XYZ = -10 (perde 10 pontos) Se <> XYZ = 00 pontos

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
10.2	O Anexo de Riscos Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? art. 50, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	SIM - 00 NÃO - -10 (perde 10 pontos).
10.2.1	Assinale as etapas para gerenciamento dos riscos contidas no Anexo de Riscos Fiscais:	<input checked="" type="checkbox"/> Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco <input checked="" type="checkbox"/> Mensuração ou quantificação dessa exposição <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco <input checked="" type="checkbox"/> Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco <input checked="" type="checkbox"/> Implementação de condutas de mitigação do risco e de mecanismos de controle para prevenir perdas decorrentes do risco <input checked="" type="checkbox"/> Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (Controle Interno)
11	A Lei Orçamentária Anual (LOA) foi elaborada de forma compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?	SIM NÃO
11.1	Assinale os itens capazes de atestar a compatibilidade entre a LOA, PPA e LDO:	<input checked="" type="checkbox"/> Programas constantes do PPA constam na LOA- 01 <input checked="" type="checkbox"/> Programas e ações constantes da LDO constam da LOA - 02 <input checked="" type="checkbox"/> As receitas e despesas da LOA são compatíveis com o Resultado Primário da LDO, incluindo, no máximo, a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei - 02 <input checked="" type="checkbox"/> O Resultado Nominal constante da LDO consta da LOA, com variação de no máximo a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei - 02 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de renúncia fiscal prevista na LDO coincide com o estimado na LOA com variação limitada à variação da inflação - 02

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de IPTU - 02 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ISSQN - 02 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ITBI - 02 <input checked="" type="checkbox"/> Os investimentos, parte das despesas de capital, previstas no PPA e LDO são compatíveis com as previsões da LOA- 02
12	Na Lei Orçamentária Anual (LOA), há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?	SIM NÃO
12.1	Informe o percentual de alteração:	se % alteração <= inflação - 06 se % alteração > inflação - 00
13	As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto sem amparo na LDO?	SIM NÃO
13.1	Informe a classificação funcional da despesa, objeto de alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferências realizadas por decreto sem amparo na LDO:	<input checked="" type="checkbox"/> 10 – Saúde - -5 (perde 05 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> 12 – Educação – -5 (perde 05 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> 17 – Saneamento - -5 (perde 05 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> 19 – Ciência e Tecnologia - 00 <input checked="" type="checkbox"/> 26 – Transporte - -5 (perde 05 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> Outras - -5 (perde 05 pontos)
13.1.1	Especifique:	
14	As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?	Sim – 04 NÃO – 00
14.1	Assinale as formas de divulgação:	<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website da prefeitura)

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website de jornais de grande circulação) <input checked="" type="checkbox"/> Diário Oficial <input checked="" type="checkbox"/> Jornal(is) impresso(s) de grande circulação <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
14.2	Informe a página eletrônica (link na internet): Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.	
15	Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	SIM NÃO
15.1	A Prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento?	SIM NÃO
15.1.1	Os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício das atividades de planejamento, gestão e orçamento?	Sim, todos os funcionários possuem qualificação técnica - 00 Sim, a maior parte dos funcionários possuem qualificação técnica - -5 (perde 5 pontos) Sim, a menor parte dos funcionários possuem qualificação técnica - -8 (perde 8 pontos) NÃO - -10 (perde 10 pontos)
15.1.2	Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM NÃO
15.1.3	Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria? <i>Periodicidade anual</i>	SIM NÃO - -10 (Perde 10 pontos)
15.1.3.1	Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?	Menos de 20 horas/ano Entre 20 a 40 horas/ano Mais de 40 horas/ano
15.2	A Prefeitura dispõe de recursos tecnológicos para operacionalização das atividades de planejamento?	SIM NÃO
15.2.1	O sistema informatizado utilizado para auxiliar na elaboração do planejamento é multiusuário (os órgãos	SIM

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	e entidades o alimentam e a unidade central de planejamento valida e consolida)?	NÃO - 2 (perde 2 pontos)
15.3	Assinale os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de planejamento: Obs. Na opção outros não especificar recursos humanos e tecnológicos.	<input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
16	O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM - 04 NÃO - 00
17	Há acompanhamento da execução do planejamento?	SIM NÃO
17.1	A Prefeitura demonstra e avalia, com periodicidade quadrimestral, o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas? Art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	<input checked="" type="checkbox"/> Realizou Audiência pública do 1º Quadrimestre até o final do mês de maio de 2020 - 02 <input checked="" type="checkbox"/> Realizou Audiência pública do 2º Quadrimestre até o final do mês de setembro de 2020 - 02 <input checked="" type="checkbox"/> Realizou Audiência pública do 3º Quadrimestre até o final do mês de fevereiro de 2021 - 02 <input checked="" type="checkbox"/> Não realizou audiência pública quadrimestral dentro de prazo ou Não realizou nenhuma audiência pública quadrimestral na Câmara Municipal - 00
17.2	Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito Setor de planejamento Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
17.3	Existem avaliações formais (relatórios) sobre a Execução Orçamentária?	SIM NÃO
17.4	Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	SIM - 04 NÃO - 00
17.4.1	Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	<input checked="" type="checkbox"/> Dotações previstas e executadas <input checked="" type="checkbox"/> Programas previstos e executados <input checked="" type="checkbox"/> Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
17.5	Assinale os aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação do planejamento:	<input checked="" type="checkbox"/> Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade - 20 <input checked="" type="checkbox"/> Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida) - 20 <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município - 20
17.6	O acompanhamento da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?	Sim, com emissão de relatórios para o prefeito - 20 Sim, sem formalização para o prefeito - 10 Não - 00
18	Há sistema de controle interno regulamentado por lei? Art. 31 da Constituição Federal	SIM NÃO
18.1	Informe:	Instrumento normativo, Número e Data da publicação: Página eletrônica (link na internet): Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.
18.2	O Sistema de Controle Interno no Município possui atribuições formalmente definidas e regulamentadas, que atendam às determinações da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal?	SIM NÃO

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
18.2.1	Assinale as funções constitucionais e legais atribuídas ao sistema controle interno:	<input checked="" type="checkbox"/> Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados; - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Acompanhar as metas de superávit orçamentário, primário e nominal - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Observar se as operações de créditos sujeitam-se aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Analisar se as despesas dos oito últimos meses do mandato têm cobertura financeira, o que evita, relativamente a esse período, transferência de descobertos Restos a Pagar para o próximo gestor político - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais - 01

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Comprovar se os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e, não, em despesas correntes; isso, a menos que lei municipal permita destinação para o regime próprio de aposentadorias e pensões dos servidores - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais das Câmaras Municipais - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos - 01
18.2.2	Além das funções Constitucionais e Legais, assinale as funções básicas atribuídas ao Sistema de Controle Interno:	<input checked="" type="checkbox"/> Auditoria Governamental (Auditoria Interna) <input checked="" type="checkbox"/> Correição (Corregedoria) <input checked="" type="checkbox"/> Ouvidoria <input checked="" type="checkbox"/> Transparência <input checked="" type="checkbox"/> Outras. Especifique: _____
18.3	A Prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades do Sistema de Controle Interno?	SIM - 0,5 NÃO - 00
18.3.1	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	SIM - 05 NÃO - 00
18.3.1.1	Assinale a forma de exercício da função:	Exclusiva Não exclusiva
18.3.1.1.1	Descreva a forma de acumulação:	
18.3.2	Há disponibilização de programas de treinamento aos quadros funcionais do Sistema Controle Interno? <i>Periodicidade anual</i>	SIM - 06 NÃO - 00
18.3.2.1	Qual a carga horária de treinamento específico realizada pelos quadros funcionais do Sistema de Controle Interno?	Menos de 20 horas/ano Entre 20 horas/ano a 40 horas/ano Maior que 40 horas/ano
18.3.3		SIM - 06

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) possui autonomia e independência para o exercício de suas funções?	NÃO - 00
18.3.3.1	Descreva a forma como a autonomia e independência é exercida pela UCCI na Administração Pública Municipal:	
18.3.4	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) apresentou relatórios periódicos que demonstram efetivo exercício de suas atribuições?	SIM - 05
18.3.4.1	Qual a periodicidade de elaboração?	<input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input checked="" type="checkbox"/> Bimestral <input checked="" type="checkbox"/> Trimestral <input checked="" type="checkbox"/> Quadrimestral <input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input checked="" type="checkbox"/> Anual
18.3.4.2	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis diante das irregularidades e ilegalidades apontadas?	Não foram relatadas irregularidades – 06 Sim - de todos os apontamentos - 04 Sim - de parte dos apontamentos - 02 Não - 00
18.3.4.2.1	O Controle Interno acompanhou as medidas e os prazos das providências determinadas pelo Prefeito diante dos apontamentos do relatório do Controle Interno?	Sim - de todas as providências determinadas pelo Prefeito Sim - de parte das providências determinadas pelo Prefeito Não
18.4	Assinale quais recursos o Sistema de Controle Interno dispõe para operacionalização de suas atividades: Obs. Na opção outros não especificar os recursos humanos.	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Outros - 0,5. Especifique: _____
19	No Município existe formalização da segregação de funções financeiras e de controle?	SIM NÃO
20	Houve a criação da ouvidoria pública no âmbito do Poder Executivo Municipal?	SIM NÃO
20.1	Informe:	Instrumento normativo, Número e Data da publicação: Página eletrônica (link na internet):

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i>
20.2	A Ouvidoria dispõe de recursos para operacionalização de suas atividades?	SIM NÃO - -10 (perde 10 pontos)
20.2.1	Assinale quais recursos a ouvidoria dispõe para operacionalização de suas atividades:	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos <input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
20.3	Assinale as características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições:	<input checked="" type="checkbox"/> Independência <input checked="" type="checkbox"/> Isenção <input checked="" type="checkbox"/> Acessibilidade <input checked="" type="checkbox"/> Transparência <input checked="" type="checkbox"/> Confidencialidade <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
20.4	A ouvidoria elaborou Relatório de Gestão do exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, e com base nelas, apontou falhas e sugeriu melhorias em sua prestação? <i>Conforme dispõe os Artigos 14 e 15 da Lei Federal nº 13.460/2017</i>	SIM NÃO - -10 (perde 10 pontos)
20.4.1	Assinale as informações constantes nos relatórios gerenciais elaborados pela ouvidoria:	<input checked="" type="checkbox"/> Número de manifestações recebidas no exercício anterior <input checked="" type="checkbox"/> Motivos das Manifestações <input checked="" type="checkbox"/> Análise dos Pontos recorrentes <input checked="" type="checkbox"/> Providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas
20.4.2	Houve divulgação integral do Relatório de Gestão elaborado pela ouvidoria na internet?	SIM NÃO - -10 (perde 10 pontos)
20.4.2.1	Informe a página eletrônica (link na internet):	

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
21	A Prefeitura elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017?	SIM - 04 NÃO - 00
21.1	Houve divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário"?	SIM - 04 NÃO - 00
21.1.1	Assinale as formas de divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário":	<input checked="" type="checkbox"/> Internet (website da prefeitura) <input checked="" type="checkbox"/> Internet (website de jornais de grande circulação) <input checked="" type="checkbox"/> Diário Oficial <input checked="" type="checkbox"/> Jornal(is) impresso(s) de grande circulação <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
21.1.2	Informe a página eletrônica (link na internet): Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.	
21.2	A Prefeitura regulamentou a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário, conforme o artigo 7º, § 5º, da Lei Federal nº 13.460/2017?	SIM - 04 NÃO - 00
21.2.1	Informe:	Instrumento normativo, Número e Data da publicação: Página eletrônica (link na internet): Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.
22	A Prefeitura regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos arts. 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017?	SIM - 04 NÃO - 00
22.1	Informe:	Instrumento normativo, Número e Data da publicação: Página eletrônica (link na internet): Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ
23	O Município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01?	SIM NÃO

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		NÃO SE APLICA
23.1	Informe o motivo da não elaboração do Plano Diretor:	
23.2	O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual incorporam as diretrizes e as prioridades estabelecidas no Plano Diretor?	SIM - 00
		NÃO - -10 (perde 10 pontos)
23.2.1	Informe o programa do PPA:	

24. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram –ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 100 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 1000, será considerada a pontuação máxima do i-Plan como 1000.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Plan.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-PLAN/TCESP: 20/100 = 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA

$$i\text{-PLAN/TCESP} = (\text{Somatório dos indicadores})/1000$$

ANEXO D - Questionário IEG-M – I-Plan – 2021:

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
1	<p>A Prefeitura realizou audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias em 2021?</p> <p><i>Obs. Serão consideradas apenas as audiências públicas realizadas durante o processo de planejamento municipal (PPA, LDO e LOA).</i></p>	<p>Sim</p> <p>Não</p>
1.1	Assinale para quais peças orçamentárias foram realizadas as audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> PPA <input checked="" type="checkbox"/> LDO <input checked="" type="checkbox"/> LOA
1.2	<p>Assinale a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA):</p> <p><i>Art. 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.</i></p>	<input checked="" type="checkbox"/> Presenciais <input checked="" type="checkbox"/> Pela Internet <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
1.3	Assinale o dia e horário de realização das audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> Dia de semana em horário comercial (8 as 18 horas) - 00 <input checked="" type="checkbox"/> Dia de semana após as 18 horas - 02 <input checked="" type="checkbox"/> Aos sábados, domingos e feriados - 02
1.4	As audiências públicas são transcritas em atas ou outro documento de registro das demandas/sugestões apresentadas pela participação popular?	<p>Sim</p> <p>Não</p>
1.4.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação das atas de audiências públicas:	<p><i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ</i></p> <p>Se XYZ = 00 pontos Se <> XYZ = 06 pontos</p>
1.5	Assinale os elementos considerados no processo de planejamento e organização das audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> Estabelecimento da Pauta <input checked="" type="checkbox"/> Disponibilização prévia de material de apoio a respeito dos temas a serem debatidos <input checked="" type="checkbox"/> Convocação contendo o dia, o horário e o local através dos jornais, das rádios, dos Portal da

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<p>Prefeitura e outras plataformas digitais. Ex.: Instagram, Facebook etc.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Planejamento logístico. Ex.: localização do ambiente, acomodações adequadas aos participantes, regulação e testagem dos equipamentos eletrônicos (som, vídeo e iluminação), verificação dos equipamentos relacionados a transmissão das audiências etc.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Indicação de mediador qualificado</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Estabelecimento da abordagem de interação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Definição de mecanismos de avaliação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Elaboração e divulgação do Relatório contendo a análise das demandas e sugestões coletadas</p>
2.0	<p>Além das audiências públicas, a Prefeitura realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento, através do levantamento formal de seus problemas, necessidades e deficiências?</p> <p><i>Obs. Os Planos Municipais Setoriais – Educação, Saúde, Saneamento Básico etc. - somente podem ser considerados se neles houver evidências do levantamento formal dos problemas.</i></p>	<p>Sim</p> <p>Não</p>
2.1	<p>Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Ensino</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Saúde</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Assistência Social</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Serviços Urbanos</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Segurança Pública</p>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Saneamento <input checked="" type="checkbox"/> Defesa Civil <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
2.2	A elaboração do diagnóstico levou em conta algum plano do governo federal e/ou estadual?	Sim - 14 Não - 00
2.2.1	Descreva quais programas do governo federal ou estadual foram utilizados para elaboração do diagnóstico:	
2.3	Houve a inclusão de solução proposta pelo diagnóstico nas peças orçamentárias?	Sim - 16 Não - 00
2.3.1	Informe:	Peça orçamentária de inclusão da solução proposta pelo diagnóstico: Ano: Número/denominação do programa: Número/denominação da Ação:
3.0	Houve a realização de consulta pública online para coleta de sugestões para a elaboração das peças orçamentárias em 2021?	Sim - 06 Não - 00
3.1	Assinale para quais peças orçamentárias foram realizadas as consultas públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> PPA <input checked="" type="checkbox"/> LDO <input checked="" type="checkbox"/> LOA
3.1.1	Na consulta pública online de elaboração do Plano Plurianual (PPA) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	Sim - 02 Não - 00
3.1.2	Na consulta pública online de elaboração do Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	Sim - 01 Não - 00

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
3.1.3	Na consulta pública online de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	Sim – 01 Não - 00
4	Existem mecanismos de acompanhamento da execução das demandas originárias de participação popular? <i>Ex.: pedidos de ofício, abaixo-assinado, solicitações de líderes comunitários etc.</i>	Sim - 10 Não - - 05 (Perde 5 pontos) Não houve demanda originária de participação popular - 00
4.1	Descreva a forma de realização do acompanhamento da execução das demandas originárias de participação popular:	
5	É realizado estudo/análise para previsão de receitas, no mínimo, anualmente? <i>Obs. Aplicação de índice inflacionário ao valor arrecadado do exercício anterior NÃO é estudo/análise de previsão de receita.</i>	Sim - 10 Não - 00
5.1	Assinale os tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:	<input checked="" type="checkbox"/> Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) <input checked="" type="checkbox"/> Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) <input checked="" type="checkbox"/> Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) <input checked="" type="checkbox"/> Taxas <input checked="" type="checkbox"/> Contribuições <input checked="" type="checkbox"/> Transferências Obrigatórias Recebidas da União. Ex.: FPM. <input checked="" type="checkbox"/> Transferências Obrigatórias Recebidas do Estado. Ex.: ICMS, IPVA. <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
5.1.1	A estimativa de transferências obrigatórias leva em consideração o cálculo de previsão de repasse do	Sim, com reestimativa da receita prevista na LOA no decorrer da execução orçamentária-financeira

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	ICMS realizado periodicamente pela Fazenda Pública Estadual?	Sim, somente para elaborar a LOA Não
5.1.2	Especifique os "Outros" tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:	<i>Não especificar os tributos e repasses/transferências assinalados anteriormente (IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas etc.).</i>
5.2	Assinale as variáveis que são levadas em consideração na análise/estudo da previsão da receita:	<input checked="" type="checkbox"/> Série Histórica de arrecadação da receita <input checked="" type="checkbox"/> Índice de preços. Ex.: IGP-DI, INPC, IPCA, variação Cambial, taxa de juros e variações entre outros <input checked="" type="checkbox"/> Índice de quantidade. Ex.: aumento da arrecadação em função do aumento do número de fiscais, incremento tecnológico na forma de arrecadação etc. <input checked="" type="checkbox"/> Nº habitantes + crescimento populacional <input checked="" type="checkbox"/> Obras em andamento <input checked="" type="checkbox"/> Benefitorias municipais <input checked="" type="checkbox"/> Situação econômica do município <input checked="" type="checkbox"/> Situação econômica da região <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo municipal <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo estadual <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo federal <input checked="" type="checkbox"/> Efeito da Legislação <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
5.3	A metodologia utilizada para projeção da receita varia de acordo com a espécie da receita orçamentária projetada?	Sim - 06 Não - 00
6.0	Houve a realização de estudo para elaborar/definir os objetivos, programas, ações, metas e indicadores do PPA?	Sim, para todos os programas do PPA - 30 Sim, para a maior parte dos programas - 20 Sim, para a menor parte dos programas - 10 Não realiza estudo – 00
6.1	Assinale os itens considerados na elaboração dos objetivos, programas, ações, metas e indicadores do PPA:	<input checked="" type="checkbox"/> Diagnóstico do problema ou da situação que demanda providências <input checked="" type="checkbox"/> Identificação dos objetivos, das ações e dos resultados esperados <input checked="" type="checkbox"/> Desenho, estratégia de implementação e focalização <input checked="" type="checkbox"/> Impacto orçamentário e financeiro <input checked="" type="checkbox"/> Estratégia de construção de confiança e suporte <input checked="" type="checkbox"/> Monitoramento, Avaliação e Controle
7.0	Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA?	Sim, apenas com metas físicas Sim, apenas com metas financeiras Sim, com metas físicas e financeiras Não houve o estabelecimento de metas anuais
7.1	Os programas finalísticos articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum	Todos os programas finalísticos do PPA – 15

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade?	<p>A maior parte dos programas finalísticos – 10</p> <p>A menor parte dos programas finalísticos - 05</p> <p>Nenhum programa finalístico - 00</p>
7.1.1	Houve avaliação da implementação dos programas finalístico em relação a seus indicadores, objetivos e metas?	<p>Sim, para todos os programas finalísticos monitorados – 10</p> <p>Sim, para a maior parte dos programas finalísticos monitorados – 07</p> <p>Sim, para a menor parte dos programas finalísticos monitorados – 03</p> <p>Não houve avaliação - 00</p>
7.1.1.1	<p>Houve a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA?</p> <p><i>Caso não esteja disponível na Internet, recomendamos anexar o Relatório Anual de Avaliação, conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i></p>	<p>Sim, para todos os programas finalísticos do PPA – 05</p> <p>Sim, para a maior parte dos programas finalísticos – 03</p> <p>Sim, para a menor parte dos programas finalísticos – 01</p> <p>Não houve elaboração do Relatório Anual de Avaliação - 00</p>
7.1.1.1.1	Assinale os aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação do PPA:	<p><input checked="" type="checkbox"/> Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade - 20</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que</p>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<p>permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida) - 20</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município – 20</p> <p>Outros. Especifique: _____</p>
7.1.1.2	Houve publicação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA?	<p>Sim, para todos os programas finalísticos avaliados do PPA - 04</p> <p>Sim, para a maior parte dos programas finalísticos avaliados – 03</p> <p>Sim, para a menor parte dos programas finalísticos avaliados - 01</p> <p>Não - 00</p>
7.1.1.2.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA:	Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.
7.2	Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas?	<p>Todos os indicadores do PPA – 23</p> <p>A maior parte dos indicadores – 15</p> <p>A menor parte dos indicadores – 08</p> <p>Nenhum indicador - 00</p>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
7.3	Assinale os Planos Setoriais que foram incorporados no Plano Plurianual (PPA):	<input checked="" type="checkbox"/> Plano Diretor – 00 <input checked="" type="checkbox"/> Plano Municipal da Educação – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano Municipal pela Primeira Infância – 00 <input checked="" type="checkbox"/> Plano Municipal da Saúde – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Mobilidade Urbana – 00 <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Saneamento Básico – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Resíduos Sólido – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano Diretor de Tecnologia da Informação – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Não incorporou nenhum dos planos acima -- 10 (Perde 10 pontos)
8	A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) atende as determinações constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal?	<input type="checkbox"/> Sim - 00 <input type="checkbox"/> Não - - 05 (Perde 5 pontos)
8.1	Assinale os itens que a LDO dispõe:	<input checked="" type="checkbox"/> Custos estimados, indicadores e metas físicas que se correlacionam com as ações do governo municipal <input checked="" type="checkbox"/> Critérios para limitação de empenho e movimentação financeira, ressalvados os pagamentos do serviço da dívida, os relativos à inovação e ao desenvolvimento científico e

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<p>tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para repasses a entidades do terceiro setor</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para ajuda financeira a entidades da Administração indireta</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para o Poder Executivo estabelecer a programação financeira mensal para todo o Município, nele incluído a Câmara</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Percentual da Receita Corrente Líquida que será retido, na peça orçamentária, enquanto Reserva de Contingência, destinada a passivos contingentes e outros riscos fiscais</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para contratação de horas extras quando o Poder superar o limite prudencial para pessoal: Executivo, 5,30% da RCL Legislativo, 5,7% da RCL</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Determinação do índice de preços para atualização monetária do principal da Dívida Mobiliária Refinanciada</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias do Estado e da União</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Requisitos para início de novos projetos, após o adequado</p>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		atendimento/manutenção dos que estão em andamento <input checked="" type="checkbox"/> Dispor sobre pagamento de servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria firmada com o terceiro setor
8.2	A LDO prevê remanejamento, a transferência e transposição orçamentária?	Sim NÃO
8.2.1	Qual o percentual do remanejamento, transferência e transposição orçamentária previsto na LDO?	____%
8.2.2	As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?	Sim Não
8.2.2.1	Assinale a classificação funcional da despesa, objeto de alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferências realizadas por decreto:	<input checked="" type="checkbox"/> 10 – Saúde - -5 (Perde 5 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> 12 – Educação - -5 (Perde 5 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> 17 – Saneamento - -5 (Perde 5 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> 19 – Ciência e Tecnologia - 00 <input checked="" type="checkbox"/> 26 – Transporte - -5 (Perde 5 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> Outras-5 (Perde 5 pontos).Especifique: _____
9	O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal? <i>Obs. Estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.</i>	Sim Não

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	<i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Anexo de Metas Fiscais (MDF), conforme instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i>	
9.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Metas Fiscais: <i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i>	Se XYZ = -10 (Perde 10 pontos) Se <-> XYZ = 00 pontos
9.2	O Anexo de Metas Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? <i>art. 50, §2º da Lei de Responsabilidade Fiscal</i>	Sim – 00 Não – -10 (Perde 10 pontos)
9.2.1	Assinale os demonstrativos contidos no Anexo de Metas Fiscais:	<input checked="" type="checkbox"/> Metas Anuais <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior <input checked="" type="checkbox"/> Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores <input checked="" type="checkbox"/> Evolução do Patrimônio Líquido <input checked="" type="checkbox"/> Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita <input checked="" type="checkbox"/> Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
10	O Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?	Sim
	<i>Obs. Avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Anexo de Metas Fiscais (MDF), conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i>	Não
10.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Riscos Fiscais: <i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i>	Se XYZ = -10 (Perde 10 pontos) Se <> XYZ = 00 pontos
10.2	O Anexo de Riscos Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos	Sim – 00
	Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? art. 50, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Não – -10 (Perde 10 pontos)
10.2.1	Assinale as etapas para gerenciamento dos riscos contidas no Anexo de Riscos Fiscais:	<input checked="" type="checkbox"/> Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco <input checked="" type="checkbox"/> Mensuração ou quantificação dessa exposição <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco <input checked="" type="checkbox"/> Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco <input checked="" type="checkbox"/> Implementação de condutas de mitigação do risco e de mecanismos de controle para prevenir perdas decorrentes do risco

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (Controle Interno)
11	A Lei Orçamentária Anual (LOA) foi elaborada de forma compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?	Sim Não
11.1	Assinale os itens capazes de atestar a compatibilidade entre a LOA, PPA e LDO:	<input checked="" type="checkbox"/> Programas constantes do PPA constam na LOA – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Programas e ações constantes da LDO constam da LOA – 02 <input checked="" type="checkbox"/> As receitas e despesas da LOA são compatíveis com o Resultado Primário da LDO, incluindo, no máximo, a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei – 02 <input checked="" type="checkbox"/> O Resultado Nominal constante da LDO consta da LOA, com variação de no máximo a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei - 02 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de renúncia fiscal prevista na LDO coincide com o estimado na LOA com variação limitada à variação da inflação - 02 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<p>previstos na LDO em relação à receita de IPTU – 02</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ISSQN – 02</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ITBI - 02</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Os investimentos, parte das despesas de capital, previstas no PPA e LDO são compatíveis com as previsões da LOA- 02</p>
12	Na lei orçamentária, há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?	<p>Sim</p> <p>Não</p>
12.1	Qual o percentual autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para abertura de crédito adicional suplementar?	<p>se % alteração <= inflação - 06</p> <p>se % alteração > inflação - 00</p>
13.0	Houve emenda de iniciativa de bancada de parlamentares na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021?	<p>Sim</p> <p>Não</p>
13.1	Informe o valor da emenda de iniciativa de bancada de parlamentares aprovado:	R\$
13.2	Informe o valor da emenda de iniciativa de bancada de parlamentares executado (liquidado):	R\$:
14	Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	<p>Sim</p> <p>Não</p>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
14.1	A Prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento?	Sim
		Não
14.1.1	Os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício das atividades de planejamento, gestão e orçamento?	Sim, todos os servidores possuem qualificação técnica - 00
		Sim, a maior parte dos servidores possuem qualificação técnica - +5 (Perde 5 pontos)
		Sim, a menor parte dos servidores possuem qualificação técnica - -8 (Perde 8 pontos)
		Não - -10 (Perde 10 pontos)
14.1.2	Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?	Sim
		Não
14.1.3	Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria? <i>Periodicidade anual</i>	Sim - 00
		Não - -10 (Perde 10 pontos)
14.2	Assinale os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de planejamento:	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos
		<input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física
		<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários
		<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros
14.2.1	Houve a utilização de sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento? <i>Sistema multiusuário (os órgãos e entidades o alimentam e a unidade central de planejamento valida e consolida).</i>	Sim, com sistema multiusuário - 00
		Sim, mas o sistema não é multiusuário - - 02 (Perde 02 pontos)
		Não possui sistema informatizado - - 10 (Perde 10 pontos)

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
14.2.2	<p>Especifique os outros recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de planejamento:</p> <p><i>Não especificar os recursos utilizados para a operacionalização das atividades voltadas ao planejamento assinalados anteriormente (Recursos Humanos; Recursos Tecnológicos; Estrutura Física; Recursos Orçamentários e Recursos Materiais).</i></p>	
15.0	Há acompanhamento da execução do planejamento?	<p>Sim</p> <p>Não</p>
15.1	<p>A Prefeitura demonstra e avalia, com periodicidade quadrimestral, o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas?</p> <p><i>Art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.</i></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Realizou Audiência pública do 1º Quadrimestre até o final do mês de maio de 2021 - 02</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Realizou Audiência pública do 2º Quadrimestre até o final do mês de setembro de 2021 -02</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Realizou Audiência pública do 3º Quadrimestre até o final do mês de fevereiro de 2022 - 02</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não realizou audiência pública quadrimestral dentro de prazo ou Não realizou nenhuma audiência pública quadrimestral na Câmara Municipal – 00</p>
15.2	Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	<p>Gabinete do Prefeito</p> <p>Setor de planejamento</p> <p>Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento</p>
15.3	Existem avaliações formais (relatórios) sobre a Execução Orçamentária?	<p>Sim</p> <p>Não</p>
15.4	Houve acompanhamento periódico da execução orçamentária com participação do Prefeito?	<p>Sim – 04</p> <p>Não - 00</p>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
15.4.1	Qual a frequência da participação do Prefeito no acompanhamento da execução orçamentária?	Diariamente Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente Superior a 30 dias
15.5	O acompanhamento e avaliação da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?	Sim, com emissão de relatórios para o Prefeito - 20 Sim, sem formalização para o Prefeito - 10 Não - 00
16.0	Houve a instituição e regulamentação das operações do Sistema de Controle Interno?	Sim Não
16.1	Informe:	Instrumento normativo de regulamentação do Sistema de Controle Interno, Número e Data da publicação: <i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar a lei que regulamentou o Sistema de Controle Interno, conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i> Página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento de regulamentação do sistema de controle interno: <i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i>
16.2	O Sistema de Controle Interno no Município possui atribuições formalmente definidas e regulamentadas, que atendam às determinações da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal?	Sim Não

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
16.2.1	Assinale as funções constitucionais e legais atribuídas ao sistema controle interno:	<input checked="" type="checkbox"/> Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial - 01

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Acompanhar as metas de superávit orçamentário, primário e nominal – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Observar se as operações de créditos sujeitam-se aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar se os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e, não, em despesas correntes - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais das Câmaras Municipais - 01 <input checked="" type="checkbox"/> Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos – 01
16.3	Assinale as macrofunções básicas atribuídas ao Sistema de Controle Interno:	<input checked="" type="checkbox"/> Auditoria Governamental (Auditoria Interna) <input checked="" type="checkbox"/> Correição (Corregedoria) <input checked="" type="checkbox"/> Ouvidoria <input checked="" type="checkbox"/> Transparência <input checked="" type="checkbox"/> Outras. Especifique: _____

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
16.4	A Prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades do Sistema de Controle Interno?	Sim - 0,5
		Não - 00
16.4.1	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) ocupa cargo efetivo na Administração Municipal? <i>Responsável = controlador interno ou controlador geral</i>	Sim - 05
		Não - 00
16.4.1.1	Qual a forma de exercício da função do responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI)?	Exclusiva
		Não exclusiva
16.4.1.1.1	Descreva a forma de acumulação do responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	
16.4.2	Há disponibilização de programas de treinamento aos quadros funcionais do Sistema Controle Interno? <i>Periodicidade anual</i>	Sim - 06
		Não - 00
16.4.3	Na Prefeitura existe formalização da segregação de funções financeiras e de controle?	Sim
		Não
16.4.4	A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) possui autonomia e independência para o exercício de suas funções?	Sim - 06
		Não - 00
16.4.4.1	A estrutura organizacional da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) está associada ou subordinada a qual secretaria/diretoria?	Administração - - 06 (Perde 6 pontos)
		Finanças/Fazenda - - 06 (Perde 6 pontos)
		Planejamento/Orçamento/ Gestão - - 06 (Perde 6 pontos)
		Gabinete do Prefeito - 00
		Outra - 06 (Perde 6 pontos). Especifique: _____
16.4.4.2	A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) procedeu com alguma comunicação de irregularidade ou ilegalidade em 2021?	Sim
		Não

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
16.4.4.2.1	Informe a quantidade de irregularidades ou ilegalidades comunicadas ao:	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP): Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP):
16.4.5	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) apresentou relatórios periódicos que demonstram efetivo exercício de suas atribuições? (CF, art. 74)	Sim - 05 Não - 00
16.4.5.1	Assinale a periodicidade de elaboração:	<input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input checked="" type="checkbox"/> Bimestral <input checked="" type="checkbox"/> Trimestral <input checked="" type="checkbox"/> Quadrimestral <input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input checked="" type="checkbox"/> Anual
16.4.5.2	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis diante das irregularidades e ilegalidades apontadas?	Não foram relatadas irregularidades - 06 Sim - de todas as apontamentos - 06 Sim - de parte dos apontamentos - 02 Não - 00
16.4.5.2.1	O Controle Interno acompanhou as medidas e os prazos das providências determinadas pelo Prefeito diante dos apontamentos do relatório do Controle Interno?	Sim - de todas as providências determinadas pelo Prefeito - 00 Sim - de parte das providências determinadas pelo Prefeito - 00 Não - - 03 (Perde 3 pontos)
16.5	Assinale quais recursos o Sistema de Controle Interno dispõe para operacionalização de suas atividades: <i>Obs. Na opção outras não especificar os recursos humanos.</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais - 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Outras - 0,5. Especifique: _____

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
16.6	Houve a elaboração de Plano Operativo Anual? <i>Obs.: Plano Operativo Anual consiste no planejamento das atividades a serem executas no exercício seguinte a sua elaboração.</i>	Sim
		Não
16.6.1	Assinale as atividades previstas no Plano Operativo Anual:	<input checked="" type="checkbox"/> Receitas
		<input checked="" type="checkbox"/> Despesas
		<input checked="" type="checkbox"/> Administração de pessoal
		<input checked="" type="checkbox"/> Estoques e almoxarifados
		<input checked="" type="checkbox"/> Administração do patrimônio
		<input checked="" type="checkbox"/> Cumprimento das metas do PPA e a execução dos programas de governo e dos orçamentos (LOA e LDO)
		<input checked="" type="checkbox"/> Cumprimento das metas fiscais, físicas e de resultados dos programas de governo, no que tange a eficiência, eficácia e efetividade
		<input checked="" type="checkbox"/> Aplicação de recursos públicos por entidades de direito público
		<input checked="" type="checkbox"/> Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
		<input checked="" type="checkbox"/> Os limites e condições para a inscrição de despesas em Restos a Pagar
<input checked="" type="checkbox"/> Cumprimento da legislação de licitações e fiscalização de contratos		
<input checked="" type="checkbox"/> Cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, inclusive no que se refere ao atingimento de metas fiscais (Gestão Fiscal)		

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Transferência para o Legislativo Municipal (Repasse de Duodécimos) <input checked="" type="checkbox"/> Contabilidade <input checked="" type="checkbox"/> Transparência <input checked="" type="checkbox"/> Lei de Acesso à Informação <input checked="" type="checkbox"/> Outros
16.7	Do resultado dos trabalhos realizados em 2021 pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI), assinale se houve providências para abertura de:	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância <input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar (PAD) <input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) <input checked="" type="checkbox"/> Tomada de Contas Especial (TCE) <input checked="" type="checkbox"/> Não houve abertura de nenhum dos procedimentos
16.7.1	Informe a quantidade de sindicâncias realizadas, em 2021, em virtude dos resultados dos trabalhos da Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	
16.7.2	Informe a quantidade de Processos Administrativos Disciplinares (PAD) realizados, em 2021, em virtude dos resultados dos trabalhos da Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	
16.7.3	Informe a quantidade de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) realizados, em 2021, em virtude dos resultados dos trabalhos da Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	
16.7.4	Informe a quantidade de Tomadas de Contas Especiais (TCE) realizadas, em 2021, em virtude dos resultados dos trabalhos da Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	
17.0	Houve a criação da ouvidoria pública no âmbito do Poder Executivo Municipal?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
17.1	Informe:	<p>Instrumento normativo de criação da ouvidoria pública, Número e Data da publicação:</p> <p><i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Instrumento Normativo de criação da Ouvidoria Pública, conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i></p> <p>Página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de criação da ouvidoria pública:</p> <p><i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i></p>
17.2	<p>Assinale quais recursos a ouvidoria dispõe para operacionalização de suas atividades:</p> <p>Fórmula de cálculo: <i>Perde 0,5 pontos para cada item não assinalado; exceto a opção "Outros", que não terá nenhuma pontuação. Pontuação do quesito de 0 a +2,5 (Perde 2,5 pontos).</i></p>	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos <input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
17.3	<p>Assinale as características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições:</p> <p>Fórmula de cálculo: <i>Perde 0,5 pontos para cada item não assinalado; exceto a opção "Outros", que não terá nenhuma pontuação. Pontuação do quesito de 0 a +2,5 (Perde 2,5 pontos).</i></p>	<input checked="" type="checkbox"/> Independência <input checked="" type="checkbox"/> Isenção <input checked="" type="checkbox"/> Acessibilidade <input checked="" type="checkbox"/> Transparência <input checked="" type="checkbox"/> Confidencialidade <input checked="" type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____
17.4	A ouvidoria elaborou Relatório de Gestão do exercício de 2021, contendo a consolidação das	Sim

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	<p>manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, e com base nelas, apontou falhas e sugeriu melhorias em sua prestação?</p> <p><i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Relatório de Gestão do Exercício de 2021, conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i></p>	<p>Não - -10 (Perde 10 pontos)</p>
17.4.1	<p>Assinale as informações constantes nos relatórios gerenciais elaborados pela ouvidoria:</p> <p>Fórmula de cálculo: <i>Perde 2,5 pontos para cada item não assinalado. Pontuação do quesito de 0 a -10 (Perde 10 pontos).</i></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Número de manifestações recebidas no exercício anterior</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Motivos das Manifestações</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Análise dos Pontos recorrentes</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas</p>
17.4.2	<p>Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Relatório de Gestão do exercício de 2021:</p> <p><i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ</i></p>	<p><i>Se XYZ = -10 (Perde 10 pontos)</i> <i>Se <> XYZ = 00 pontos</i></p>
17.5	<p>Assinale as iniciativas de divulgação e mobilização social das ouvidorias:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Link da página eletrônica da ouvidoria no site da Prefeitura Municipal</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Utilização de outras plataformas digitais para a divulgação da missão, do modo de trabalho das ouvidorias e incentivando a participação popular. Ex.: Instagram, Facebook, Twitter etc.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Realização de palestras para grupos e instituições. Ex.: escolas, igrejas, associações civis, outros grupos organizados etc.</p>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Realização de eventos que estimulem a participação e coleta das demandas sociais. Ex.: realização de audiências públicas para divulgação dos trabalhos desempenhados pela ouvidoria e ouvir as demandas da população. <input checked="" type="checkbox"/> Outras
18.0	A Prefeitura elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017?	Sim - 04 Não - 00
18.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário": <i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i>	Se XYZ = 00 pontos Se <> XYZ = 02 pontos
18.2	A "Carta de Serviço ao Usuário" está atualizada?	Sim - 02 Não - 00
18.3	A Prefeitura regulamentou a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário, conforme o artigo 7º, § 5º, da Lei Federal nº 13.460/2017?	Sim - 04 Não - 00
18.3.1	Informe:	Instrumento normativo que regulamentou a "Carta de Serviço ao Usuário", Número e Data da publicação: <i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Instrumento Normativo de regulamentação da "Carta de Serviço ao Usudrio", conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<p>Página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de regulamentação da "Carta de Serviço ao Usuário":</p> <p><i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i></p>
19.0	A prefeitura regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017?	<p>Sim - 04</p> <p>Não - 00</p>
19.1	Informe:	<p>Instrumento normativo que regulamentou os Conselhos de Usuários. Número e Data da publicação:</p> <p><i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Instrumento Normativo que regulamentou o Conselho de Usuários, conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i></p> <p>Página eletrônica (link na internet) de divulgação da regulamentação do Conselho de Usuários:</p> <p><i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i></p>
20.0	O Município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01?	<p>Sim</p> <p>Não</p> <p>Não se aplica</p>
20.1	Informe o motivo da não elaboração do Plano Diretor:	
20.2	<p>Informe a data da última atualização do Plano Diretor:</p> <p>Fórmula de cálculo:</p> <p>Se Data <= 01/01/2012 => -10 pontos (Perde 10 pontos)</p> <p>Se Data > 01/01/2012 => 00 ponto</p>	

21. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado. Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.

PONTOS ADICIONAIS

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 100 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 1000, será considerada a pontuação máxima do i-Plan como 1000.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Plan.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-PLAN/TCESP: 20/100 = 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA

$$i\text{-PLAN/TCESP} = (\text{Somatório dos indicadores})/1000$$

ANEXO E - Questionário IEG-M – I-Plan – 2022:

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
1.0	<p>A Prefeitura realizou audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias em 2022?</p> <p><i>Obs. Serão consideradas apenas as audiências públicas realizadas durante o processo de planejamento municipal (PPA, LDO e LOA).</i></p>	<p>Sim</p> <hr/> <p>Não</p>
1.1	Assinale para quais peças orçamentárias foram realizadas as audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> PPA <input checked="" type="checkbox"/> LDO <input checked="" type="checkbox"/> LOA
1.2	<p>Assinale a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA):</p> <p><i>Art. 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.</i></p>	<input checked="" type="checkbox"/> Presenciais <input checked="" type="checkbox"/> Pela Internet <input checked="" type="checkbox"/> Outros
1.2.1	Especifique as "Outras" formas de realização das audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias (PPA, LDO, LOA):	<i>Não especificar as formas de realização de audiências públicas assinaladas anteriormente (presenciais ou pela internet).</i>
1.3	Assinale o dia e horário de realização das audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> Dia de semana em horário comercial (8 as 18 horas) – 00 <input checked="" type="checkbox"/> Dia de semana após as 18 horas – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Aos sábados, domingos e feriados – 02
1.4	As audiências públicas são transcritas em atas ou outro documento de registro das demandas/sugestões apresentadas pela participação popular?	<p>Sim</p> <hr/> <p>Não</p>
1.4.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação das atas de audiências públicas:	<p><i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ</i></p> <p>Fórmula de cálculo: Se XYZ = 00 pontos Se ☞ XYZ = 06 pontos</p>
1.5	Assinale os elementos considerados no processo de planejamento e organização das audiências públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> Estabelecimento da Pauta

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Disponibilização prévia de material de apoio a respeito dos temas a serem debatidos <input checked="" type="checkbox"/> Convocação contendo o dia, o horário e o local através dos jornais, das rádios, dos Portal da Prefeitura e outras plataformas digitais. Ex.: Instagram, Facebook etc. <input checked="" type="checkbox"/> Planejamento logístico. Ex.: localização do ambiente, acomodações adequadas aos participantes, regulação e testagem dos equipamentos eletrônicos (som, vídeo e iluminação), verificação dos equipamentos relacionados a transmissão das audiências etc. <input checked="" type="checkbox"/> Indicação de mediador qualificado <input checked="" type="checkbox"/> Estabelecimento da abordagem de interação <input checked="" type="checkbox"/> Definição de mecanismos de avaliação <input checked="" type="checkbox"/> Elaboração e divulgação do Relatório contendo a análise das demandas e sugestões coletadas
2.0	<p>Além das audiências públicas, a Prefeitura realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento, através do levantamento formal de seus problemas, necessidades e deficiências?</p> <p><i>Obs. Os Planos Municipais Setoriais – Educação, Saúde, Saneamento Básico etc. - somente podem ser considerados se neles houver evidências do levantamento formal dos problemas.</i></p>	<p>Sim</p> <p>Não</p>
2.1	Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento?	<input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Social <input checked="" type="checkbox"/> Serviços Urbanos <input checked="" type="checkbox"/> Segurança Pública <input checked="" type="checkbox"/> Saneamento <input checked="" type="checkbox"/> Defesa Civil <input checked="" type="checkbox"/> Outros
2.1.1	Especifique os "Outros" setores em que foram realizados os levantamentos dos problemas,	Não especificar os setores assinaladas em que houve levantamento dos problemas,

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento:	<i>necessidades e deficiências antecedentes ao planejamento (Ensino, Saúde, Assistência Social, Serviços Urbanos, Segurança Pública, Saneamento e Defesa Civil).</i>
2.2	A elaboração do diagnóstico levou em conta algum plano do governo federal e/ou estadual?	Sim – 14 Não – 00
2.2.1	Descreva quais programas do governo federal ou estadual foram utilizados para elaboração do diagnóstico:	Descreva:
2.3	Houve a inclusão de solução proposta pelo diagnóstico nas peças orçamentárias?	Sim – 16 Não – 00
2.3.1	Informe a peça orçamentária de inclusão da solução proposta pelo diagnóstico:	Informe:
2.3.2	Informe o ano:	Informe:
2.3.3	Informe o número/denominação do programa:	Informe:
2.3.4	Informe o número/denominação da Ação:	Informe:
3.0	Houve a realização de consulta pública online para coleta de sugestões para a elaboração das peças orçamentárias em 2022?	Sim – 06 Não – 00
3.1	Assinale para quais peças orçamentárias foram realizadas as consultas públicas:	<input checked="" type="checkbox"/> PPA <input checked="" type="checkbox"/> LDO <input checked="" type="checkbox"/> LOA
3.1.1	Na consulta pública online de elaboração do Plano Plurianual (PPA) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	Sim – 02 Não – 00
3.1.2	Na consulta pública online de elaboração do Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	Sim – 01 Não – 00
3.1.3	Na consulta pública online de elaboração do Lei Orçamentária Anual (LOA) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	Sim – 01 Não – 00

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
4.0	Existem mecanismos de acompanhamento da execução das demandas originárias de participação popular? <i>Ex.: pedidos de ofício, abaixo-assinado, solicitações de líderes comunitários etc.</i>	Sim – 10
		Não – -05 (perde 05 pontos)
		Não houve demanda originária de participação popular – 00
4.1	Descreva a forma de realização do acompanhamento da execução das demandas originárias de participação popular:	Descreva:
5.0	É realizado estudo/análise para previsão de receitas, no mínimo, anualmente? <i>Aplicação de índice inflacionário ao valor arrecadado do exercício anterior NÃO é estudo/análise de previsão de receita</i>	Sim – 10
		Não – 00
5.1	Assinale os tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:	<input checked="" type="checkbox"/> Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU)
		<input checked="" type="checkbox"/> Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)
		<input checked="" type="checkbox"/> Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)
		<input checked="" type="checkbox"/> Taxas
		<input checked="" type="checkbox"/> Contribuições
		<input checked="" type="checkbox"/> Transferências Obrigatórias Recebidas da União. Ex.: FPM.
		<input checked="" type="checkbox"/> Transferências Obrigatórias Recebidas do Estado. Ex.: ICMS, IPVA.
<input checked="" type="checkbox"/> Outros		
5.1.1	A estimativa de transferências obrigatórias leva em consideração o cálculo de previsão de repasse do ICMS realizado periodicamente pela Fazenda Pública Estadual?	Sim, com reestimativa da receita prevista na LDA no decorrer da execução orçamentária-financeira
		Sim, somente para elaborar a LDA.
		Não
5.1.2	Especifique os "Outros" tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:	<i>Não especificar os tributos e repasses/transferências assinalados anteriormente (IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas etc.).</i>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
5.2	Assinale as variáveis que são levadas em consideração na análise/estudo da previsão da receita:	<input checked="" type="checkbox"/> Série Histórica de arrecadação da receita <input checked="" type="checkbox"/> Índice de preços. Ex.: IGP-DI, INPC, IPCA, variação Cambial, taxa de juros e variações entre outros <input checked="" type="checkbox"/> Índice de quantidade. Ex.: aumento da arrecadação em função do aumento do número de fiscais, incremento tecnológico na forma de arrecadação etc. <input checked="" type="checkbox"/> Nº habitantes + crescimento populacional <input checked="" type="checkbox"/> Obras em andamento <input checked="" type="checkbox"/> Benefitorias municipais <input checked="" type="checkbox"/> Situação econômica do município <input checked="" type="checkbox"/> Situação econômica da região <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo municipal <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo estadual <input checked="" type="checkbox"/> Programas do governo federal <input checked="" type="checkbox"/> Efeito da Legislação <input checked="" type="checkbox"/> Outros
5.2.1	Especifique as "Outras" variáveis levadas em consideração na análise/estudo da previsão da receita:	<i>Não especificar as variáveis assinaladas anteriormente (Série histórica de arrecadação da receita; Índice de preços; Índice de quantidade; Obras em andamento etc.).</i>
5.3	A metodologia utilizada para projeção da receita varia de acordo com a espécie da receita orçamentária projetada?	Sim – 06 Não – 00
6.0	Houve a realização de estudo para elaborar/definir os objetivos, programas, ações, metas e indicadores do PPA?	Sim, para todos os programas do PPA – 30 Sim, para a maior parte dos programas – 20 Sim, para a menor parte dos programas – 10 Não realiza estudo – 00
6.1	Assinale os itens considerados na elaboração dos objetivos, programas, ações, metas e indicadores do PPA:	<input checked="" type="checkbox"/> Diagnóstico do problema ou da situação que demanda providências

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Identificação dos objetivos, das ações e dos resultados esperados <input checked="" type="checkbox"/> Desenho, estratégia de implementação e focalização <input checked="" type="checkbox"/> Impacto orçamentário e financeiro <input checked="" type="checkbox"/> Estratégia de construção de confiança e suporte <input checked="" type="checkbox"/> Monitoramento, Avaliação e Controle
7.0	Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA?	Sim, apenas com metas físicas Sim, apenas com metas financeiras Sim, com metas físicas e financeiras Não houve o estabelecimento de metas anuais
7.1	Os programas finalísticos articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade?	Todos os programas finalísticos do PPA – 35 A maior parte dos programas finalísticos – 10 A menor parte dos programas finalísticos – 05 Nenhum programa finalístico – 00
7.1.1	Houve avaliação da implementação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas?	Sim, para todos os programas finalísticos monitorados – 10 Sim, para a maior parte dos programas finalísticos monitorados – 07 Sim, para a menor parte dos programas finalísticos monitorados – 03 Não houve avaliação – 00
7.1.1.1	Houve a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA? <i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Relatório Anual de Avaliação, conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i>	Sim, para todos os programas finalísticos do PPA – 05 Sim, para a maior parte dos programas finalísticos – 03 Sim, para a menor parte dos programas finalísticos – 01 Não houve elaboração do Relatório Anual de Avaliação – 00

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
7.1.1.1.1	Assinale os aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação do PPA:	<input checked="" type="checkbox"/> Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade – 20 <input checked="" type="checkbox"/> Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida) – 20 <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município – 20 <input checked="" type="checkbox"/> Outros – 00
7.1.1.1.1.1	Especifique os "Outros" aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação do PPA:	<i>Não especificar os aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação assinalados anteriormente (Percepção da coerência entre os programas elaborados e seus resultados; análise quanto a mensuração dos indicadores e avaliação da compatibilidade entre os produtos ofertados e demanda da sociedade).</i>
7.1.1.2	Houve publicação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA?	Sim, para todos os programas finalísticos avaliados do PPA – 04 Sim, para a maior parte dos programas finalísticos avaliados – 03

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		Sim, para a maior parte dos programas finalísticos avaliados – 01 Não – 00
7.1.1.2.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos da PPA:	Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ
7.2	Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas?	Todos os indicadores do PPA – 23 A maior parte dos indicadores – 15 A menor parte dos indicadores – 08 Nenhum indicador – 00
7.3	Assinale os Planos Setoriais que foram incorporados no Plano Plurianual (PPA):	<input checked="" type="checkbox"/> Plano Diretor – 00 <input checked="" type="checkbox"/> Plano Municipal da Educação – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano Municipal pela Primeira Infância – 00 <input checked="" type="checkbox"/> Plano Municipal da Saúde – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Mobilidade Urbana – 00 <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Saneamento Básico – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Resíduos Sólidos – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Plano Diretor de Tecnologia da Informação – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Não incorporou nenhum dos planos acima – -10 (perde 10 pontos)
8.0	A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) atende as determinações constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal?	Sim – 00 Não – -05 (perde 05 pontos)
8.1	Assinale os itens que a LDO dispõe:	<input checked="" type="checkbox"/> Custos estimados, indicadores e metas físicas que se correlacionam com as ações do governo municipal <input checked="" type="checkbox"/> Critérios para limitação de empenho e movimentação financeira; ressalvados os pagamentos do serviço da dívida, os relativos à inovação e ao

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<p>desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para repasses a entidades do terceiro setor</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para ajuda financeira a entidades da Administração indireta</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para o Poder Executivo estabelecer a programação financeira mensal para todo o Município, nele incluído a Câmara</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Percentual da Receita Corrente Líquida que será retido, na peça orçamentária, enquanto Reserva de Contingência, destinada a passivos contingentes e outros riscos fiscais.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Critérios para contratação de horas extras quando o Poder superar o limite prudencial para pessoal: Executivo, 51,30% da RCL; Legislativo, 5,7% da RCL</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Determinação do índice de preços para atualização monetária do principal da Dívida Mobiliária Refinanciada</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias do Estado e da União</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Requisitos para início de novos projetos, após o adequado atendimento/manutenção dos que estão em andamento</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Dispor sobre pagamento de servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria firmada com o terceiro setor</p>
8.2	A LDO prevê remanejamento, a transferência e transposição orçamentária?	<p>Sim</p> <p>Não</p>
8.2.1	Qual o percentual do remanejamento, transferência e transposição orçamentária previsto na LDO?	Informe:

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
8.2.2	As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?	Sim Não
8.2.2.1	Assinale a classificação funcional da despesa, objeto de alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferências realizadas por decreto:	<input checked="" type="checkbox"/> 10 - Saúde – -05 (perde 05 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> 12 - Educação – -05 (perde 05 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> 17 - Saneamento – -05 (perde 05 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> 19 - Ciência e Tecnologia – 00 <input checked="" type="checkbox"/> 26 - Transporte – -05 (perde 05 pontos) <input checked="" type="checkbox"/> Outras – -05 (perde 05 pontos)
8.2.2.1.1	Especifique as "Outras" classificações funcionais da despesa, objeto de alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferências realizadas por decreto:	<i>Não considerar as classificações funcionais da despesa assinaladas anteriormente (10 - Saúde; 12 - Educação; 17 - Saneamento; 19 - Ciência e Tecnologia e 26 - Transporte)</i>
9.0	O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal? <i>Obs. Estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Anexo de Metas Fiscais (MDF), conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i>	Sim Não
9.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Metas Fiscais:	<i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ</i> Fórmula de cálculo: Se XYZ = -10 (perde 10 pontos) Se ⇔ XYZ = 00 pontos

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
9.2	<p>O Anexo de Metas Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN?</p> <p>art. 50, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>	<p>Sim – 00</p> <p>Não – -10 (perde 10 pontos)</p>
9.2.1	Assinale os demonstrativos contidos no Anexo de Metas Fiscais:	<input checked="" type="checkbox"/> Metas Anuais <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior <input checked="" type="checkbox"/> Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores <input checked="" type="checkbox"/> Evolução do Patrimônio Líquido <input checked="" type="checkbox"/> Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos <input checked="" type="checkbox"/> Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita <input checked="" type="checkbox"/> Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado <input checked="" type="checkbox"/> Outros
9.2.1.1	Especifique os "Outros" demonstrativos contidos no Anexo de Metas Fiscais:	Informe:
10.0	<p>O Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?</p> <p><i>Avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Anexo de Metas Fiscais (MDF), conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i></p>	<p>Sim</p> <p>Não</p>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
10.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Riscos Fiscais:	<p>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ</p> <p>Fórmula de cálculo: Se XYZ = -10 (perde 10 pontos) Se <-> XYZ = 00 pontos</p>
10.2	<p>O Anexo de Riscos Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN?</p> <p>art. 50, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>	<p>Sim – 00</p> <p>Não – -10 (perde 10 pontos)</p>
10.2.1	Assinale as etapas para gerenciamento dos riscos contidas Anexo de Riscos Fiscais:	<p><input checked="" type="checkbox"/> Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Mensuração ou quantificação dessa exposição</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Implementação de condutas de mitigação do risco e de mecanismos de controle para prevenir perdas decorrentes do risco</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (Controle Interno)</p>
11.0	A Lei Orçamentária Anual (LOA) foi elaborada de forma compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?	<p>Sim</p> <p>Não</p>
11.1	Assinale os itens capazes de atestar a compatibilidade entre a LOA, PPA e LDO:	<p><input checked="" type="checkbox"/> Programas constantes do PPA constam na LOA – 01</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Programas e ações constantes da LDO constam da LOA – 02</p>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> As receitas e despesas da LOA são compatíveis com o Resultado Primário da LDO, incluindo, no máximo, a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei – 02 <input checked="" type="checkbox"/> O Resultado Nominal constante da LDO consta da LOA, com variação de no máximo a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei – 02 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de renúncia fiscal prevista na LDO coincide com o estimado na LOA com variação limitada à variação da inflação – 02 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de IPTU – 02 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ISSQN – 02 <input checked="" type="checkbox"/> A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ITBI – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Os investimentos, parte das despesas de capital, previstas no PPA e LDO são compatíveis com as previsões da LOA – 02
12.0	Na Lei Orçamentária Anual (LOA), há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?	Sim Não
12.1	Qual o percentual autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para abertura de crédito adicional suplementar?	Informe: Fórmula de cálculo: se % alteração <= inflação - 06 se % alteração > inflação - 00
13.0	Houve emenda de iniciativa de bancada de parlamentares na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022?	Sim Não

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
13.1	Informe o valor da emenda de iniciativa de bancada de parlamentares aprovado:	Informe:
13.2	Informe o valor da emenda de iniciativa de bancada de parlamentares executado (liquidado):	Informe:
14.0	Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	Sim
		Não
14.1	A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento?	Sim
		Não
14.1.1	Os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício das atividades de planejamento, gestão e orçamento?	Sim, todos os servidores possuem qualificação técnica – 00
		Sim, a maior parte dos servidores possuem qualificação técnica – -05 (perde 05 pontos)
		Sim, a menor parte dos servidores possuem qualificação técnica – -08 (perde 08 pontos)
		Não – -10 (perde 10 pontos)
14.1.2	Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?	Sim
		Não
14.1.3	Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria? <i>Treinamento periódico pelo menos 2 vez ao ano</i>	Sim – 00
		Não – -10 (perde 10 pontos)
14.2	Assinale os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de planejamento:	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos
		<input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física
		<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários
		<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros
14.2.1	Houve a utilização de sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento? <i>Sistema multiusuário (os órgãos e entidades o alimentam e a unidade central de planejamento valida e consolida).</i>	Sim, com sistema multiusuário – 00
		Sim, mas o sistema não é multiusuário – -02 (perde 02 pontos)
		Não possui sistema informatizado – -10 (perde 10 pontos)
14.2.1.1	Especifique os outros recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de planejamento:	<i>Não especificar os recursos utilizados para a</i>

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<i>operacionalização das atividades voltadas ao planejamento assinaladas anteriormente (Recursos Humanos; Recursos Tecnológicos; Estrutura Física; Recursos Orçamentários e Recursos Materiais).</i>
15.0	Há acompanhamento da execução do planejamento?	Sim
		Não
15.1	A prefeitura demonstra e avalia, com periodicidade quadrimestral, o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas? <i>Art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Realizou Audiência pública do 1º Quadrimestre até o final do mês de maio de 2022 – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Realizou Audiência pública do 2º Quadrimestre até o final do mês de setembro de 2022 – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Realizou Audiência pública do 3º Quadrimestre até o final do mês de fevereiro de 2023 – 02 <input checked="" type="checkbox"/> Não realizou audiência pública quadrimestral dentro de prazo ou Não realizou nenhuma audiência pública quadrimestral na Câmara Municipal – 00
15.2	Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito Setor de planejamento Cada Setor é responsável pela execução de seu planejamento
15.3	Existem avaliações formais (relatórios) sobre a Execução Orçamentária?	Sim Não
15.4	Houve acompanhamento periódico da execução orçamentária com participação do Prefeito?	Sim – 04 Não – 00
15.4.1	Qual a frequência da participação do Prefeito no acompanhamento da execução orçamentária?	Diariamente Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente Superior a 30 dias
15.5	O acompanhamento e avaliação da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?	Sim, com emissão de relatórios para o prefeito – 20 Sim, sem formalização para o prefeito – 10 Não – 00
16.0		Sim

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	Houve a instituição e regulamentação das operações do Sistema de Controle Interno?	Não
16.1	Informe o instrumento normativo de regulamentação do Sistema de Controle Interno, Número e Data da publicação:	<i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar a lei que regulamentou o Sistema de Controle Interno, conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i>
16.1.1	Página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento de regulamentação do sistema de controle interno:	<i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ.</i>
16.2	O Sistema de Controle Interno no Município possui atribuições formalmente definidas e regulamentadas, que atendam às determinações da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal?	Sim
		Não
16.2.1	Assinale as funções constitucionais e legais atribuídas ao sistema controle interno:	<input checked="" type="checkbox"/> Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados – 01
		<input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial – 01
		<input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados – 01
		<input checked="" type="checkbox"/> Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município – 01
		<input checked="" type="checkbox"/> Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal – 01
		<input checked="" type="checkbox"/> Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados – 01
		<input checked="" type="checkbox"/> Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional – 01
		<input checked="" type="checkbox"/> Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		orçamentária, financeira e patrimonial – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Acompanhar as metas de superávit orçamentário, primário e nominal – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Observar se as operações de créditos sujeitam-se aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Comprovar se os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e, não, em despesas correntes – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais das Câmaras Municipais – 01 <input checked="" type="checkbox"/> Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos – 01
16.3	Assinale as macrofunções básicas atribuídas ao Sistema de Controle Interno:	<input checked="" type="checkbox"/> Auditoria Governamental (Auditoria Interna) <input checked="" type="checkbox"/> Correição (Corregedoria) <input checked="" type="checkbox"/> Ouvidoria <input checked="" type="checkbox"/> Transparência <input checked="" type="checkbox"/> Outras
16.3.1	Especifique as "Outras" macrofunções básicas atribuídas ao Sistema de Controle Interno:	<i>Não especificar as macrofunções básicas assinaladas anteriormente (Auditoria Governamental - Auditoria Interna; Correição - Corregedoria; Ouvidoria e Transparência).</i>
16.4	A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades do sistema de controle interno?	Sim – 0,5 Não – 00

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
16.4.1	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	Sim – 05
	<i>Responsável = controlador interno ou controlador geral</i>	Não – 00
16.4.1.1	Qual a forma de exercício da função do responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI)?	Exclusiva
		Não exclusiva
16.4.1.1.1	Descreva a forma de acumulação do responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	Descreva:
16.4.2	Há disponibilização de programas de treinamento aos quadros funcionais do Sistema Controle Interno?	Sim – 06
	<i>Treinamento periódico pelo menos 1 vez ao ano</i>	Não – 00
16.4.3	Na Prefeitura existe formalização da segregação de funções financeiras e de controle?	Sim
		Não
16.4.4	A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) possui autonomia e independência para o exercício de suas funções?	Sim – 06
		Não – 00
16.4.4.1	A estrutura organizacional da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) está associada ou subordinada a qual secretaria/diretoria?	Administração – -06 (perde 06 pontos)
		Finanças/Fazenda – -06 (perde 06 pontos)
		Planejamento/Orçamento/Gestão – -06 (perde 06 pontos)
		Gabinete do Prefeito – 00
		Outra – -06 (perde 06 pontos)
16.4.4.1.1	Especifique a "Outra" estrutura organizacional a qual está associada ou subordinada a Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	Especifique:
16.4.4.2	A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) procedeu com alguma comunicação de irregularidade ou ilegalidade em 2022?	Sim
		Não
16.4.4.2.1	Informe a quantidade de irregularidades ou ilegalidades comunicadas ao:	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP):
		Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP):

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
16.4.5	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) apresentou relatórios periódicos que demonstram efetivo exercício de suas atribuições?	Sim – 05 Não – 00
16.4.5.1	Qual a periodicidade de elaboração:	<input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input checked="" type="checkbox"/> Bimestral <input checked="" type="checkbox"/> Trimestral <input checked="" type="checkbox"/> Quadrimestral <input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input checked="" type="checkbox"/> Anual
16.4.5.2	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis diante das irregularidades e ilegalidades apontadas?	Não foram relatadas irregularidades – 06 Sim - de todos os apontamentos – 06 Sim - de parte dos apontamentos – 02 Não – 00
16.4.5.2.1	O Controle Interno acompanhou as medidas e os prazos das providências determinadas pelo Prefeito diante dos apontamentos do relatório do Controle Interno?	Sim - de todas as providências determinadas pelo Prefeito – 00 Sim - de parte das providências determinadas pelo Prefeito – 00 Não – -03 (perde 03 pontos)
16.5	Assinale quais recursos o Sistema de Controle Interno dispõe para operacionalização de suas atividades: <i>Obs. Na opção outros não especificar os recursos humanos</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos – 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física – 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários – 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais – 0,5 <input checked="" type="checkbox"/> Outros – 0,5
16.5.1	Especifique os "Outros" recursos que o Sistema de Controle Interno dispõe para operacionalização de suas atividades:	<i>Não especificar os recursos utilizados para a operacionalização das atividades voltadas ao Sistema de Controle Interno assinaladas anteriormente (Recursos Humanos; Recursos Tecnológicos; Estrutura Física; Recursos Orçamentários e Recursos Materiais).</i>
16.6	Houve a elaboração de Plano Operativo Anual?	Sim

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
	<i>Obs.: Plano Operativo Anual consiste no planejamento das atividades a serem executas no exercício seguinte a sua elaboração.</i>	Não
16.6.1	Assinale as atividades previstas no Plano Operativo Anual:	<input checked="" type="checkbox"/> Receitas <input checked="" type="checkbox"/> Despesas <input checked="" type="checkbox"/> Administração de pessoal <input checked="" type="checkbox"/> Estoques e almoxarifados <input checked="" type="checkbox"/> Administração do patrimônio <input checked="" type="checkbox"/> Cumprimento das metas do PPA e a execução dos programas de governo e dos orçamentos (LOA e LDO) <input checked="" type="checkbox"/> Cumprimento das metas fiscais, físicas e de resultados dos programas de governo, no que tange a eficiência, eficácia e efetividade <input checked="" type="checkbox"/> Aplicação de recursos públicos por entidades de direito público <input checked="" type="checkbox"/> Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado <input checked="" type="checkbox"/> Os limites e condições para a inscrição de despesas em Restos a Pagar <input checked="" type="checkbox"/> Cumprimento da legislação de licitações e fiscalização de contratos <input checked="" type="checkbox"/> Cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, inclusive no que se refere ao atingimento de metas fiscais (Gestão Fiscal) <input checked="" type="checkbox"/> Transferência para o Legislativo Municipal (Repasses de Duodécimos) <input checked="" type="checkbox"/> Contabilidade <input checked="" type="checkbox"/> Transparência <input checked="" type="checkbox"/> Lei de Acesso à Informação <input checked="" type="checkbox"/> Outros
16.7	Do resultado dos trabalhos realizados em 2022 pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI), assinale se houve providências para abertura de:	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância <input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) <input checked="" type="checkbox"/> Tomada de Contas Especial (TCE) <input checked="" type="checkbox"/> Não houve abertura de nenhum dos procedimentos
16.7.1	Informe a quantidade de sindicâncias realizadas em 2022 em virtude dos resultados dos trabalhos da Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	Informe:
16.7.2	Informe a quantidade de Processos Administrativos Disciplinares (PAD) realizados em 2022 em virtude dos resultados dos trabalhos da Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	Informe:
16.7.3	Informe a quantidade de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) realizados em 2022 em virtude dos resultados dos trabalhos da Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	Informe:
16.7.4	Informe a quantidade de Tomadas de Contas Especiais (TCE) realizadas em 2022 em virtude dos resultados dos trabalhos da Unidade Central de Controle Interno (UCCI):	Informe:
17.0	Houve a criação da ouvidoria pública no âmbito do Poder Executivo Municipal?	Sim
		Não
17.1	Informe o instrumento normativo de criação da ouvidoria pública, número e data da publicação:	<i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Instrumento Normativo de criação da Ouvidoria Pública, conforme instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i>
17.1.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de criação da Ouvidoria Pública:	<i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ</i>
17.2	Assinale quais recursos a ouvidoria dispõe para operacionalização de suas atividades: Fórmula de cálculo: Perde 0,5 pontos para cada item não assinalado. Exceto a opção Outros, que não terá nenhuma pontuação. Pontuação do quesito de 0 a -2,5	<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Humanos – -0,5 (perde 0,5 ponto)
		<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Tecnológicos – -0,5 (perde 0,5 ponto)
		<input checked="" type="checkbox"/> Estrutura Física – -0,5 (perde 0,5 ponto)
		<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Orçamentários – -0,5 (perde 0,5 ponto)

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Recursos Materiais – -0,5 (perde 0,5 ponto) <input checked="" type="checkbox"/> Outros – 00
17.2.1	Especifique os "Outros" recursos utilizados para operacionalização das ouvidorias:	<i>Não especificar os recursos utilizados para a operacionalização das atividades voltadas à Ouvidoria Pública assinaladas anteriormente (Recursos Humanos; Recursos Tecnológicas; Estrutura Física; Recursos Orçamentários e Recursos Materiais).</i>
17.3	<p>Assinale as características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições:</p> <p>Fórmula de cálculo: Perde 0,5 pontos para cada item não assinalado. Exceto a opção Outros, que não terá nenhuma pontuação. Pontuação do quesito de 0 a -2,5</p>	<input checked="" type="checkbox"/> Independência – -0,5 (perde 0,5 ponto) <input checked="" type="checkbox"/> Isenção – -0,5 (perde 0,5 ponto) <input checked="" type="checkbox"/> Acessibilidade – -0,5 (perde 0,5 ponto) <input checked="" type="checkbox"/> Transparência – -0,5 (perde 0,5 ponto) <input checked="" type="checkbox"/> Confidencialidade – -0,5 (perde 0,5 ponto) <input checked="" type="checkbox"/> Outros – 00
17.3.1	Especifique as "Outras" características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições:	<i>Não especificar as características que a ouvidoria dispõe para execução de suas atribuições assinaladas anteriormente (Independência; Isenção; Acessibilidade; Transparência e Confidencialidade).</i>
17.4	<p>A ouvidoria elaborou Relatório de Gestão do exercício de 2022 contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, e com base nelas, apontou falhas e sugeriu melhorias em sua prestação?</p> <p><i>Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Relatório de Gestão do Exercício de 2022, conforme instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.</i></p>	Sim – 00 Não – -10 (perde 10 pontos)

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
17.4.1	<p>Assinale as informações constantes nos relatórios gerenciais elaborados pela ouvidoria:</p> <p>Fórmula de cálculo: Perde 2,5 pontos para cada item não assinalado Pontuação do quesito de 0 a -10</p>	<input checked="" type="checkbox"/> Número de manifestações recebidas no exercício anterior <input checked="" type="checkbox"/> Motivos das Manifestações <input checked="" type="checkbox"/> Análise dos Pontos recorrentes <input checked="" type="checkbox"/> Providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas
17.4.2	<p>Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Relatório de Gestão do exercício de 2022:</p>	<p><i>Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ</i></p> <p>Fórmula de cálculo: Se XYZ = -10 pontos Se < > XYZ = 00 pontos</p>
17.5	<p>Assinale as iniciativas de divulgação e mobilização social das ouvidorias:</p>	<input checked="" type="checkbox"/> Link da página eletrônica da ouvidoria no sítio da Prefeitura Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Utilização de outras plataformas digitais para a divulgação da missão, do modo de trabalho das ouvidorias e incentivando a participação popular. Ex.: instagram, facebook, twitter etc. <input checked="" type="checkbox"/> Realização de palestras para grupos e instituições. Ex.: escolas, igrejas, associações civis, outros grupos organizados etc. <input checked="" type="checkbox"/> Realização de eventos que estimulem a participação e coleta das demandas sociais. Ex.: realização de audiências públicas para divulgação dos trabalhos desempenhados pela ouvidoria e ouvir as demandas da população. <input checked="" type="checkbox"/> Outras

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
18.0	A prefeitura elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460/2017?	Sim – 04 Não – 00
18.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário":	Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ Fórmula de cálculo: Se XYZ = 00 pontos Se < > XYZ = 02 pontos
18.2	A "Carta de Serviço ao Usuário" está atualizada?	Sim – 02 Não – 00
18.3	A prefeitura regulamentou a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário, conforme o artigo 7º, § 5º, da Lei Federal nº 13.460/2017?	Sim – 04 Não – 00
18.3.1	Informe o instrumento normativo que regulamentou a "Carta de Serviço ao Usuário", Número e Data da publicação:	Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Instrumento Normativo de regulamentação da "Carta de Serviço ao Usuário", conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.
18.3.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo que regulamentou a "Carta de Serviço ao Usuário":	Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ
19.0	A prefeitura regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017?	Sim – 04 Não – 00
19.1	Informe o instrumento normativo que regulamentou os Conselhos de Usuários, Número e Data da publicação:	Caso não esteja disponível na internet, recomendamos anexar o Instrumento Normativo que

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		regulamentou o Conselho de Usúrios, conforme Instrução de Preenchimento (IP) no Sistema de Questionários.
19.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da regulamentação do Conselho de Usúrios:	Se não estiver disponível na internet, inserir no campo "Página eletrônica (link na internet)" o texto XYZ
20.0	O município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01?	Sim Não Não se aplica
20.1	Informe o motivo da não elaboração do Plano Diretor:	Informe:
20.2	Informe a data da última atualização do Plano Diretor:	Informe: Fórmula de cálculo: Se Data <= 31/12/2012 => -10 pontos (Perde 10 pontos) Se Data > 31/12/2012 => 00 ponto

21.0 Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.

A fiscalização poderá selecionar algum assunto para aumentar ou reduzir a pontuação do município em 100 pontos e apresentará no relatório de fiscalização das contas da prefeitura os argumentos.

Caso a soma dos pontos ultrapasse 1000, será considerada a pontuação máxima do i-Plan como 1000.

Caso a soma dos pontos seja inferior a ZERO, será considerada a pontuação mínima de ZERO para o i-Plan.

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-PLAN/TCESP: 20/100 = 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA

$$i\text{-PLAN}/TCESP = (\text{Somatório dos indicadores})/1000$$